TRABALHO AGRÍCOLA DO MENOR NA CAFEICULTURA E SUA INTERFERÊNCIA NO PROCESSO EDUCATIVO

MARTHA PEREGRINO DA SILVA

Orientadora : Dra. MARIA IGNEZ GUERRA MOLINA

Dissertação apresentada à Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Agronomia - Área de Concentração em Sociologia Rural.

PIRACICABA
Estado de São Paulo - Brasil
1983

À memória de meus Pais
Aos meus irmãos
À criança brasileira

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Maria Ignez Guerra Molina, pela orientação, incentivo, observações, críticas e sugestões e, sobretudo, pelo interesse com que acompanhou cada fase deste trabalho.

À Professora Doutora Maria de Lourdes T.B. Wiendl, pelas sugestões e cuidadosas críticas apresentadas na leitura dos originais.

Ao Professor Doutor José Molina Filho, pelas sugestões e valiosa crítica às análises feitas em relação às Unidades de Produção Agrícola e pela interpretação de sua proposta de classificação, na leitura dos originais.

À Professora e amiga, Benedita de Camargo Barros, pela dedicação com que acompanhou cada minúcia deste trabalho, em suas diferentes etapas e por sua colaboração eficiente na coleta de dados.

À Professora Lygia P. Morales, pelo apoio que viabilizou a Pesquisa de Campo.

Às minhas irmãs Margarida e Esmeralda, pelo apoio no desenvolvimento da Pesquisa e auxílio indispensável às necessidades inerentes à elaboração final desta dissertação.

Ao Sr. Delegado de Ensino e aos Professores das Escolas Rurais de Osvaldo Cruz, por sua pronta e efetiva colaboração.

Aos Srs. Edmilson Carlos Romanini e José Martins Neto, pela colaboração desinteressada e eficaz durante a coleta de dados.

Aos Srs. Engenheiros Agrônomos, Drs. Fábio Costa Couto, da Delegacia Agrícola e Luiz Armando Gasparetti, responsável pela Casa da Agricultura em Osvaldo Cruz, pelo apoio dispensado e informações apresentadas.

Aos responsáveis pela Unidades Produtivas Agrícolas, às Famílias e aos Menores trabalhadores que, com suas informações e acolhimento aberto e compreensivo, contribuíram e facilitaram a coleta de dados.

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para a concretização do presente trabalho.

INDICE

	<u>página</u>
1. INTRODUÇÃO	1
2. O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA	7
3. OBJETIVOS DA PESQUISA	14
4. REVISÃO DE LITERATURA	16
4.1. Trabalho do Menor na Agricultura	16
4.2. Educação e/ou Escolarização e trabalho Rural do Menor	28
5. ORIENTAÇÃO TEÓRICA E HIPÓTESES DA PESQUISA	54
5.1. Referencial Teórico	54
5.2. Explicitação dos Conceitos	56
5.3. Hipóteses da Pesquisa	69
6. METODOLOGIA	71
7. ANÁLISE DOS DADOS	91
7.1. Breves Considerações Sobre a Área da Pesqui- sa	91
7.2. Análise dos Dados e Verificação da Hipóteses	98
8. CONCLUSÕES	171
9. BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA	176
Anexos :	182

LISTA DE QUADROS

<u>QUADRO</u>	<u>Página</u>
1. Esquema teórico	55
2. V.C. (Unidades Produtivas Agrícolas) _ H.1. ..	77
3. Dimensões das Unidades Produtivas da Amostra - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	100
4. Categoria dos Produtores por UPAs cafeiculto- ras - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981 ..	101
5. Proprietários da Amostra possuidores de outras UPAs no Município, fora dele ou fora do Estado - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	101
6. Unidades Produtivas Cafeicultoras - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	102
7. Utilização da mão-de-obra Infanto-Juvenil nas UPAs Cafeicultoras - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	103
8. Mão-de-obra utilizada nas Empresas Agrícolas Capitalistas - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	104
9. Mão-de-obra utilizada nas Empresas Familiares - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	105
10. Mão-de-obra utilizada nas Unidades Familiares Pré-Empresariais - Município de Osvaldo Cruz - - SP - 1981	106

QuadroPágina

11. Mão-de-obra utilizada nos diferentes tipos de UPAs Cafeicultoras - Município de Osvaldo Cruz - - 1981	107
12. Mão-de-obra utilizada nas UPAs Cafeicultoras - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	108
13. Utilização da Força-de-trabalho dos Menores nas UPAs Cafeicultoras, segundo a faixa etária dos Menores e segundo o tipo de Trabalho - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	108
14. Menores que desempenhavam tarefas agrícolas nas diferentes UPAs cafeicultoras, segundo a faixa etária - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981 .	109
15. Nível Salarial de Adultos e Menores em UPAs Cafeicultoras - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	112
16. Categorias Laborais dos Pais ou Responsáveis por Menores que, em idade escolar, desempenhavam tarefas agrícolas - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	116
17. Trabalho dos Menores pertencentes às Famílias Entrevistadas - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	118

QuadroPágina

18. Desempenho de atividades agrícolas entre a população de menores das famílias entrevistadas - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	118
19. Relação entre a utilização do trabalho do menor e as Relações Sociais de Trabalho dos Pais - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	119
20. Matrículas nas Escolas Isoladas e de Emergência - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	126
21. Frequência dos contatos da família rural com o meio urbano - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	132
22. Justificativas apresentadas pelo agricultor para explicar seus contatos com o meio urbano - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	133
23. Aspirações da população rural em relação à possibilidade de residência na cidade - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	136
24. Justificativas apresentadas pela população rural com referência às aspirações relativas ao desejo de residir na cidade - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	137

QUADROPágina

25. Justificativas apresentadas pela população rural referentes ao desejo de permanecer no próprio meio - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	138
26. Escolaridade na Família Rural de UPAs Cafeicultoras - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981 .	139
27. Motivos que levaram os Pais a enviarem os filhos à Escola - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	141
28. Aspirações dos Pais em relação à continuidade do estudo dos filhos - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	142
29. Aspirações dos Pais em relação à futura profissão dos filhos - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	144
30. Aspirações Profissionais dos Menores Trabalhadores - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981 ...	145
31. Juízos de valor dos alunos das Escolas Rurais sobre a vida na roça e na cidade - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	147
32. Preferências Profissionais dos Alunos do meio rural - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981 .	148

QuadroPágina

33. Tempo de nomeação dos Professores para regerem classes nas Escolas visitadas - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	153
34. Causas da evasão escolar dos Menores Trabalhadores Agrícolas - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	162
35. Expetativas dos Menores Trabalhadores em relação ao retorno à Escola - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	163
36. Razões atribuídas pelos Pais para a evasão escolar definitiva dos filhos - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	164
37. Contato dos Pais com os Professores - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	166
38. Frequência dos Pais à Escola dos Filhos - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981	167

TRABALHO AGRÍCOLA DO MENOR NA CAFEICULTURA
E SUA INTERFERÊNCIA NO PROCESSO EDUCATIVO

Autor: MARTHA PEREGRINO DA SILVA

Orientador: Dra. MARIA IGNEZ GUERRA MOLINA

RESUMO

Voltado para a relação "trabalho agrícola-escolarização" este estudo procurou analisar a utilização da mão-de-obra infanto-juvenil e suas consequências para a escolarização do menor no meio rural.

Realizou-se uma pesquisa empírica em um município cafeicultor, no Estado de São Paulo para verificar, nessa cultura, a intensidade e as formas de utilização da mão-de-obra infanto-juvenil nos diferentes tipos de Unidades Produtivas Agrícolas.

Teve-se como pressuposto básico que o atual contexto do País obriga a família rural a incorporar o trabalho dos filhos menores à sua força de trabalho, o que já foi institucionalizado pelas estatísticas censitárias que incluem na população economicamente ativa da agricultura os menores

que trabalham, a partir dos 10 anos, remunerados ou não.

Verificou-se que a mão-de-obra infanto-juvenil é habitualmente utilizada em todos os tipos de Unidades Produtivas na cafeicultura da região e em quase todas as tarefas agrícolas nela desempenhadas. Sua participação no trabalho familiar mostrou-se acentuada e crescente.

Verificou-se também que o Estado investe na Escola Rural equipando-a de material e pessoal, mas orienta o processo ensino-aprendizagem definindo os conteúdos programáticos, direcionando suas metas, ainda que o faça sem obrigar os agentes, cuja formação também define.

Veiculando interesses urbanos a Escola Rural, servindo ao meio, o nega. Consciente ou inconscientemente difunde valores que motivam expectativas urbanas, estimulando o êxodo rural, no que é coadjuvada pelos meios de comunicação e pela interação campo-cidade.

Não se pode afirmar que exista entre os professores a consciência do que sua ação representa no meio rural, mas é possível concluir, pelos dados da pesquisa, que a Escola nesse meio serve à preparação de futuros trabalhadores que, proletarizados, venham a se constituir no chamado exército de reserva exposto à exploração do capital industrial.

THE PARTICIPATION OF MINORS IN COFFEE CROPPING AND
ITS INTERFERENCE IN THEIR EDUCATIONAL PROCESS

Author: MARTHA PEREGRINO DA SILVA

Adviser: Dra. MARIA IGNEZ GUERRA MOLINA

SUMMARY

Based on the "agricultural work/schooling" relationship, an attempt was made in this study to analyze the use of infant-juvenile labor and its reflections on the schooling of minors in the rural setting.

An empirical research was carried out in a coffee growing municipality in the State of São Paulo to assess the intensity and forms of infant-juvenile labor employment for this crop in the different types of Agricultural Productive Units.

The basic assumption was that the country's present context impels the rural families to incorporate the work of their younger children into their labor force. This has been institutionalized in census statistics which have included these working minors (from 10 years of age, whether

wage earners or not) as part the economically active agricultural population.

It was observed that infant-juvenile labor is utilized in all types of coffee cropping productive units in the region, as well as in almost all agricultural tasks carried out in these units. The participation of infants-juveniles in the family's work was show to be increasing and pronounced.

It was also observed that the State invests in Rural Schools, providing supplies and personnel, but orients the teaching-learning process by defining the program content and directing its goals, even though the agents (whose education is also defined by the State) are not obliged.

By disseminating urban interests, the rural schools, while, serving their environment, are denying it. Either consciously or unconsciously, it disseminates values that motivate urban expectations, stimulating rural exodus, with the help of the communication media and field-city interaction.

It cannot be stated the teachers are conscious of what their activities represent in the rural setting, however, based on research results it is possible to conclude that the rural school prepares future workers who, proletarianized, eventually will compose the so-called reserve army, exposed to the exploitation of the industrial capital.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo voltou-se inicialmente para o trabalho do menor no meio rural, tendo como objetivo verificar o grau ou extensão da exploração da mão-de-obra agrícola infanto-juvenil.

Partiu-se do pressuposto de que o processo de capitalização na agricultura brasileira apresenta graus diversos de desenvolvimento nas diferentes regiões do País, podendo manifestar várias formas de exploração da terra nas quais o trabalho infanto-juvenil seria explorado com maior ou menor intensidade.

Iniciados os estudos em questão, observou-se que o trabalho do menor no meio rural não pode ser analisado isoladamente. Além da problemática mais abrangente do contexto sócio-econômico, no qual se insere o trabalho agrícola do menor, condicionando-o, ficou evidente a íntima relação traba

lho agrícola e educação sistemática ou escolarização do menor no meio rural.

Existem muitas controvérsias a respeito do papel da Escola nesse meio, e da interferência do trabalho agrícola no processo educativo do menor.

Alguns autores, analisando o sistema global de ensino, responsabilizam o Estado pela situação educacional precária no meio rural; outros veem na problemática econômico-social do País a causa das dificuldades da Escola nesse meio.

Entre aqueles que estudaram a situação do menor no meio rural, distinguem-se os que enfatizam o problema da escolarização e os que dão maior destaque à questão do trabalho. Uns e outros se deparam com a mesma relação trabalho rural e educação sistemática ou escolarização do menor.

Estas considerações motivaram a reorientação do enfoque da pesquisa, o qual passou a ser definido como "Trabalho Agrícola do Menor na Cafeicultura e sua Interferência no Processo Educativo".

O trabalho foi estruturado a partir do levantamento do problema e da revisão da literatura existente sobre temas relacionados com a questão.

A primeira fase da revisão possibilitou:

- a. dimensionar o problema em seus diferentes aspectos;
- b. definir os objetivos da pesquisa;
- c. especificar as hipóteses do trabalho.

A segunda fase possibilitou fosse estabelecido o referencial teórico que deveria orientar a pesquisa. Este foi definido através de quatro conceitos fundamentais:

1. o conceito de Unidades Produtivas Agrícolas (UPAs);
2. o de Relações Sociais de Trabalho;
3. o de Relação Campo-Cidade; e
4. o de Institucionalização e Organização do Ensino.

Os conceitos 1 e 2 pareceram necessários, uma vez que o estudo do problema tinha como unidade de análise o MENOR, cujo processo educativo se supunha prejudicado pelo trabalho agrícola *realizado em UPAs cafeeiras*, através de possíveis e diferentes *Relações Sociais de Trabalho*.

Os conceitos 3 e 4 foram destacados em razão dos próprios objetivos do estudo, tendo-se por pressuposto que a *Relação Campo-Cidade* interfere também no processo educativo do menor, sendo este condicionado à *organização do Ensino Rural*.

Definido o referencial teórico, passou-se a estabelecer os caminhos da Pesquisa, o que levou à elaboração do Modelo Conceitual, instrumento útil, embora não indispensável.

A Pesquisa foi realizada em um Município situado em uma das sub-regiões da Divisão Regional Agrícola de Presidente Prudente, a qual encontra-se sub-dividida nas Sub-Regiões de Presidente Prudente, Martinópolis, Osvaldo Cruz, Dracena e Presidente Venceslau. A Sub-Região de Osvaldo Cruz, na qual se encontra a área da Pesquisa, abrange os Municípios de Osvaldo Cruz (sede sub-regional), Adamantina, Flórida Paulista, Lucélia, Mariápolis, Parapuã, Rinópolis e Salmorão.

Foi escolhido o Município-sede da Sub-Região de Osvaldo Cruz por se considerar que o mesmo apresentava condições significativas, com suas 777 UPAs distribuídas em uma área de 24.098 ha.

Sabe-se que houve aumento na utilização do trabalho de menores na agricultura no período 70/75, nas micro-regiões da Alta Sorocabana e de Presidente Prudente, na qual está inserida a sub-região de Osvaldo Cruz.

Em 1970, nesses duas DIRAS, 13.631 menores trabalhavam na lavoura. O número elevou-se, em 1975, para 17.243, o que representa um aumento de 3.612 menores.

A cafeicultura constitui-se em um tipo de cultura permanente que exige, além de outras mais pesadas, a execução de tarefas agrícolas consideradas leves (*). No desem-

(*) São consideradas leves na região, além da colheita do café, a arruação, a esparramação e até mesmo a adubação do solo para o plantio do café. Também são consideradas leves a capina, a colheita e adubação do solo para as lavouras intercalares.

penho dessas tarefas são ocupadas a mão-de-obra infanto-juvenil e a feminina, o que diminui sensivelmente o custo operacional da produção pela depreciação dos salários da mulher e do menor e, sobretudo, pela maior utilização do trabalho familiar.

Considerando-se que o menor é mais ocupado na lavoura do que na pecuária e que, entre os produtos cultivados na região o café se destaca como produto principal, ocupando a maior parte das terras cultivadas, concluiu-se que o estudo na área poderia trazer ponderáveis contribuições em relação ao problema.

É pertinente observar que a região conta com o maior e mais compacto bloco de café do Estado de São Paulo, segundo monografia mimeografada do Município (1978), fornecida pela Prefeitura de Osvaldo Cruz, o que também justifica a escolha da área geográfica para a Pesquisa. A viabilidade foi outro dado que interferiu na opção, condicionada aos recursos e ao tempo disponíveis.

No presente trabalho é feita inicialmente a colocação geral do problema e de sua importância. A seguir são definidos os objetivos gerais e específicos da pesquisa. Fez-se, então, a revisão bibliográfica sob dois enfoques: "Trabalho do Menor na Agricultura" e "Educação e/ou Escolarização do Menor no meio Rural". Segue-se o Modelo Teórico, fundamentado nas reflexões despertadas pela revisão da Literatura, ex

plicitando os conceitos utilizados e as hipóteses que orientaram o trabalho.

Na apresentação da Metodologia seguida foram colocados os procedimentos gerais e o Modelo Conceitual, com a definição das variáveis a serem analisadas para verificação das hipóteses. A demonstração destas é iniciada com breves considerações sobre a área da Pesquisa, seguida da Análise dos dados e das conclusões do trabalho.

Não se pretende ter esgotado o tema. Acredita-se, entretanto, que o estudo feito possa contribuir para ajudar sociólogos, educadores, trabalhadores sociais e demais técnicos envolvidos com o problema e oferecer subsídios para os planejadores da Política Social e Educacional do País e sobretudo da Região.

2. O PROBLEMA E SUA IMPORTÂNCIA

Entre as preocupações da moderna sociedade ocidental, aquelas que dizem respeito ao menor são consideradas como responsabilidade da Família e do Estado. Destacam-se, entre outras, as preocupações com o trabalho infanto-juvenil e com a educação do menor.

A história revela que o trabalho infanto-juvenil tem sido usado a favor de forças econômicas pressionadoras. Na Inglaterra, a partir da revolução industrial, crianças de 5 anos trabalhavam cerca de onze a dezesseis horas por dia, cozendo luvas. Foi também aí que apareceu, pela primeira vez, a reação em defesa do menor trabalhador através da voz dos operários e de alguns parlamentares. Entretanto, apenas a partir de 1808 foi possível a conquista do limite de idade para 14 anos.

À Conferência Internacional do Trabalho, reunida em Gêneve em 1921, devem-se os primeiros esforços para regulamentar o uso do trabalho de menores na agricultura. Ao Convênio que então se firmou aderiram poucos países. Esse convênio procurava controlar o limite de idade de ingresso do menor no trabalho agrícola através da regulamentação da frequência escolar.

A IV Conferência dos Estados da América, realizada em 1949 em Montevideu, explicitou recomendações para o estabelecimento de leis e regulamentos nacionais que fixassem a idade mínima legal de admissão ao trabalho, reconhecendo, porém, a validade de um limite mais baixo em relação às atividades agrícolas.

No Brasil as leis que fixaram as normas a respeito do trabalho infanto-juvenil datam de 1891. A lei 1313, que se referia ao trabalho do menor em geral, proibia a sua ocupação noturna em certos serviços e limitava ao máximo de 7 horas a jornada de trabalho dos menores de 12 a 15 anos, para o sexo feminino, e de 12 a 14, para o masculino.

A *Constituição Federal de 1934*, em seu artigo 121, letra d, proibiu o trabalho do menor que não tivesse atingido 14 anos. Mantida a proibição pela Constituição de 1937 (artigo 137, letra k), houve um retrocesso na *Constituição de 1946* que, em seu artigo 157, inciso IX, mantendo embo-

ra a idade mínima de 14 anos, permitia o trabalho do menor, uma vez "respeitadas em qualquer caso, as condições estabelecidas em lei e as exceções admitidas pelo Juiz competente."

A *Constituição de 1967* recuou ainda mais e a *emenda de 1969*, no artigo 165, inciso XV, confirmou o limite previsto em 1967 para 12 anos, conquanto imponha o ensino obrigatório dos 7 aos 14 anos. A nova organização do ensino, instituindo o Ensino de Primeiro Grau, integrando o primário e o antigo ginásio, leva a estender este período até os 15 anos.

A *C.L.T.* (Consolidação das Leis do Trabalho - 1943), em seu artigo 403 confirma o limite de 12 anos e estabelece como condições que, ao menor dos 12 aos 14 anos:

- a. seja garantida a frequência à escola de modo a assegurar a formação em nível primário;
- b. os serviços sejam de natureza leve, não nocivos à saúde e ao desenvolvimento.

O *Estatuto do Trabalhador Rural*, Lei 4.214 de 02.03.1963 estabelece normas sobre o trabalho do menor. Apresenta, porém, certa ambiguidade porque:

- a. não estabelece o limite mínimo de idade;
- b. o artigo 11 estabelece e institui "em todo o território nacional, para as pessoas maiores de 14 anos, sem distinção de sexo ou nacionalidade, a carteira profissio-

nal de trabalhador rural;

c. o artigo 34 trata do direito que tem o menor, com mais de 16 anos, a receber salário igual ao salário do adulto e estatui para o menor com menos de 16 anos a metade do salário mínimo pago ao adulto;

d. os artigos 57 e 59 referem-se a menores de 18 anos e com menos de 21 anos respectivamente.

Fica evidente que a questão do trabalho do menor tem preocupado legisladores, juristas e organizações de trabalho.

Quanto aos estudos sociológicos sobre o assunto, particularmente sobre o trabalho do menor no meio rural, e sua interferência na escolarização e no processo educativo, são raros os trabalhos existentes.

O assunto é relevante, tanto por sua significação intrínseca, quanto pela escassês de pesquisas sociológicas que sirvam de suporte para emendas de leis sobre o trabalho infanto-juvenil ou modificações significativas em sistemas educacionais.

O trabalho que insere o homem no processo geral de produção, sobretudo o trabalho agrícola com suas exigências de ocupação mais ou menos constante, prolongada nos períodos das safras, pode constituir-se em prejuízo para o desenvolvimento físico e intelectual dos menores, obrigando-os

a atividades não condizentes com sua fase de desenvolvimento físico e mental, forçando-os a um amadurecimento prematuro em relação às responsabilidades sócio-econômicas na sociedade.

Ocupando-se em tarefas sazonais, mesmo leves, o menor afasta-se periodicamente da instituição escolar responsável por sua instrução, afastando-se igualmente da presença educativa dos pais, ficando apenas entregue à vigilância de capatazes mais preocupados com a produtividade de trabalhadores do que com a educação de aprendizes.

Interessa à Indústria agrícola na produção capitalista que se vai impondo no meio rural brasileiro, que o trabalho se realize depressa, para que não seja perdida qualquer parcela da colheita. Para se atender às necessidades da safra, o sono da criança é prejudicado, pois ela deve começar mais cedo o serviço. Por outro lado, a tarefa é mais prolongada, apresentando-se com sua característica de repetição e monotonia, contrária aos interesses e necessidades infantis.

A criança precisa de atividades diversificadas, que estimulem as forças de toda a musculatura em desenvolvimento, e conduzam a exercícios de inteligência e de criatividade. Realizando por horas seguidas os mesmos movimentos de colher algodão, café, frutas, etc., o organismo da criança e as faculdades de seu espírito não recebem os estímulos necessários ao desenvolvimento normal. Ainda que o trabalho seja

fácil e, em si mesmo, saudável, porque realizado ao ar livre, torna-se nocivo por sua repetição e continuidade durante longas horas e semanas.

Por outro lado, a criança necessita de atividades lúdicas e nem sempre é possível ao menor "brincar" durante a tarefa agrícola. Só o é quando cada um trabalha para ganhar de acordo com a tarefa executada, o que provoca a dilatação do tempo de trabalho. Quando recebem por dia de trabalho, como ocorre nos períodos de carpa e de colheita do café, os menores são vigiados sob o maior cuidado.

O que se pode prever quando o seu trabalho é uma parte do trabalho familiar, contratado este por produtividade? ... As leis que proibem o trabalho do menor de 12 anos nada falam quando ele se constitui numa parte da atividade familiar. Sua participação fica a critério dos pais, e condicionada às exigências da produtividade da família.

O presente estudo tem em vista verificar o problema em região cafeeira, portanto, de produção voltada para a exportação, na tentativa de incrementar um processo reflexivo e atento sobre a inserção do menor no trabalho agrícola e no processo geral de produção. Pretende ainda contribuir para uma reflexão sobre a organização do ensino no meio rural, pressupondo que a atividade agrícola continuada pode afetar a escolarização e o processo educativo do menor.

As tarefas agrícolas habitualmente realizadas, se não destroem de todo, podem obstaculizar as tendências naturais do imaturo em seu desenvolvimento:

- tendências que se referem às atividades lúdicas;
- tendências de agrupamento por níveis de idades em torno de interesses condizentes com cada fase infanto-juvenil; tendência espontânea à curiosidade de aprender (necessidade intelectual);
- necessidade do descanso do menor em vista do seu desenvolvimento;
- necessidades básicas de alimentação suficiente e sistemática, nem sempre atendidas quando o menor desempenha trabalhos que requerem tempo e quase obstinação de vontade.

3. OBJETIVOS DA PESQUISA

3.1. Objetivo geral

Analisar a associação entre os diferentes tipos de unidades produtivas existentes na agricultura e a utilização do trabalho do menor num município cafeicultor.

3.2. Objetivos específicos:

3.2.1. Identificar as diferentes formas de utilização do trabalho do menor nos diversos tipos de UPAs.

3.2.2. Verificar as relações sociais de trabalho predominantes na cultura cafeeira nas diferentes unidades produtivas e sua possível influência sobre trabalho e escolarização dos menores pertencentes a famílias de agricultores.

3.2.3. Verificar se as relações cidade-meio rural afetam e de que maneira a relação trabalho e escolarização no

meio rural.

3.2.4. Verificar como o Ensino Rural influi no proce
so educativo do menor que trabalha na agricultura.

3.2.5. Oferecer subsídios para uma reelaboração da po
lítica afeta ao trabalho e à educação do menor na agricultura.

4. REVISÃO DE LITERATURA

4.1. Trabalho do Menor na Agricultura

KAUTSKY (1968 - 124) refere-se ao emprego de menores na agricultura, em diferentes países europeus e sobretudo na Alemanha. Afirma que a utilização do trabalho do menor, restringindo sua instrução, aumenta à medida em que a agricultura se racionaliza e à medida em que cresce a concorrência entre a exploração científica do solo e a pequena cultura rotineira.

Observa também como, na pequena propriedade , que ainda resiste ao sistema capitalista de produção, a frugalidade e o excesso de atividades agrícolas extenuam o agricultor, condenando a um trabalho forçado não apenas o chefe, mas toda a família. Nessas pequenas unidades exploradas pelo proprietário, as crianças estão sempre sujeitas à exploração.

Um relatório westfaliano citado por KAUTSKY (1968 - 123) afirma: "O trabalho das mulheres e dos menores é raramente feito por estranhos e não acarreta, pois, inconveniente de espécie alguma. O das crianças é mesmo muito proveitoso. Mas na maioria das vezes elas são exauridas pelos próprios pais... (...)"

Observa-se em KAUTSKY que a atividade dos menores causa preocupações acentuadas quando estes exercem atividades agrícolas incluídas no trabalho familiar e quando o fazem a serviço de arrendatários, que os levam a trabalhar em troca de casa e mesa, situação bastante comum no nordeste da Alemanha.

O autor faz importante observação ao estudar o problema do trabalho acessório a que se vê obrigado o agricultor para suplementar a renda da família. Quanto mais esse trabalho o ocupa, tanto mais as suas propriedades diminuem e menos ele pode atender às necessidades domésticas. Igualmente, quanto mais o trabalho pago ocupa o primeiro plano, tornando acessório o trabalho doméstico, tanto mais o primeiro absorve o tempo da família. Habitualmente isto ocorre no momento em que seria necessário que ela empregasse toda a sua energia na exploração da própria gleba, nas fases da colheita. Essa atividade, porém, vai passando gradativamente às mulheres, aos menores e, às vezes, até aos avós semi-inválidos.

Um memorial de Hubert Auchagen, sobre a grande e a pequena exploração agrícola, citado por KAUTSKY (1968 - 127-128) informa que o pequeno camponês recebe dos filhos, ainda menores, um auxílio considerável. Estes começam a ajudá-lo, não raro, desde que começam a andar. Segundo o relatório em foco, o camponês empregava no trabalho agrícola todos os seus filhos menores, sem excluir o mais novo que tinha apenas 7 anos.

Discutindo o problema da Proteção ao Proletariado Agrícola KAUTSKY (1902 - 64/65) lembra que "entre as leis protetoras dos trabalhadores, as mais importantes são aquelas que têm por objeto proteger a geração em crescimento".

Analizando a questão do trabalho assalariado das crianças observa que aquele exerce deploráveis efeitos sobre estas, cujas forças de resistência são menores do que a dos adultos, ressentindo-se mais vivamente de todos os males físicos e morais e sofrendo-lhes as consequências para toda a vida. Explica que, assim como na indústria, a grande exploração agrícola criou uma série de trabalhos simples e fáceis, aos quais são atribuídos baixos preços, sendo os mesmos confiados às crianças: amontoar pedras, ajudar nas colheitas, etc.

O autor assinala um ponto importante quando observa que, na medida em que rareia a oferta de trabalho adulto no campo, mais se faz sentir a necessidade de introduzir as crianças no

trabalho. Este, em razão das tarefas mais prolongadas e também mais monótonas, implica na vigilância severa aos menores.

Observa o autor que, embora não se use o trabalho noturno na agricultura, com frequência é abreviado o tempo de repouso das crianças as quais começam, excessivamente cedo, principalmente no verão, a executar essas tarefas.

Nas plantações de beterraba, ligadas às refinarias de açúcar, de côcoras, o corpo inclinado para a frente, fazendo afluir o sangue à cabeça, crianças de 6 a 14 anos eram empregadas durante 12 a 18 horas por dia numa tarefa insuportável para adultos. Depois de várias semanas ocupadas nisso, o retardamento em relação ao desenvolvimento intelectual parece ao autor consequência inevitável e normal.

Segundo KAUTSKY (1968), a agricultura alemã, em 1882 ocupava 291.286 crianças. A estatística oficial, porém, revelou pela primeira vez em 1885 que o número de crianças alemãs que trabalhavam pela subsistência, com menos de 14 anos, era de 214.954; entre elas, 135.125 trabalhavam na agricultura, sendo que 30.604 tinham menos de 12 anos, o que representa 19,9% do total. O autor observa que tais números eram bastante irreais, calculando em mais de um milhão o número de crianças efetivamente empregadas em trabalhos de subsistência. Ele não rejeita o trabalho agrícola infantil mas pretende que a proteção à criança em relação ao trabalho não se dirija a

uma delimitação de idade mínima para o ingresso na atividade agrícola ou em qualquer outra atividade produtiva. Prefere a idéia de se definir tempo de trabalho, opinando que o mesmo seja de 4 horas diárias, incluindo em seu conceito de criança, o menor até os dezoito anos.

Focalizando trabalho-escolaridade no meio rural, destaca-se o estudo de CALDEIRA (1960) o qual, nas suas justificativas, lamenta o fato de que, motivos estranhos à própria vontade, o tenham impedido de executar a pesquisa originalmente programada e a ser realizada em Municípios de grande expressão agrícola.

Na primeira parte de seu estudo oferece uma visão geral do *trabalho agrícola do menor* a nível internacional. Analisa a situação de países desenvolvidos e de países pobres. Observa que o investimento de capitais no setor agrícola, com todo o acervo de tecnologia que pode usar com o emprego de máquinas, subverte a estrutura de amplas camadas sociais, levando famílias inteiras, cujas propriedades são absorvidas pelas grandes empresas, a alugar a força de trabalho para poderem subsistir. A intensa utilização de maquinárias não permite ou não facilita o trabalho do menor. Considerando isto, CALDEIRA (1960 - 20) observa que existe estreita relação entre o emprego de menores na agricultura e o nível de desenvolvimento econômico. Quanto maior este, mais aperfeiçoada será a

tecnologia, diminuindo a utilização da mão-de-obra infanto-juvenil. Apesar disto, de acordo com o autor, encontram-se no setor agrícola os maiores efetivos de mão-de-obra infanto-juvenil, no conjunto das diversas regiões do mundo. As informações por ele colhidas o levam a identificar uma tendência à redução do emprego de menores na agricultura, nas sociedades que apresentam uma estrutura agrícola industrializada; ainda assim, em sua totalidade, mesmo os países amplamente industrializados utilizam a mão-de-obra infanto-juvenil, que assegura o trabalho nas empresas familiares e nas explorações que podem utilizar tecnologia tradicional.

Baseado em informes da Organização Internacional do Trabalho o autor observa que, nos Estados Unidos, em 1950, trabalhavam na agricultura cerca de 900.000 menores com menos de 16 anos, entre os quais 447.000 estavam entre 10 e 14 anos; os dados lhe parecem significativos relativamente à população rural norte-americana que totalizava, então, sete milhões de pessoas, isto é, 12.8% dessa população era constituída por menores trabalhadores. Correlacionando desenvolvimento econômico e emprego de menores na agricultura, conclui que o reduzido nível de industrialização agrícola implica no aumento do uso do trabalho do menor. Não fundamenta, porém, em estatísticas, esta afirmação.

Analizando ao nível internacional as limita-

ções legais ao emprego de menores na agricultura e tendo explorado dados relativos à Austrália, Ásia e África, como também referentes a diversos países da Europa, vários Estados da América do Norte e países da América Latina, conclui ser não apenas praticamente impossível a proibição do emprego de mão-de-obra infanto-juvenil na agricultura, fora das horas de ensino como, também, desejável tendo em vista a formação profissional dos menores.

Julga precária a legislação trabalhista no Brasil em relação ao trabalhador que se ocupa da agricultura.

Ao tempo em que publicou o seu estudo ainda não existia no Brasil o Estatuto do Trabalhador Rural, Lei 4.214, de 02.03.1963, revogado pela Lei 5889 de 08.06.1973, nem o Estatuto da Terra, Lei 4.504, de 30.11.1964. Entretanto, deve-se observar que eles nunca foram, nem o são, aplicados com a devida fidelidade.

O Estatuto da Terra, ao dispôr sobre os imóveis rurais, para os fins de execução de uma possível Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola, reconhece a necessidade do atendimento à função social da Unidade Produtiva.

Explicando esta função, mostra que a propriedade da terra a desempenha integralmente quando, simultaneamente:

- favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- observa as disposições legais que regulam as

justas relações de trabalho entre os que a possuem e os que a cultivam.

Reconhece no art. 2º, § 2º letra b, ser dever do Poder Público "zelar para que a propriedade da terra desempenhe sua função social, estimulando planos para a sua racional utilização, promovendo a justa remuneração e o acesso do trabalhador aos benefícios do aumento da produtividade e ao bem estar coletivo".

No Capítulo IV, que trata do uso da posse temporária da Terra, Seção III, artigo 96, inciso VII, § único, a lei afirma: "os contratos que prevejam o pagamento do trabalhador, parte em dinheiro e parte percentual na lavoura cultivada ou gado tratado, são considerados simples locação de serviço, regulada pela legislação trabalhista ..."

PRADO JUNIOR (1963) observa que a atenção principal e quasi única da Reforma Agrária concentrou-se no problema da subdivisão da propriedade fundiária, com prejuízo de aspetos importantes, como o da legislação-social-trabalhista aplicada ao trabalhador rural.

Analisando esta ênfase da lei adverte que a proteção legal deixa a descoberto o trabalhador do campo, ficando este praticamente excluído dessa proteção que só favorece o trabalhador urbano. Lembra ainda que, se a atenção da

política agrícola se tivesse detido mais na importância das discussões a respeito do projeto-de-Lei sobre o Estatuto do Trabalhador Rural, o debate ter-se-ia alargado e seriam evitadas as deficiências em que incidiu a lei 4.214, publicada no Diário Oficial de 18 de março de 1963.

TOSCANO (1976) analisando a evolução e composição da população agrícola do Estado de São Paulo, no período 72-76, observa ser alta a taxa de participação dos menores com menos de 15 anos, no trabalho agrícola durante as tarefas estacionais, afirmando que, se o mesmo representa em média cerca de 20% da mão-de-obra agrícola, nos meses de maior trabalho essa taxa aumenta sensivelmente. Esta participação é mais solicitada nas épocas de colheita, chegando a se igualar trabalho do menor e trabalho adulto.

A porcentagem de 20% é bem maior do que a dos Estados Unidos em 1950.

ARAÚJO MARTINS (1978) volta-se especificamente para a participação do menor como força de trabalho no setor primário, apresentando na IV Reunião Nacional sobre Mão-de-Obra Volante na Agricultura, realizada em Botucatu, Estado de São Paulo (1978), um estudo sobre o tema. Considera que a utilização do trabalho do menor na agricultura está relacionada com os diferentes níveis de desenvolvimento das forças produtivas do meio rural. Analisa a questão em diferentes DIRAS

do Estado de São Paulo e do Paraná.

O autor observa que a expansão capitalista efetuou-se rapidamente no Estado de São Paulo, em decorrência do desenvolvimento da economia cafeeira, dando origem a uma configuração espacial de áreas modernas onde se estabelecem culturas mais comercializadas e exploradas através de técnicas avançadas, ao lado de áreas tradicionais. O antagonismo entre essas áreas implica em diferentes formas de exploração do trabalho da população economicamente ativa. Nas áreas modernas, onde as relações sociais de produção se manifestam sob a forma de trabalho assalariado, o menor passa a competir no mercado de trabalho a fim de complementar a renda da família. Em outras áreas, quando a família se constitui em unidade de produção, a mão-de-obra do menor aparece como um dos componentes da exploração, uma vez que a força de trabalho é medida pelo número de pessoas em condições de manejar a enxada.

O estudo de ARAÚJO MARTINS (1978) analisa o problema no período 70/75. Segundo este estudo a utilização do trabalho do menor parece ser principalmente explorada nos pequenos e médios estabelecimentos, onde aparece como sendo mão-de-obra auxiliar e às vezes como reserva de força de trabalho. Em áreas onde a tecnologia apresenta progressos o menor surge como volante. Nas Divisões Regionais de Ribeirão Preto, Campinas e Bauru, onde a capitalização é mais intensa, decresce a utilização do trabalho do menor. Parecem justifi-

car tal diminuição:

- a intensa e crescente mecanização das lavou-
ras;
- o aumento das médias e grandes propriedades
em detrimento das pequenas;
- o crescente aumento do trabalho adulto assa-
lariado, com a diminuição do trabalho fami-
liar.

Em outras DIRAS, como as do oeste Paulista e as de Marília, Sorocaba, São Paulo e Vale do Paraíba, considera o autor que a expansão capitalista se efetua em processo ora acelerado, ora mais moroso, resultando em maior utiliza-
ção do trabalho do menor. Aumentou em números absolutos a utilização desse trabalho nas micro-regiões de Apiaí, Parana-
piacaba e Campos de Itapetininga. Abrangendo, num leque mui-
to grande, todas as DIRAS de São Paulo e Paraná, esse estudo deve ser considerado como uma abertura à discussão. Ele não se propõe uma análise exaustiva. Carecendo, também, de dados mais completos, a amplitude da área escolhida prejudicou sua profundidade.

Afirma ARAUJO MARTINS (1978 - 254) que "o au-
mento do emprego do menor tornou-se lugar comum no meio rural frente à crescente necessidade da família de recrutar todos os braços disponíveis, de maneira a complementar os baixos rendimentos percebidos". No Brasil, em 1970, subia a

2.900.330 o número de menores ocupados na agricultura. Em 1975 os dados censitários acusavam 4.481.500 trabalhadores menores.

O autor observa, em suas conclusões, que o trabalho do menor, assim como o trabalho feminino na agricultura, são considerados como meios mais lucrativos para os empregadores. Tanto mais que, embora o Estatuto da Terra prescreva para o menor um salário inferior ao do adulto, dada a menor jornada e a natureza mais leve dos serviços, na prática este salário é ainda inferior ao do trabalho feminino que, por sua vez, é inferior ao trabalho masculino na agricultura.

ANTUNIASI (1981) denuncia a escassês de estudos sociológicos sobre o trabalho infanto-juvenil no meio rural, afirmando não existir significativa preocupação com o problema: limita-se a registrar a presença do menor nas tarefas agrícolas. Lembra o trabalho de REBOUÇAS DE BRITO (1979) o qual registra a exploração da mão-de-obra de menores de 5 a 7 anos, entre pequenos produtores do Recôncavo Baiano. Cita CALDEIRA (1960) e observa que o fato do trabalho infantil assalariado aparecer em pequena quantidade pode ter levado os pesquisadores a não se interessarem pelo assunto.

ANTUNIASI (1981-89) afirma que nas regiões predominantemente pecuaristas que também cultivam algodão e *café*, são os trabalhadores-mirim não assalariados que têm

maior participação. Observou em sua pesquisa que, na região do Vale do Paraíba (Região II), a participação da mão-de-obra mirim aparece associada a um maior percentual de mão-de-obra familiar. As pequenas propriedades utilizam o trabalho infanto-juvenil integrado no trabalho familiar em maior quantidade. Nas DIRAS de Sorocaba e São Paulo, o trabalho infanto-juvenil representa cerca de 20% do total da força de trabalho nas propriedades de até 20 ha. Esta observação de ANTUNIASI confirma aquela de KAUTSKY (1968) sobre o trabalho acessório do agricultor, quando adverte que tal trabalho resulta em maior utilização da mão-de-obra das mulheres, crianças e dos avós, na lavoura da própria gleba.

4.2. Educação e/ou escolarização e trabalho rural do menor

As considerações tecidas por KAUTSKY (1902) a respeito da relação trabalho-escolarização ocupam algumas páginas da obra intitulada "A Política Agrária do Partido Socialista". Nelas discute o problema nos meios urbano e rural. Comentando a exploração da criança pelo trabalho agrícola assalariado, observa não ser necessário enviar crianças como empregados assalariados à casa dos estranhos, no intuito de ocupá-las eficazmente. Vedando-se o trabalho assalariado das crianças até 14 anos, considera que, com maior razão, dever-se-ia vedá-lo na agricultura. Sugere mesmo ser preciso interditar, até uma idade mais avançada, o trabalho de crianças

fora do lugar de domicílio, não obstante tal interdição, por si mesma, não resolver a questão do trabalho agrícola infantil, pois a criança encontra, na propriedade agrícola dos pais, ensejo suficiente para ser ocupada. Corre-se o risco de que os próprios pais aproveitem dos filhos até à estafa. Verifica o autor que a exploração dos filhos manifesta-se pelos esforços feitos no campo a fim de abreviar o tempo consagrado à escola.

KAUTSKY (1902 - 81) encarece a necessidade de se aperfeiçoar e desenvolver o ensino no campo, e isto no próprio interesse da agricultura. Ao contrário da indústria que reduz à extrema simplicidade o trabalho do operário, a agricultura cada vez mais se complica, tornando seus instrumentos sempre mais delicados, e exigindo cada vez maior inteligência. Sugere o autor ser da maior importância que a instrução no meio rural seja largamente ministrada não só até os 14 anos, mas que desperte o desejo de outra mais completa. Considerando que o agricultor exige o rendimento do trabalho infantil e crescendo tal exigência na medida em que escasseiam os trabalhadores agrícolas assalariados, sugere ser preciso que o ensino seja mais elevado, devendo comportar conhecimentos sobre as ciências necessárias à exploração racional da agricultura tais como a química, a mecânica, a botânica, a zoologia e a geografia.

Cabe aqui, novamente, referência a CALDEIRA (1960) o qual, segundo os objetivos de sua Pesquisa pretende:

a. fornecer idéia a mais aproximada possível da escala em que o menor participa das atividades agrícolas , quer como membro da família, quer como unidade autônoma de trabalho.

b. recolher informações que facilitem a avaliação das possibilidades educacionais do menor no meio rural dos municípios investigados e dos possíveis fatores de intervenção negativa na sua escolarização.

Observa que o menor constitui habitualmente parte integrante da força de trabalho da família e que sob diferentes regimes de posse da terra é, em geral, contratada a atividade familiar. Além de se basear em dados do censo de 1950 sobre 140 municípios tipicamente rurais, nas diferentes regiões do País, o autor apresenta os resultados da pesquisa realizada entre famílias rurais de Colatina, Estado do Espírito Santo.

Em suas conclusões observa que o trabalho agrícola do menor ocorre mais comumente, como tendência geral, nas regiões de economia escassamente desenvolvida, onde a agricultura congrega a maior parte da população ativa.

Quanto à interferência do trabalho agrícola na escolaridade do menor, o autor conclui que trabalho e escola

apresentam-se como elementos inconciliáveis. Ele não julga acertado fazer coincidirem as férias escolares com o tempo de maior atividade agrícola, porque a medida lhe parece resultar em detrimento da integridade física e mental do menor. Este retornaria à atividade escolar em condições incompatíveis com uma aprendizagem normal.

A conclusão fundamental do autor vincula o problema do menor na agricultura aos problemas da família. Para ele, qualquer melhoria em relação ao trabalho e escolaridade do menor está condicionada às mudanças nas situações que obrigam muitos pais a utilizarem o trabalho dos filhos menores com prejuízo da escolaridade, para suplementar o orçamento doméstico. No exame da situação em Colatina também aborda a questão do despreparo de professoras pouco estimuladas pelo baixo nível de remuneração.

O estudo de CALDEIRA (1960) levantou problemas que podem e devem ser reexaminados à luz das mudanças ocorridas na agricultura nos últimos 20 anos. Entre tais mudanças parece oportuno lembrar o processo de produção capitalista que se vai acelerando na agricultura brasileira.

WANDERLEY (1979 - 17) afirma: "O caráter capitalista na agricultura brasileira parece ser hoje aceito pelos estudiosos da questão e o debate feudalismo-capitalismo perdeu seu conteúdo polêmico. A tendência dominante se orien

ta no sentido de admitir o pressuposto da dominação do capital na agricultura nacional e de compreender as formas concretas de sua reprodução, considerando que, em determinadas circunstâncias, ela cria e reproduz relações de produção diferentes da relação definidora do próprio capital".

SILVA (1978) examinando o conceito de indústria e industrialização, vê a expansão cafeeira ligada à industrialização, considerando uma e outra como dois estágios de transição capitalista no Brasil.

GRAZIANO DA SILVA (1978 - 237) reconhece uma agricultura capitalista no Brasil quando afirma: "Pode-se dizer que a estrutura de distribuição da propriedade da terra enquanto produto de um determinado padrão de desenvolvimento capitalista, que não só defende como subsidia a grande propriedade, influi no mercado de oferta de produtos agrícolas e na absorção de meios de produção de origem industrial. É esse mesmo padrão de desenvolvimento capitalista que faz com que a propriedade da terra condicione o acesso aos meios de produção de origem agrícola, na forma de reservas de valor. Além do próprio valor da terra em si e das riquezas a ela naturalmente associadas, eles se constituem num estoque de riqueza potencial que, num determinado momento, pode ser convertido em dinheiro pelos proprietários".

MALASSIS (1969) relaciona a educação rural com

o desenvolvimento econômico global e com o sistema geral de educação, observando que o desenvolvimento agrícola não é autônomo. Para ele as etapas ou períodos de desenvolvimento global correspondem etapas de desenvolvimento agrícola.

Analizando a questão da oportunidade da educação rural, coloca como problema fundamental a necessidade de se saber se a educação é causa mais do que consequência do desenvolvimento. Argumenta dizendo que a história do crescimento agrícola mostra que este não parece estar ligado necessariamente ao desenvolvimento de investimentos intelectuais na agricultura. Cita casos de desenvolvimento por extensão e por fatores naturais (recursos da terra), que nada têm a ver com o desenvolvimento intelectual. Aceita, porém, que a história econômica demonstre exemplos de crescimento agrícola ligados à educação rural, como nos casos da Dinamarca, Israel, Japão, etc.

Observa que a educação não representa no meio rural ou em qualquer outro apenas um investimento mas se constitui em direito fundamental da pessoa humana, um meio de escapar à desigualdade social e às diferentes formas de dominação. Observa ainda que nos países onde o processo de industrialização começa a se desenvolver, ocorre a transferência da população agrícola para atividades não agrícolas, cabendo à escola o papel acelerador nessas transferências, em detrimento do setor agrícola, que perde sua mão-de-obra. Observa-

-se aqui a contradição capitalista, denunciada também pelo autor: de um lado o desenvolvimento da educação é necessário para assegurar o desenvolvimento rural; de outro, esse desenvolvivimento facilita o acesso a carreiras não agrícolas e pode acelerar o êxodo dos mais capazes e que melhor internalizem os conhecimentos oferecidos pela escola.

Para MALASSIS (1975), mais preocupado com o problema da educação rural do que com o trabalho do menor relacionado com a educação, não basta a revisão dos programas das escolas rurais, nem a localização das escolas de agricultura no meio rural. O desenvolvimento da educação deve ocorrer paralelamente a toda uma transformação estrutural da agricultura. Ele compartilha do ponto de vista daqueles que vêm na modernização da vida rural a única solução e sugere a adoção de medidas radicais como a reforma agrária, a pesquisa agrícola, programas de desenvolvimento das comunidades rurais, assistência técnica, utilização de mão-de-obra rural na construção de estradas, casas e escolas e outros programas que visem tornar a vida no meio rural ao mesmo tempo mais produtiva e mais atraente.

Este autor afirma existir relação entre níveis de educação e níveis de desenvolvimento dos setores da atividade econômica. Também considera a modernização da agricultura como causa e consequência do desenvolvimento da educação. Para ele não se pode separar a formação do agricultor, do pro-

cesso de melhoria da agricultura. Tal melhoria supõe alterações fundamentais no regime de propriedade, na dimensão das unidades produtivas, na comercialização dos produtos agrícolas, organização do crédito rural, etc.

Para MALASSIS (1969) o sistema de educação deve ter em vista o conjunto da comunidade rural. Não pode haver promoção individual sem promoção coletiva. Para atender a tais exigências torna-se necessária uma ação coordenada de diferentes profissionais (especialistas em saúde, ensino primário, educação de adultos, economia doméstica, educação rural, cooperativismo, etc.), ao nível da comunidade.

Percebe-se que o autor não está preocupado apenas com o ensino primário ou o ensino de Primeiro Grau para menores e, sim, tem em vista programas de Desenvolvimento de Comunidade. Sugere também que os sistemas de educação devem adaptar-se aos diferentes estágios de desenvolvimento econômico, considerando os sistemas educacionais intransferíveis de um país para outro.

MALASSIS (1975 - 30-31) adverte de modo incisivo que as formas de educação dependem dos sistemas sócio-econômicos ou das formas de produção. "Nas sociedades progressistas, explica ele, em razão do ritmo de mudança e da crescente complexidade dos processos de produção, a educação é institucionalizada e a escola torna-se o símbolo da sociedade

em desenvolvimento. A escola tem por objeto principal a aquisição de conhecimentos; ela não cobre o processo educativo na sua totalidade: a família, o meio de vida e o meio social continuam a desempenhar um papel fundamental ... Sub-sistema da sociedade, a educação reflete, necessariamente os principais traços dessa sociedade... A escola desenvolve um papel de formação ideológica, relacionado com as ideologias dominantes, inspiradas pelas classes dominantes ... Sob esta perspectiva, sem emprestar ao termo um sentido pejorativo, a educação é, por natureza, conservadora". Estas observações levam a relacionar Escola Rural e meio Rural com o meio urbano, com a formação acentuadamente urbana dos professores, com a função urbanizadora e a natureza conservadora da Escola. Observa o autor (1975 - 40) que os sistemas educativos baseados em uma formação geralmente tradicional, produzem muitos "administradores" de zonas rurais que se vangloriam de "nada conhecer em relação à agricultura" tanto para se desculparem quanto, provavelmente, para se fazerem notar. Acrescenta, além disso, (p 41) que "a taxa de formação rural é fraca, porque o acesso das populações rurais à educação é fraco, havendo tendência, em relação às pessoas mais instruídas, de deixar a agricultura".

PEREIRA (1971) considera a Escola Primária como grupo social diferenciado em sub-grupos. Professores e alunos de uma unidade escolar formariam estes sub-grupos, a

que o autor chama de sub-grupos de ensino. Neles existem elementos comunicadores e elementos receptores. O sub-grupo de ensino desempenha dois tipos de funções: a explícita e a implícita. A primeira consiste na transmissão da herança sócio-cultural, através da leitura e escrita, dos cálculos e elementos das ciências físicas, higiene, história, preceitos e valores morais, cívicos e artísticos.

Segundo PEREIRA (1971-180), o conteúdo da herança sócio-cultural faz parte do patrimônio cultural das camadas sócio-econômicas urbanas "não inferiores". Liga-se este patrimônio a um estilo de vida urbana. Por isto mesmo, o sub-grupo de ensino atua nas comunidades rurais como agência ou instrumento de desintegração do estilo de vida rural, no que constituiria sua função implícita.

O autor observa que a atividade urbanizadora da Escola, no conjunto da rede de Escolas Primárias, realiza a função implícita do sub-grupo de ensino.

Ao lado da Escola, outras Instituições Sociais desempenham também esta função implícita e, provavelmente, com a maior influência.

O exercício da atividade urbanizadora da Escola e de outras Instituições suscita forte tendência à urbanização.

PEREIRA (1971 - 1983) observa que as escolas primárias das zonas urbanas e rurais do Estado de São Paulo não apresentam diferenças pronunciadas quanto às características do corpo docente e quanto ao conteúdo cultural-urbano do ensino. O Estado controla a formação profissional dos professores e a própria atividade docente, através da fixação de programas e de um conjunto de padrões. Este controle não é absoluto mas, nem por isto, deixa de representar uma grande força homogeneizadora no ensino.

MARTINS (1975) apresenta um estudo sociológico sobre a valorização da escola e do trabalho, no meio rural. Propõe-se analisar a questão, não ao nível da situação escolar, mas ao nível da situação-social, entendendo por sujeito de tal situação não apenas, nem propositadamente, o aluno do curso primário (portanto o menor), mas ainda as pessoas para as quais a escolarização do menor é parte do próprio teor de vida.

A escolarização não foi o tema principal da pesquisa que alicerça o seu estudo. Esta dizia respeito às Condições Sociais do Desenvolvimento Agrário em São Paulo. A partir dela o autor utilizou-se de entrevistas feitas durante o trabalho, as quais serviram de material empírico, objeto de análise.

Ele demonstra que, na agricultura brasileira ,

o homem começa a trabalhar desde a infância, sendo a escola habitualmente pensada em sua relação com o trabalho agrícola. Vários dos casos relatados mencionam explicitamente as idades com as quais muitos agricultores ingressaram no processo de produção agrícola. Analisando a questão da Valorização da Escola e do Trabalho no meio rural, MARTINS (1969-86) observa que o período entre 8 e 10 anos representou para os entrevistados mais do que o período da escolarização: o início do trabalho produtivo.

O autor chega a algumas conclusões sobre a valorização da escola. Para ele, escolarização e trabalho, ocorrendo concomitantemente, constituem uma característica geral na experiência de vida daqueles que tiveram acesso à escola, sem distinção de estratos sociais rurais: proprietários e não proprietários, pequenos e grandes proprietários, arrendatários e assalariados e semi-assalariados. Observa que este não é um acontecimento só do passado, mas aparece ainda hoje, constituindo um dado da experiência de vida das crianças atuais no meio rural. Muito embora se tenha alterado a situação (o que é possível inferir das entrevistas que relata), diminuindo a presença do trabalho infantil no meio agrícola, um dado se torna evidente: o trabalho aparece como um valor na interpretação dos diferentes grupos da sociedade agrária, e como valor é considerado em relação às diferentes etapas da vida, desde a infância até à velhice. O trabalho pode ter

sido também uma necessidade para as populações de imigrantes estrangeiros, mas foi e continua a ser um valor social.

MARTINS (1975 - 88) apresenta a opinião expressa por um agrônomo, filho de imigrantes: "O pai deve exigir, nem que tenha meios, do filho o trabalho. A turma sai com conhecimento perfeito da vida e dando valor às coisas. As mínimas coisas têm valor. Para os outros é mais fácil. As coisas conseguidas com dificuldade, com luta, são mais duradouras, têm mais valor. Forma uma personalidade útil. Ao passo que os que têm tudo fácil eles têm aquela personalidade dependente, e dependem só do pai, de colegas. A luta pela vida encontra mais dificuldades quando pequeno. Depois que a gente se torna pessoa é que vai dar valor a essa formação".

Para esse autor, quando no meio rural a escola aparece como forma de ocupação do tempo da criança, é porque equivale, na verdade, ao trabalho. Aceita-se a escola porque se valoriza o trabalho.

Concorda-se aqui com MARTINS (1975 - 89) quando ele afirma que existe uma imposição do Estado em relação à escola no meio rural. Esta imposição se manifesta em relação a algumas explorações agrícolas no desajustamento entre o ciclo escolar e o ciclo do trabalho agrícola. Muito embora o Ministério da Educação e Cultura tenha permitido a adequação necessária, esta permissão não tem sido aplicada na prática

pois o período de férias permanece o mesmo, de um modo geral, em todo o País. A imposição do Estado manifesta-se, sobretudo, na obrigatoriedade dos estudos de 1º grau, lei que, aliás, não é respeitada por grande maioria da população brasileira.

Nas entrevistas relatadas por MARTINS (1975) observa-se, e ele acentua, que a escolarização para o homem rural não chega a ser definida claramente. Insistentemente afirmam os entrevistados: "Só para a gente se defender". "O que há de claro na escolarização, explica MARTINS (1975-92) é o tipo de esforço que ela reclama do sujeito e de sua família, pois o que representa é medido exclusivamente em relação ao trabalho que, por ele, deixou de ser realizado". O sentido da tarefa escolar entre os rurícolas, aparece estreitamente ligado ao trabalho. "Tirar tarefa" significa cumprir a jornada de trabalho que um homem pode fazer em um dia. Outra observação refere-se à forma como o rurícola considera a escolarização à maneira de um ritual, o que parece justificado pelo fato de ter o autor encontrado pessoas que se "desalfabetisaram".

MARTINS observa que a escola também aparece vinculada à consciência do desaparecimento de um modo de existência, o colonato, sendo a escolaridade vista, como recurso para suportar a passagem de uma forma para nova modalidade de vida.

A resistência frequente à escolarização, encontrada pelo autor no meio rural é por ele vista como resultante da falta de integração da escola em um esquema de necessidades vitais. Essa integração só ocorre quando o sujeito tem por objetivo emigrar para a cidade, ou quando o agricultor se envolve em relações materialmente significativas com o meio urbano.

Conclui o autor que no meio rural, a escola é aceita e valorizada apenas como equivalente do trabalho agrícola, penoso e habitual, o que leva a família a manter o filho, às vezes, por muitos anos na escola, aceitando seu baixo rendimento escolar como uma consequência de o mesmo não ter "cabeça para o estudo". As aspirações em relação à escola não vão além de consistir em assinar o nome, ler mais ou menos, etc. Quando, porém, o proprietário ou o trabalhador encontra-se fundamentalmente inserido na economia de mercado, a escola representa outras aspirações. Ainda que então se considere o trabalho escolar como equivalente ao trabalho produtivo, é diferente a concepção de cada atividade.

MARTINS (1969 - 98) observa que unicamente nos casos em que o trabalho se determina como abstrato e social, é que no meio rural se admite ser a escola um recurso útil para desvendar as concepções da vida urbana, com seu cabedal de normas e de usos comerciais, e de conceitos sobre a propriedade privada. O trabalho infantil integra-se, então, no projeto

da família, deliberado ou não, de acumular capital e de libertar-se da venda da força de trabalho ao proprietário da ter-ra, ou de simplesmente ampliar a acumulação. O trabalho escolar, conquanto socialmente valorizado como trabalho, passa a ser entendido como adestramento que possibilita a apreensão de certas abstrações fundamentais da sociedade urbana, como: linguagem, normas, etc.

Para MARTINS (1975) a escola no meio rural encontra-se irremediavelmente comprometida com as concepções e valores urbanos dominantes na sociedade capitalista. Sua eficiência no meio rural depende do envolvimento da população do campo, através da mercadoria, em relações sociais com a sociedade em que está incluída. Dependendo de relações mediatizadas pela mercadoria, a escola rural contém, então, implicitamente, a negação do próprio meio. Esta negação, na análise do autor, ocorre ao nível das condições de relacionamento do homem com o produto do seu trabalho por meio do mercado.

Segundo QUEDA e SZMRECSÁNYI (1976) a educação escolar, bem como a assistência técnica instituídas e operantes no meio rural, encontram-se vinculadas tanto à estrutura de propriedade e de poder do subsistema social rural, como também às relações entre este e outros subsistemas sociais.

Os referidos autores consideram a educação escolar e a assistência técnica como instrumentos de política

agrícola e econômica e como produtos institucionalizados do sistema econômico e político da sociedade brasileira. A função que preenchem em seu desempenho no contexto das mudanças sociais é encarada como um processo de integração econômica, política e cultural do subsistema rural à sociedade inclusiva. A integração que se processa opera-se em ritmos diversos, segundo as diferentes regiões.

Conquanto a preocupação central do estudo que apresentam não esteja propriamente e só na escola rural os autores procuram historiar a implantação do ensino rural no Brasil. Este não parece ter sido muito cedo objeto da atenção dos poderes constituídos, em relação ao sistema educacional. Apenas as chamadas escolas isoladas, constituídas de uma só classe, com alunos de diferentes graus de aprendizagem, tendo à frente professores improvisados, serviam ao meio rural. As migrações internas do campo para as cidades teriam, então, estimulado uma ideologia reformista segundo a qual seria preciso tentar modificar as condições de vida no campo, visando de estimular e reduzir a migração e aumentar a produtividade econômica do homem rural. A pretensão que se teria em vista, então, seria a fixação do homem ao campo, através da modernização da vida econômica e social do meio rural.

Segundo as considerações de QUEDA e SZMRECSÁNYI (1976), apesar da criação do Ministério da Educação e Saúde e do Plano Nacional de Educação, como também da criação de

um Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e da institucionalização de um Fundo Nacional do Ensino Primário, mantinha-se em situação de inferioridade o sistema de educação no meio rural.

O processo de industrialização que se implantava no País e, sobretudo em São Paulo, incrementava sempre mais o êxodo rural. A partir de 1946, o Ministério da Agricultura assumia a supervisão de uma rede nacional de escolas agrícolas de nível médio e superior, e o Ministério da Educação passava a promover a expansão da rede de escolas primárias rurais, criando a Campanha de Educação de Adultos e a Campanha Nacional de Educação Rural, que funcionou de 1952 a 1962.

No entender de QUEDA e de SZMRECSÁNYI (1976 - 225) uma causa importante da intensificação do êxodo rural parece ter sido o processo de modernização do setor agrícola. Esta modernização se vem realizando à margem do sistema de educação escolar, o qual continua com os mesmos e antigos problemas. Até 1970, mais de 42% da população rural com mais de 14 anos permanecia analfabeta.

A escassês de dados estatísticos impediu os autores de se estenderem em sua análise. Trata-se, como é possível concluir com eles, de uma área de estudos que se encontra praticamente a descoberto. O trabalho desses autores não

pode ser considerado como uma pesquisa exaustiva apesar da apresentação de dados censitários. A preocupação central situa-se ao nível de considerações a respeito da escola primária e do ensino técnico-agrícola de nível médio, mas não explora a relação trabalho agrícola-escolarização. As informações históricas situam datas e iniciativas consideradas fruto dos interesses do sistema dominante.

GRILO (1978) propôs-se, em sua tese de Mestrado, estudar as formas de inserção da Escola Rural no conjunto das formas de produção econômica do campo. Seu estudo foi realizado em um "bairro rural" do Município de Passos (MG), onde a pequena propriedade e as relações de produção tipicamente familiares constituem predominância. Ateve-se, não à problemática do menor, mas a uma análise que procurou incorporar os elementos da educação no meio rural, visando compreender um dos diferentes modos de consolidação do capitalismo no Brasil. Fez cuidadosa análise da situação das escolas rurais em seu campo de pesquisa. Observou que 84,8% das famílias julgavam que a criança deve estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Quanto ao conteúdo cultural do ensino, sua pesquisa revela que este aparece sempre referido às palavras "leitura" e "escrita". 18% dos entrevistados relacionaram escolarização com projetos de trabalho.

Em termos de expectativa profissional dos pais

em relação aos filhos, o autor observou que 33% dos entrevistados querem que o filho seja "doutor", incluindo sob esse título, o médico, o advogado, o engenheiro e o agrônomo. 12% esperam que os filhos se tornem fazendeiros; apenas 9% esperam que os filhos se tornem lavradores.

Analisando o problema das relações "escola-meio rural", GRILO (1978-110) observa: "A escola não se incompatibiliza formalmente com a produção e estrutura agrárias. Mas é verdade que, ... está habilitando o indivíduo para um universo econômico e social que contraria, implicitamente, o rural". Enfatiza que a parte mais significativa dos conteúdos e práticas educativas foge ao mundo rural com suas referências ao mundo urbano; referências como questões de trânsito, canalização de água, esgoto, usinas, relações sociais, políticas, econômicas, etc. Para ele, os fatos sob análise reforçam a idéia de que a exterioridade da educação rural, com seu descompasso em relação ao meio, co-participa de políticas elaboradas apenas no interesse da sociedade envolvente. Para 33% dos seus entrevistados, a escola é "coisa da cidade"; para 57% "não deve ser só da cidade" e para 10% o fato é indiferente.

Analisando os currículos e os programas de ensino o autor observa que uns e outros, nas diferentes disciplinas, revelam profunda discrepância com o meio rural, apresentando-se vazios e absolutamente desconexos em relação ao pú-

blico que pretendem atingir, isto é, à população rural.

A pesquisa de campo levou-o a verificar que as práticas escolares compatíveis com a produção não eram ministradas dentro da escola e, sim, através da família, ou através de práticas educacionais extra-curriculares, entre as quais o extensionismo. Sua análise vai-se afunilando em torno da ligação entre política educacional para o meio rural e manutenção ou reprodução de classes sociais que sirvam ao sistema capitalista. A atuação da escola rural tem como consequência a formação de um exército de reserva industrial, funcionando como instrumento qualificador do trabalho-mercadoria, capaz de gerar mais valia, ampliada pela educação recebida, favorecendo-se assim o capital.

Em suas conclusões GRILO (1978-163) considera que a escolarização, qualificando por um lado a futura força-de-trabalho industrial e, por outro, contrabalanceando, com práticas pedagógicas, o próprio movimento, bloqueia eventuais brechas à mobilidade social, enquanto mantém a força-de-trabalho atrelada à produção alimentar ou, em uns poucos casos, à reserva para assalariamentos capitalistas na própria agricultura.

Assim a escola rural não se desincumbiria apenas de uma reprodução do sistema capitalista. Na realidade por ele analisada e segundo a sua perspectiva, a escola é con

siderada como instrumento político de controle do trabalho. Tal controle é exercido em bases expoliativas, transferindo seus próprios custos à comunidade agrária que implicitamente nega.

DEMARTINI (1981) começando sua análise com referências históricas lembra que a Institucionalização do Ensino no Brasil nasceu com a própria história da colonização empreendida pós descobrimento e posse da terra pelos portugueses. Iniciou-se em 1549 com a vinda dos primeiros jesuitas que acompanharam a comitiva do governador geral Tomé de Souza. Estes implantaram na Colônia as primeiras escolas, montando, no correr de mais de duzentos anos, todo um sistema de ensino que veio a se transformar em 1759 quando, pelo decreto do Marquês de Pombal, os jesuitas foram expulsos de Portugal e de todos os seus domínios. Ao afastar os jesuitas do Império e das Colônias e ao assumir a responsabilidade do Ensino Público, Pombal pretendia não apenas renovar os métodos e processos de ensino, mas laicizá-lo em seus objetivos e colocá-lo a serviço dos interesses civis e políticos.

O Anuário do Ensino de 1936-1937 mostra que apenas no século XX surgiram algumas escolas rurais no Estado de São Paulo. Estudando a questão da Educação da População Rural no Estado sob perspectiva histórico-sociológica, DEMARTINI observa que as iniciativas no sentido da fundação de escolas só atingiam as áreas urbanas. Afirma à página 16 que

"não parecia haver qualquer interesse em criar escolas na zona rural, fossem estas públicas ou privadas". Este desinteresse seria motivado pela mentalidade existente, ligada ao poder dominante, escravocrata, do tempo do Império, desinteressado da educação popular, convencido de que o trabalho da terra, como a atividade industrial, caberiam aos ignorantes e incapazes. Alguns autores destacaram a indiferença da população em relação às escolas, mesmo nas cidades ou vilas em que foram criadas. Essa indiferença, teria diminuído nas últimas décadas do regime monárquico, condicionado pela prosperidade econômica da então Província, hoje Estado de São Paulo. Outro fator apontado como responsável pelo aumento do interesse da população, mesmo rural, em relação ao ensino, consistiria na intensa imigração européia observada no final do Império. O autor faz referências à situação escolar dos trabalhadores livres no meio rural, concluindo que inexisteriam escolas para os filhos de colonos mas havia interesse destes pelo estudo, não apenas em relação aos colonos imigrantes como também em relação à população nacional residente em bairros rurais. Sugere que a questão do ensino rural no Estado de São Paulo deveria ser encarada em função dos diferentes níveis sociais existentes desde o império: 1. *o dos fazendeiros*, possuidores de escravos, que a partir de 1850 e sobretudo depois de 1888 passaram a ter "*colonos*", "*camaradas*" e "*parceiros*", no trabalho de suas fazendas; 2. *o dos sitiantes independentes*, cultivando a terra em regime de trabalho autônomo, com não-de-obra fami-

liar; e 3. aqueles *agricultores da camada inferior*, sem terra e sem autonomia de trabalho. Reconhecendo a falta de dados para uma análise conforme estes níveis observa que, com relação ao nível social dos fazendeiros, "a falta de escola no meio rural não os impedia de proporcionarem uma educação razoável aos filhos; quando não contratavam professores particulares, (...) eram os filhos enviados para colégios e escolas superiores." Com base em documentos (cartas de uma educadora alemã que viveu na zona rural do Estado de São Paulo de 1881 a 1883) afirma que muitas professoras residiam junto às famílias dos proprietários, nas fazendas de café.

Com relação ao ensino para os outros níveis sociais afirma terem sido marginalizados, em relação à escolarização, durante todo o Império. Baseada, em documentos, cita referências da professora Ina Von Binzer que, em suas cartas afirmava: "A lei da emancipação de 28 de setembro de 1871 determina entre outras coisas, aos senhores de escravos, que mandem ensinar a ler e a escrever a todas essas crianças. Em todo o Império, porém, não existem talvez nem 10 casas onde esta imposição seja atendida. Nas fazendas sua execução é quase impossível ..."

O autor não esgota a questão mas apresenta duas conclusões que parecem pertinentes: 1º) que não se pode generalizar para o meio rural a indiferença ou aversão pela escola, com base no baixo nível de escolaridade reinante, uma vez

que a escola era, até pouco, praticamente inexistente na zona rural; 2º) que não se pode considerar como "antecipatórias" as medidas tomadas durante o Império em relação à educação no meio rural. Tais medidas limitaram-se, aliás, frequentemente, à aprovação de leis não cumpridas. Os exemplos obtidos, documentados e citados por DEMARTINI são disso contestação, pois indicam que o interesse da população pelo ensino parece anteceder a criação de escolas. Sua análise exploratória limitou-se ao período do Império.

FUKUI (1981-33) identifica decréscimo deste interesse em épocas posteriores. Em seu estudo afirma que "a década de 70 foi marcada por uma estagnação da escolarização no país, associada a um aumento do trabalho infantil e às discussões em torno de questões do menor carente e trabalhador." Considera então que a escola estabelece fatores de seletividade que dão origem aos "excluídos" da mesma. Entre os fatores que influiriam nesta situação estariam as próprias leis sobre o Ensino e sobre o trabalho, que se defrontam em situação de incompatibilidade.

A Lei 5692/71, que estabelece a Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, estende o ensino obrigatório e gratuito de 4 para 8 anos. A obrigatoriedade atinge a população de 7 a 15 anos. Em contraposição, o trabalho é permitido por lei aos maiores de 14 anos; mas a própria lei permite, com aprovação do Juiz, que esse limite de idade seja rebaixado pa-

ra os 12 anos. Começando a frequentar a Escola aos 7 anos, o menor deveria nela permanecer até os 15. Chamado, porém, ao trabalho aos 14 e mesmo aos 12 anos, com permissão da lei, deixa a escola ou a frequenta sem rendimento escolar efetivo.

FUKUI (1981-40) observa que, em relação ao sistema escolar, "tem-se o reconhecimento oficial da estagnação da taxa de escolaridade, aliada a uma diminuição das verbas destinadas à educação no País".

Merece atenção este fato. Estaria a diminui-ção das verbas condicionada a um suposto desinteresse pela Escola? Ou o que parece desinteresse evidenciaria o ingresso prematuro do menor no sistema de produção agrícola?!

5. ORIENTAÇÃO TEÓRICA E HIPÓTESES DA PESQUISA

5.1. Referencial Teórico

A revisão da literatura apresentada possibilitou que fossem destacados os conceitos básicos a servirem de referencial teórico para a pesquisa. São eles: os conceitos de Unidades Produtivas Agrícolas, de Relações Sociais de Trabalho, de Relação "Campo-Cidade" e de Institucionalização e Organização do Ensino. Através do Quadro 1 pretende-se visualizar suas relações com a realidade pesquisada.

No nível empírico aparece em destaque a unidade de análise, isto é, o Menor, e os problemas que, em relação a este, interessam ao pesquisador - Trabalho agrícola e Escolarização, em inter-relação.

QUADRO 1. Esquema teórico

5.2. Explicitação dos Conceitos

A. Unidades Produtivas Agrícolas (UPAs)

Neste estudo foram considerados UPAs os chamados "Estabelecimentos". Estes, de acordo com a conceituação do IBGE (Censo Agropecuário de 1975) compreendem todo terreno de área contínua, independente do tamanho ou situação urbana ou rural, formado por uma ou mais parcelas confinantes, sujeitas a uma única administração, onde se processe uma exploração agropecuária. O IBGE considera como um único Estabelecimento as áreas que, ocupadas segundo diferentes condições legais (próprias, arrendadas, ou alugadas através de contrato de parceria) estejam sob a mesma administração. Considera como Estabelecimentos distintos as áreas confinantes pertencentes a um só proprietário, mas entregues a administrações diversas. De igual modo considera Estabelecimentos distintos as áreas exploradas em regime de parceria quando os responsáveis pela administração de cada área são os próprios parceiros.

Os Estabelecimentos ou UPAs incluídos na presente Pesquisa constam exclusivamente daqueles que apresentam como linha especial de exploração a cultura do café, ainda que mantenham outras linhas.

Na região da pesquisa os Estabelecimentos são

chamados "fazendas", "sítios", ou "chácaras". Tal denominação não corresponde a uma classificação rigorosa.

Mesmo em uma região especificamente cafeicultora as UPAs apresentam características diversificadas, o que, aliás, favoreceu o atendimento de alguns objetivos deste trabalho: analisar a associação entre os diferentes tipos de unidades produtivas e a utilização do trabalho do menor em um Município cafeicultor; verificar as relações sociais de trabalho na cultura cafeeira de diferentes UPAs.

Existem vários critérios de classificação para distinguir as UPAs além daquele que enfoca suas principais produções: o tamanho da unidade, o volume da renda, etc.

MOLINA Filho (1977) considera tais critérios insuficientes e propõe uma classificação multidimensional, sugerindo uma tipologia construída a partir da realidade empírica: considera sua classificação aplicável a diferentes realidades rurais, sem desconhecer a possibilidade de discrepâncias, o que é comum a qualquer tipificação. Segundo ele, coexistem em todo o Brasil quatro tipos básicos de UPAs: a. as Unidades Produtivas Camponesas; b. a Empresa Familiar; c. a Empresa Capitalista; d. o latifúndio, assim caracterizados:

O Latifúndio

Este tipo de UPA supõe uma produção especializada, monocultura ou pecuária de corte, associada à produção

para o consumo pelos parceiros. Usa pouca ou nenhuma tecnologia moderna e maquinária, atuando em um nível de tecnologia pré-industrial. São propriedades senhoriais, multifamiliares, com grandes extensões de terra pouco aproveitadas. Não usam capital de exploração. Mantêm relações de produção não capitalistas e o proprietário não reside na área. Há grande dependência do mercado internacional e das cidades para consumo interno.

A Empresa Capitalista

Caracteriza-se pela superioridade do trabalho assalariado sobre outras relações de produção, inclusive a familiar. Nela a exploração é mecanizada, existe a utilização de insumos modernos, a UPA apresenta alta especialização, com uma ou poucas linhas de exploração destinadas ao mercado externo e interno, estando ausente ou inexpressiva a produção para o consumo. Na Empresa Capitalista há tendência a se reduzir a mão-de-obra residente, com exceção daquela altamente qualificada. A regra, quanto às dimensões, é a grande extensão de terra. Os juros do capital, a renda da terra e o lucro, determinam a tomada de decisões e a permanência da Empresa no setor. As áreas exploráveis da unidade produtiva capitalista são totalmente utilizadas. Há grande uso do crédito bancário.

Os empresários capitalistas, geralmente, não residem na área da Empresa, embora ocorram muitos casos de

ali residirem, principalmente quando estão à testa da exploração. Os empresários podem ser os proprietários ou, ainda, grandes arrendatários capitalistas, incorporando estes as mesmas características dos empresários proprietários, com os quais se identificam.

A Empresa Familiar

A Empresa Familiar baseia-se essencialmente no trabalho da família, embora isto não implique na inexistência de mão-de-obra estranha. Se a atividade familiar se restringe às tarefas técnicas ou administrativas, a Empresa Familiar se aproxima da Empresa Capitalista, mudando seu caráter essencial que é o trabalho familiar.

A Empresa Familiar faz uso de tecnologia industrial com a utilização de maquinária e de técnicas agrícolas modernas. A área da unidade produtiva, entretanto, não é por demais extensa: varia em função das linhas de exploração da terra. É grande o uso do crédito bancário. Voltada para a produção de valores de troca, a dependência da Empresa Familiar em relação às cidades é um dado expressivo.

Os pequenos empresários familiares residem habitualmente na área da UPA. Existem, porém, aqueles que residem nos bairros rurais ou na cidade próxima, estando frequentemente presentes à frente da exploração. Nas colheitas utilizam a mão-de-obra familiar além da mão-de-obra volante.

A Unidade Produtiva Camponesa

É uma Unidade baseada exclusivamente no trabalho familiar, em pequenas extensões de terra com policultura, e voltada para o consumo da família. Vende os excedentes não consumidos. Essa forma pura tende a se modificar com a crescente participação no mercado de produtos, para o que tende a se concentrar em uma ou poucas linhas de exploração eminentemente voltadas para o mercado. Apesar disso a produção para o auto-consumo continua significativa na composição da renda bruta.

Sua tecnologia é pré-industrial. Neste tipo de UPA faz-se pouco ou nenhum uso do crédito institucional e do capital de exploração. O crédito usurário é a forma mais frequente. Sua autonomia em relação às cidades e ao mercado de produtos e de insumos é muito grande na sua forma pura. Com sua inserção na economia de mercado tende a diminuir essa autonomia.

Os camponeses são residentes nas áreas de suas UPAs, ou próximos a elas.

Com frequência membros das famílias camponesas trabalham em outras UPAs, em relações de produção polivalentes.

B. Conceito de Relações Sociais de Trabalho

No sistema capitalista de produção, o trabalho aparece como mercadoria.

Em se tratando de formações sociais capitalistas, as relações sociais de trabalho supõem, de um lado, detentores dos meios de produção e compradores da força-de-trabalho e, de outro lado, trabalhadores desprovidos dos meios de produção, vendedores da sua força-de-trabalho. No meio rural são detentores dos meios de produção sobretudo os proprietários, como também os arrendatários. Não se pode, porém, considerar de forma rígida, nesse meio, a divisão clássica entre patrões e assalariados. No capitalismo agrícola, diferentemente do que ocorre no capitalismo industrial, as relações sociais de trabalho não se traduzem sob a forma exclusiva de assalariamento. Sem deixar de se constituírem em exploração da força-de-trabalho e de sua mais valia, outras formas de relações sociais diferentemente configuradas, aparecem no meio rural: são as formas de parceria, arrendamento, empreita, trabalho volante (ou de boias frias). Conquanto diferentes, estas formas implicam na separação entre o produtor direto e o detentor dos meios de produção, portanto, o proprietário da terra. Esta, pertencendo aos proprietários, é transformada ou entendida como capital fixo ou como mercadoria que pode ser vendida, alugada, emprestada ou legada.

Importa esclarecer o que se entende neste estudo sobre os diferentes tipos de trabalhadores agrícolas e suas relações sociais de trabalho.

O I.B.G.E., ao conceituar e classificar os produtores, entende por *parceiro* a pessoa que explora a terra de terceiros, em regime de parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resulta a obrigação de pagamento ao proprietário de um percentual da produção obtida (Censo agropecuário de 1970). No Censo de 1975 vêm definidos simplesmente como *parceiros* "as pessoas subordinadas à administração do Estabelecimento", percebendo "como remuneração parte da produção obtida com seu trabalho (meia, terça, quarta, etc.), havendo a distinção entre estes e os *parceiros autônomos*, os quais são definidos como responsáveis pela administração do Estabelecimento. O Censo não fala em parceiros subordinados mas, na definição de 75, acima apresentada, fala em pessoas subordinadas à administração, recebendo percentual sobre o produto do trabalho. O Manual do Entrevistador do Censo de 1980 denomina *parceiro empregado* a "pessoa que exerce uma atividade econômica (agricultura, pecuária, extração vegetal, caça, pesca ou garimpo), individualmente ou com auxílio de membro do domicílio não remunerado, recebe uma parte da produção pelo trabalho e não possui autonomia em relação a quem lhe cede a parceria". O mesmo Manual chama de "*parceiro conta-própria*" a pessoa que explora uma atividade econômica (agricultura, pecuária

ria, extração vegetal, caça, pesca ou garimpo), individualmente ou com auxílio de membro não remunerado do domicílio, paga pela exploração com serviços e/ou parte da produção e possui autonomia em relação a quem lhe cede a parceria.

No presente estudo, sem preocupação rigorosa, são chamados de *parceiros subordinados* os que são entendidos pelo IBGE como parceiros empregados, e *parceiros autônomos* aqueles que gozam de autonomia em relação à administração do Estabelecimento agrícola.

Considerou-se como *arrendatário* o produtor que, sob contrato de arrendamento, verbal ou escrito, explora a terra pagando ao proprietário, em dinheiro ou em produto, no valor equivalente, o uso da terra. Este é também o conceito do IBGE no Censo Agropecuário de 1975.

O *proprietário* é entendido da mesma forma como o entende o Censo, isto é, como o dono da terra, o qual desenvolve ou não pessoalmente a exploração.

O *assalariado* tem, neste estudo, o mesmo sentido do trabalhador assalariado, tal como o entende o sistema de produção capitalista. É preciso observar, porém, que o assalariado rural apresenta sub-categorias, aqui entendidas como *assalariados permanentes*, e *assalariados temporários*. Neste estudo foram adotadas estas duas sub-categorias para efeito da coleta de dados, não, porém, como critério rigoroso pa-

ra a análise.

Os *volantes*, ou boias-frias, no universo da pesquisa e na região, eram pessoas que a si mesmas assim se denominavam quando, residindo ou não nas UPAs, trabalhavam por tarefa, por saco colhido ou por diária. Reservou-se para tais trabalhadores, indistintamente, as designações de boias-frias e diaristas.

Neste estudo também foi feita a distinção entre *assalariado* e *empreiteiro*, muito embora existam autores que preferem ver no empreiteiro um assalariado. Preferiu-se a distinção por se considerar que o empreiteiro pode apressar ou dilatar o tempo de sua produção, utilizando, inclusive, o trabalho dos filhos menores, enquanto que o assalariado é mensalista (permanente ou temporário), sendo o seu salário avaliado e pago pelos dias ou meses de trabalho, não considerada a rapidês da produção. É preciso, porém, observar que um mesmo trabalhador ora trabalhava como empreiteiro, ora como diarista ou tarefeiro, na área da pesquisa. Para efeito da coleta e análise de dados foram considerados empreiteiros os que, no ato da entrevista, se declararam como tais.

Resta considerar as relações sociais de produção em relação ao menor. No processo produtivo agrícola, a inserção do menor ocorre sob quatro formas possíveis de relações de trabalho: a de assalariado permanente, a de assalariada

do temporário, de volante e/ou tarefeiro, ou ainda integrado ao trabalho familiar, o que acontece comumente.

Os diferentes tipos de relação social do trabalho existentes na agricultura determinam, com referência ao menor, o que aqui se entende por:

- *Relações diretas*, compreendidas como relação empregador-empregado, o que, no caso, se reduz à relação proprietário ou arrendatário e menor *trabalhador assalariado*.

- *Relações indiretas*, aqui compreendidas como a utilização da atividade agrícola do menor através do *trabalho familiar*.

E, finalmente, o trabalho do menor utilizado pela família do proprietário, arrendatário, parceiros ou outros.

C. Conceito da Relação Campo-Cidade

Este conceito é aqui entendido sob a ótica do mundo das mercadorias, que introduzem o homem rural na trama dos negócios e condicionam a sua nova visão de mundo. A mercadoria produzida pelo trabalho industrial penetra no campo e cria necessidades antes inexistentes, valores de uso antes não desejados. Com esta nova visão o agricultor passa a considerar o trabalho agrícola como trabalho produtor de mercadorias.

Os sistemas dominantes de valores de troca empenham não somente a força-de-trabalho físico, mas também solicitam o domínio suficientemente seguro dos conceitos e valores aceitos e correntes na sociedade inclusiva.

O homem rural passa a relacionar-se frequentemente com a cidade assimilando concepções e valores geradores de expectativas de vida diferentes da vida rural. A forma de relação vai desde a presença física mais habitual na cidade por motivos diversos, até ao contato intenso, no próprio meio rural, com valores urbanos, via meios de comunicação de massa introduzidos pela indústria urbana, necessidades de financiamentos, vistorias da lavoura para fiscalização de empréstimos, etc.

Estes contatos levam o agricultor a ver na leitura uma necessidade indispensável para fazer negócios, transações financeiras, assinatura e compreensão de documentos. Passa ele a ver no raciocínio e no conhecimento da matemática (das contas, em sua fala simples), o meio para não ser enganado e para ganhar nas trocas. Em decorrência dessa nova visão impõe-se ao homem rural a necessidade de um conhecimento esclarecido sobre transações bancárias, cheques, ordens de pagamento, poupança, etc. Estimula-se nele o desejo de mobilidade geográfica, do êxodo rural, e da ascensão social, no sentido de trabalho mais rendoso e de melhor status.

D. A Institucionalização e Organização do Ensino

Para se conceituar a Institucionalização e a Organização do Ensino é necessário que se delimite aqui a extensão dos termos.

Institucionalização significa a sedimentação de qualquer comportamento social transformando-o em Instituição Social. Esta é um complexo integrado por idéias, padrões ou normas comportamentais, adotadas e sistematizadas por uma sociedade. As Instituições Sociais desenvolvem-se a partir de costumes nos quais estão radicadas. Normas ou leis são qualidades incidentais na vida das Instituições. A existência de uma Instituição Social supõe o consenso social. Daí a dificuldade de se transplantarem Instituições de uma para outra sociedade, culturalmente diferentes.

Há que se fazer distinção entre Instituições Sociais *regulativas* e *operativas*. Interessam aos propósitos desta conceituação apenas as primeiras.

As Instituições regulativas, consideradas instituições primárias, têm funções de importância vital para a sociedade. Elas se propõem *controlar determinados setores do comportamento* dos indivíduos. São comumente entendidos como tais: a família, a propriedade, o Estado, a escola e outras.

Para DURKHEIM (1968) as instituições sociais

se constituem em fatos sociais e, como tais, correspondem a maneiras de pensar e de agir que o indivíduo encontra pré-estabelecidas na sociedade. Sua transmissão se realiza através do processo da educação.

Os seguidores de DURKHEIM, sobretudo FAUCONNET (1874-1938) e MAUSS (1872-1950), procuraram explicar melhor o conceito, acentuando que as verdadeiras Instituições Sociais *vivem* e, portanto, transformam-se continuamente. Assim, elas existem entre todos os povos, apresentando formas diversas e, num mesmo povo, como nos demais, transformam-se no decurso da história.

Um outro aspecto a se destacar é o de que elas apresentam comumente um equipamento material organizado em torno de interesses socialmente reconhecidos. No Ensino este material se concretiza no sistema escolar.

Tem-se, pois, que a Escola, como Instituição Social regulativa, reveste-se de todas as características descritas. O termo Escola sugere algo muito objetivo, configurado em uma unidade de ensino que compreende prédio, equipamentos, professor, alunos. A expressão Ensino parece mais adequada para significar a Instituição Social mais ampla, ocupada mais precisamente na organização do sistema de Instituições Locais de Ensino, as Escolas, destinadas a se empenharem na transmissão de conhecimentos e na formação ou na modifica-

ção da conduta humana, direcionando-a através do adestramento, ou despertando o senso crítico.

5.3. Hipóteses da Pesquisa

Explicado o referencial teórico que orientou o presente trabalho, cabe destacar as hipóteses que foram formuladas, relacionadas aos conceitos apresentados.

Foram elaboradas sete hipóteses com vistas à orientação da pesquisa. Estas foram designadas como H.1., H.2., H.3., H.4., H.5., H.6. e H.7.

- H.1. A utilização do trabalho do menor na cultura do café ocorre em todos os tipos de unidades produtivas.
- H.2. O custo de mão-de-obra, como componente do custo da produção agrícola, leva à utilização habitual do trabalho do menor.
- H.3. Relações sociais de trabalho estabelecidas sob a forma de arrendamento e parceria levam à maior utilização do trabalho do menor.
- H.4. O trabalho do menor nas culturas cafeeiras é utilizado habitualmente em atividades agrícolas consideradas leves (*).
- H.5. As atividades sazonais na cultura cafeeira levam à utilização do trabalho do menor afetando a sua escolarização

(*) ver nota p. 4.

de forma a provocar a evasão escolar temporária e até de final definitiva.

H.6. A escolarização do menor será tanto mais habitual e perseverante quanto mais intensa for a relação campo-cidade no meio rural.

H.7. A escolarização no meio rural, influenciada pela organização do Ensino, direciona a população escolar e a comunidade rural à negação do próprio meio, pela falta de estímulos aos valores e ao trabalho rural, motivando consciente ou inconscientemente expectativas urbanas.

6. METODOLOGIA

6.1. Procedimentos gerais

No estudo da realidade empírica foram utilizados dados primários e secundários. Os dados secundários foram obtidos através de Relações Cadastrais do INCRA (1978) fornecidos pela agência local do Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária, dos Relatórios Anuais/1980 da Prefeitura Municipal de Osvaldo Cruz, e os de 1980 da Delegacia de Ensino com sede no Município.

As informações sobre as DIRAs do Estado de São Paulo foram obtidas na Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e complementadas pela revisão de trabalhos publicados sobre o menor como mão-de-obra agrícola e como objeto-sujeito da educação.

Os dados primários foram obtidos através de questionários respondidos e preenchidos em entrevistas for-

mais, realizadas pelo próprio pesquisador auxiliado por entrevistadores previamente treinados, entre os quais duas professoras de ensino médio, quatro professoras de ensino do primeiro grau e um estudante de oitava série, com experiência de vida e de trabalho rural.

As entrevistas foram realizadas durante o mês de outubro de 1981, a fim de que pudessem ser analisadas as escolas rurais da região durante o ano letivo. Teria sido ideal, em relação ao ano agrícola do café, que a pesquisa pudesse ser levada a efeito durante todo o ano, considerando-se as fases da cultura cafeeira. De acordo com o calendário agrícola, esta supõe, além do *preparo inicial do solo*, a *semeadura* ou *plantio* (mais intenso de janeiro a março e de setembro a dezembro), a *colheita* (mais intensa de maio a julho, prolongando-se com menor intensidade até outubro), e os *tratos culturais* (estendendo-se por todo o ano). A *comercialização* ocupa sobretudo os meses de julho a setembro inclusive.

6.2. Definição da Amostra

Foi feita a opção pela amostragem aleatória simples, tomando-se por critério de validade a regra de TOMPKIM (1967-55), segundo a qual "uma amostra de 50 observações é geralmente o mínimo. Se a população é menor do que 5.000, cinquenta mais 2% é bom. Se mais de 5.000, um por cento mais

cincoenta deve ser usado".

Foram consideradas, para cálculo da amostra, as unidades produtivas agrícolas do Município, definidas como variável contextual. Estas, segundo o cadastro do INCRA/1978, totalizavam 777 unidades. Feitos os cálculos a amostra limitou-se a um total de 65 UPAs, a serem aleatoriamente sorteadas, com reposição.

6.3. Critérios definidores para a coleta de Dados Primários

Foram adotados os seguintes critérios:

6.3.1. Forma de obtenção dos dados

Os dados foram coletados através de entrevistas, a partir de questionários. Estes foram utilizados como roteiro, sendo elaborados com base nas variáveis a serem analisadas, de acordo com o modelo conceitual estabelecido. Foi preparado um conjunto de cinco unidades distintas, compreendendo:

a. *Unidade 1. Unidades Produtivas Agrícolas.*

As questões foram apresentadas ao responsável presente na ocasião da entrevista;

b. *Unidade 2. Pais (ou responsáveis)*

c. *Unidade 3. Menor Trabalhador*, considerados como tais os Menores que executavam habitualmente tarefas agrícolas sob qualquer forma de relação social de trabalho.

d. *Unidade 4. Escola*. As questões foram respondidas: pelo próprio entrevistador (via observação) e pelo(s) professor(es).

e. *Unidade 5. Menor Escolar*. As questões foram respondidas por alunos entrevistados nas Escolas, aleatoriamente selecionados entre os discentes das diversas séries.

Os questionários foram testados na primeira quinzena de setembro de 1981, pelo próprio pesquisador, sendo depois reelaborados, mimeografados e preenchidos a partir das entrevistas, de acordo com os critérios a seguir apresentados.

6.3.2. Pessoas que deveriam ser entrevistadas

a. Responsáveis pelas UPAs sorteadas;

b. Pais ou Mães ou Responsáveis pelas famílias, aleatoriamente selecionadas, desde que desempenhassem trabalho agrícola na Unidade e que tivessem filhos em idade escolar, trabalhando ou não na agricultura;

c. Menores que desenvolvessem atividades agrícolas;

d. Responsáveis pelas Escolas Rurais situadas em locais próximos das UPAs e que atendessem à população rural dessas Unidades (constando entre tais responsáveis de 1 a 2 professores, quando a Escola contasse com mais de um professor);

e. Alunos das diferentes séries em cada Escola, aleatoriamente selecionados.

O número de pessoas a entrevistar não foi rigidamente pré-estabelecido em relação aos *Pais e Menores*. Considerando-se a possível diversidade das UPAs foi estabelecido variar entre 1 e 3 pessoas por Unidade, em relação aos Pais e entre 1 e 10 em relação aos Menores que executassem trabalhos agrícolas.

O número de *alunos* a entrevistar em cada Escola também não foi pré-estabelecido, considerando-se a possibilidade de serem encontradas Escolas Isoladas e de Emergência com reduzido número de educandos e Escolas Agrupadas de bairros rurais, com maior população escolar.

Quanto ao número de pessoas responsáveis pelas UPAs foi estabelecido que seriam tantas quantas fossem as UPAs da amostra.

6.4. Pessoas Entrevistadas

Foram entrevistados *65 responsáveis por UPAs*, *78 Pais* (entre os quais foram incluídos, nos casos pertinentes, os responsáveis pelas UPAs que, então, responderam a dois questionários) e *150 Menores trabalhadores*, os quais desempenhavam habitualmente tarefas agrícolas, não considerados neste número os alunos entrevistados nas Escolas, entre os quais havia também os que desempenhavam trabalhos agrícolas. Em apenas 03 UPAs não foram entrevistados os menores que trabalhavam na lavoura em razão da extrema dificuldade de encontrá-los por estarem trabalhando em lugares muito distantes.

Foram entrevistados *14 Professores* de *12 Escolas Rurais*, duas das quais se caracterizavam como Escolas Agrupadas de Bairros Rurais. Nas diferentes Escolas foram entrevistados *116 alunos*, sendo: 09 da primeira série, 12 da segunda, 53 da terceira, 37 da quarta, 02 da quinta e 03 da sexta série.

Os dados foram codificados e tabulados por uma equipe coordenada pelo próprio pesquisador.

Foi escolhido o processo manual por ser pequena a amostra e significativo o número de questões abertas contidas nos questionários.

6.5 . Modelo Conceitual

Conforme se disse na Introdução deste trabalho, para se definir a Metodologia da Pesquisa, foi elaborado o Modelo Conceitual apresentado no Quadro 2, no qual se procura visualizar as relações existentes entre as variáveis.

QUADRO 2. V.C. (Unidades Produtivas Agrícolas) → H.1.

6.6. Definição Nominal e Operacional das Variáveis

6.6.1. Unidade de análise

Foi considerado como unidade de análise o menor do meio rural, situado na faixa etária de 07 a 18 anos in completos, conforme caracterização jurídica do menor.

A variação esperada (trabalha, não trabalha; estuda não estuda, nunca estudou, estudou e parou) foi medida através das respostas obtidas: a. junto aos responsáveis pelas UPAs da amostra; b. junto aos Pais ou responsáveis; c. junto aos Menores que executavam habitualmente tarefas agrícolas; d. junto a Menores Escolares.

Visando a obtenção de dados para uma análise qualitativa, além da escala prevista para a classificação dos menores por faixa etária, e das questões fechadas sobre estudo e trabalho agrícola, foram colocadas questões abertas para medir a satisfação no trabalho e na escola, os anseios profissionais, a internalização de conhecimentos apreendidos na Escola, o desejo de mudar ou não para a cidade, questões que são apresentadas nos questionários em anexo.

Teve-se em vista: a. fornecer a idéia mais aproximada possível sobre a situação do menor que, em idade escolar, quer como membro da família, quer como força autônoma de trabalho, participa das tarefas agrícolas; b. verificar a

interferência dessa participação na escolarização e no processo educativo do menor no meio rural.

Associando-se as variáveis estabelecidas procurou-se apresentar, na medida do possível; informações sobre as tarefas mais comumente realizadas pelo menor na cultura cafeeira; sobre as fases da produção agrícola em que se aplica mais intensamente o seu trabalho; sobre as unidades produtivas que mais intensamente o utilizam e sobre sua remuneração, quando o contrato estabelece com o menor uma relação direta.

Deveriam ser considerados os menores situados na faixa etária que vai dos 07 aos 15 anos, considerando-se ser esta a faixa em que o menor deve frequentar a escola de 1º Grau. Foi preciso, porém, estendê-la dos 06 aos 18 anos, considerando-se as leis sobre a minoridade e o fato de terem sido encontrados menores de 06 e 07 anos trabalhando na lavoura.

6.6.2. Variável Contextual (V.C.) UPA

Esta variável correspondeu às unidades de produção agrícola da região da Pesquisa. Nelas a utilização do trabalho do Menor poderia ou não ocorrer através da realização de diferentes tarefas agrícolas.

Foram consideradas para efeito da amostra somente as UPAS total ou parcialmente dedicadas à cafeeira.

cultura, ainda quando o café não fosse o único produto explorado, desde que fosse colocado no mercado interno ou externo. As UPAs foram classificadas a partir do estudo da classificação proposta por MOLINA Filho (1977), procurando-se a sua adequação à realidade empírica. Foi descartada a categoria dos *latifúndios* por não aparecer na amostra. Em primeiro lugar, não foram encontradas UPAs cujas dimensões justificassem, por si, a tipificação segundo a categoria descartada. Em segundo lugar, observou-se que nas maiores UPAs encontradas, o nível de tecnologia utilizada era significativo, o que a classificação de MOLINA Filho supõe inexistente na categoria. Por outro lado, não foram encontradas grandes extensões de terras não aproveitadas, considerando-se as extensões reservadas às florestas naturais e artificiais como medida de defesa ecológica. Não foram, também, encontradas propriedades senhoriais. Em relação à mão-de-obra, foram encontradas em 02 UPAs mais de 15 famílias residentes trabalhando como parceiros subordinados, entretanto, considerando-se as outras características, o fato não foi considerado relevante.

Foi necessário descartar também a categoria do camponês, não encontrada na amostra.

Restavam ainda diferenças significativas que não facilitavam a categorização pura e simples das UPAs segundo as duas outras categorias básicas propostas por MOLINA Filho (1977), justificando-se por isto a construção de sub-ti-

pos, a partir da própria posição do autor, o qual reconhece nos tipos que propõe, o que chama de "tipos básicos", aceitando não ser plenamente satisfatória a classificação, dada a diversidade encontrada no meio rural. Criou-se, então, uma sub-tipologia que facilitasse a adequada alocação das UPAs da realidade empírica da Pesquisa.

Não foi possível a aferição rigorosa entre o valor da porção comercializada da produção e o valor total, considerando-se que as informações obtidas careciam de precisão. O volume da produção foi, portanto, calculado pelo número de pés de café da UPA.

Foram usados para a classificação também os outros indicadores apresentados por MOLINA Filho (1977-13): uso de maquinária e de insumos, diversidade das linhas de produção, tipo de administração, mão-de-obra assalariada.

Tomando-se como tipos-base a Empresa Capitalista e a Empresa Familiar, foi construída a seguinte sub-tipologia para a classificação das UPAs cafeicultoras da região:

- a. Empresas Capitalistas;
- b. Empresas Familiares;
- c. Unidades Familiares Pré-Empresariais.

Para que a classificação fosse viabilizada foram estabelecidos os seguintes *indicadores*:

a. *Empresa Capitalista*:

1. Administração diferenciada;
2. posse de outras UPAs no Município, fora dele ou fora do Estado;
3. contratação habitual de assalariados permanentes e/ou de boias-frias;
4. especialização cafeicultora voltada para o mercado, em quantidade *bastante expressiva*, avaliada pelo número de pés de café;
5. mecanização acentuada e uso sistemático de insumos;
6. utilização habitual do crédito bancário.

b. *Empresa Familiar*

1. Engajamento da Família na administração e no trabalho agrícola;
2. uso de insumos e maquinária sob tração animal ou motorizada;
3. especialização cafeeira (produção *significativa*, avaliada pelo número de pés de café);
4. poucas linhas de exploração intercalar para

consumo;

5. utilização de boias-frias em ocasiões de maior trabalho e um ou dois assalariados permanentes;
6. utilização do crédito bancário.

c. Unidade Familiar Pré-Empresarial

1. Engajamento da Família no trabalho administrativo e nas atividades agrícolas;
2. pouco uso de insumos, utilização de instrumentos primários (enxada) e, quando muito, arado com tração animal (apenas uma UPA);
3. cultura cafeeira para o mercado, com produção *pouco significativa*, avaliada pelo número de pés de café;
4. algumas linhas de exploração para consumo;
5. rara e/ou inexistente utilização do crédito bancário.

6.6.3. Variável Dependente (V.D.)

Escolarização do Menor. Esta variável foi entendida enquanto relacionada com o processo de escolarização no meio rural, compreendendo a matrícula e frequência do Menor à Escola, e os estágios de estudos que consegue comple-

tar. Sua mensuração foi realizada através de quatro fontes: a. informações da Delegacia de Ensino de Osvaldo Cruz; b. respostas dos Professores das Escolas que entraram na amostra; c. respostas dos Pais ou Responsáveis sobre a escolarização dos filhos; d. respostas dos menores (trabalhadores e/ou alunos) sobre a própria escolarização e frequência escolar.

Entendeu-se por *matrícula* a inscrição do menor na Escola, a rogo dos Pais ou dos próprios Menores; sendo interrompidos definitivamente os estudos, procurou-se resposta que definisse o nível ou série em que o Menor havia deixado a Escola. A *frequência* foi aqui entendida como o comparecimento dos Menores às aulas diárias. Estas informações foram obtidas a partir das respostas dos Pais, dos Menores e dos Professores (no caso dos Menores Escolares).

6.6.4. Variável Interveniente (V.I.)

Trabalho do Menor na Agricultura Cafeeira. Referiu-se esta variável à utilização do menor na realização de tarefas agrícolas: a. relacionadas com a cultura do café; b. relacionadas com produtos intercalares cultivados em UPAs cafeicultoras, fossem ou não tais produtos destinados à comercialização; c. atividades agrícolas destinadas exclusivamente à manutenção da família, tais como: cuidados com a criação do méstica, atividade na horta familiar ou no quintal.

6.6.5. Variáveis Independentes

As variáveis independentes foram designadas pelos símbolos x.1. x.6.

x.1. *Custo da mão-de-obra.* Esta variável foi destacada com o objetivo de se verificar a utilização do menor em atividades agrícolas, sob salário ou sem ele, a fim de se testar a Hipótese H.2.

O custo da mão-de-obra é entendido como a despesa feita pelo capital no pagamento do trabalhador. Esse custo, na agricultura, pode aparecer sob a forma de salário (o que representa uma relação capitalista em seu sentido puro), como também sob a forma de contratos de parceria, empreita ou outros. Os contratos de empreita e de parceria, frequentemente, implicam no trabalho familiar.

A mensuração desta variável esteve ligada às respostas relativas à utilização do trabalho de menores pela família do proprietário e/ou arrendatário (que utilizando o trabalho dos filhos evitariam fazer gastos com assalariados, diminuindo o custo operacional da produção), bem como às respostas relativas à utilização do trabalho do menor como parte do trabalho familiar contratado sob regime de parceria e/ou empreita. Se este fato ocorre, diminui também o custo opera-

cional da mão-de-obra, aumentando as possibilidades de lucro do capitalista através da exploração da mais valia, que passa a estender-se ao trabalho não pago do menor. As respostas ou informações foram apresentadas: a. pelos responsáveis pelas UPAs; b. pelos Pais; c. pelos Menores Trabalhadores; d. pelos Alunos que trabalhavam na agricultura.

x.2. *Relações Sociais de Trabalho.* Tendo-se como referencial as diversas categorias apresentadas neste trabalho, na parte referente à explicitação do conceito "Relações Sociais de Trabalho", foram tomadas como indicadores para mensuração e análise da variável, além dos dados do INCRA: a. as respostas às perguntas feitas aos responsáveis pelas UPAs sobre a própria situação em relação à exploração da terra e em relação à própria terra e/ou ao seu proprietário; sobre as famílias que trabalhavam na unidade, sobre os trabalhadores assalariados e outros que trabalhavam na unidade; b. respostas das famílias através do Pai, Mãe ou Responsável c. das respostas dos menores que desenvolviam tarefas agrícolas.

x.3. *Atividades agrícolas leves desempenhadas na entre-safra.* Foram assim entendidas atividades diversificadas próprias à agricultura tais como: a carpa ou capina

(são realizadas quatro durante o ano), a esparramação, a arruação, o plantio de produtos intercalares e sua colheita, cuidados com a criação doméstica e adubação do solo.

Essas atividades dispensam o trabalho do adulto, e permitem atividades menos continuadas, ocupando menor tempo diário.

O pesquisador tinha em vista verificar quais as atividades desempenhadas pelos menores na região e observar o grau de influência de tais atividades na escolarização. Esta variável foi destacada no intuito de servir de referencial para se verificar a validade da hipótese H.4. Sua mensuração foi feita através das respostas dos responsáveis pelas UPAs e das respostas dos menores, tanto daqueles que estavam afastados da Escola, como daqueles que a frequentavam e que realizavam tarefas agrícolas.

x.4. Atividades sazonais. Foram entendidas como tais as atividades da colheita que exigem aumento de mão-de-obra, sendo as do café facilmente possíveis de serem executadas por mão-de-obra infanto-juvenil.

Associando-se à hipótese H.5. esta variável foi destacada a fim de que se pudesse verificar se os menores eram ou não recrutados em maior número nos períodos das colheitas e se este recrutamento resultava efetivamente na eva-

são escolar temporária ou definitiva. Tal resultado foi aferido a partir das respostas: 1º) dos Menores Trabalhadores que ainda frequentavam ou que já haviam deixado a Escola; 2º) dos Pais, com relação aos filhos que haviam deixado o estudo; 3º) dos menores escolares que executavam tarefas agrícolas e 4º) dos professores, que informaram sobre o nível de frequência escolar máximo e mínimo nos diferentes meses do ano.

x.5. *Intensidade da relação Campo-Cidade.* Esta variável foi definida ao se esclarecer o conceito de relação Campo-cidade.

Nesta pesquisa procurou-se medir a intensidade dessa relação através de questões referentes: 1º) à frequência e às razões das idas da família à cidade; 2º) à utilização dos meios de comunicação de massa no meio rural pelas famílias dos agricultores (pais entrevistados) e 3º) às aspirações de mobilidade geográfica para o meio urbano.

Na mensuração da variável procurou o pesquisador aferir a Hipótese H.6. "A escolarização do menor será tanto mais habitual e perseverante quanto mais intensa for a relação campo-cidade no meio rural". Por isto foi necessário considerar ainda entre os indicadores, os dados relativos à escolaridade, que poderiam confirmar ou rejeitar a hipótese.

x.6. *Organização do Ensino Rural.* Destacando-se esta variável o objetivo previsto consistia em se verificar como a organização do Ensino Rural se concretizava na área da pesquisa, como atendia às necessidades do meio e como influenciava na escolarização e no processo educativo do menor.

Sendo a organização do Ensino concebida como o resultado do exercício da função atribuída aos órgãos oficiais da administração geral, representantes da Instituição Social de Ensino na área, entendeu-se caber à Organização do Ensino Rural local: a distribuição de cargos nas Unidades Escolares, a determinação de programas, o atendimento às necessidades da população escolar.

Na mensuração da variável procurou-se verificar a validade da hipótese H.7. Tal mensuração foi realizada a partir de diferentes respostas:

a. informações da Delegacia de Ensino a respeito do número e localização das Escolas Rurais, das transferências de Professores, condições de lotação para o cargo, número de alunos matriculados e Programas de Ensino;

b. respostas dos Professores em relação à própria formação profissional, aos programas de ensino, às influências da situação da Escola sobre a matrícula e frequência de alunos, etc.;

c. respostas dos Pais em relação aos horários das aulas, tempo de férias, contato pessoal com a Escola e com os Professores, distância da Escola, etc.;

d. respostas dos alunos a respeito do conteúdo programático, dos conhecimentos que conseguiram internalizar, da importância que dão à Escola, das razões que os levam a valorizar ou desvalorizar a Escola, do sentido valorativo por eles atribuído comparando-se trabalho agrícola e trabalho escolar e, finalmente, de suas aspirações em relação ao nível de estudos a que aspiram chegar;

e. respostas dos menores trabalhadores que deixaram de estudar a respeito de suas aspirações e motivações para voltarem ou não à Escola e a respeito das razões pelas quais deixaram de estudar.

7. ANÁLISE DOS DADOS

7.1. Breves considerações sobre a área da Pesquisa

Já foi observado por diversos autores que a agricultura de uma determinada região não obedece a rotinas, nem representa unicamente uma resposta às condições de solo e clima, fatores importantes, não, porém, os únicos.

O cenário agrícola tem raízes históricas; representa o ajustamento entre diferentes atividades possíveis e as políticas agrícolas, os processos de urbanização e de industrialização, a oferta e desenvolvimento do Capital e a demanda da terra, os incentivos ou subsídios governamentais e, ainda, às pressões da economia internacional.

É sabido que diversas têm sido as formas assumidas pela reprodução do Capital no setor agrícola brasileiro. Este já se constituiu em principal "locus" de acumulação capitalista, através da produção de matéria-prima para o mercado

externo. Muito antes que a indústria penetrasse no País, já se produzia a acumulação capitalista através de formas variadas de produção agrícola.

O Estado de São Paulo manifesta a considerável diferenciação que, a partir da Colônia e do Império, ocorreu na estrutura agrária da economia brasileira. Durante o século XIX o País, já independente e ainda sob a economia escravista, inseriu-se no mercado mundial capitalista através da exportação do café, produto cultivado, sobretudo nos primórdios de sua exportação, no Planalto Paulista.

Quando a abolição transformou o mundo do trabalho agrícola brasileiro, a introdução do colono imigrante nas novas áreas do café representou importante desenvolvimento do capitalismo agrário no Estado de São Paulo. Ao imigrante, na caminhada cafeeira para o oeste, foi possível ter acesso à terra, graças aos seus rendimentos monetários e à disponibilidade de terras abandonadas pelo próprio café. Além de receberem salários em dinheiro, cabia aos colonos, frequentemente, o produto das culturas intercalares. Cabia-lhes também, frequentemente, o café colhido no período das plantações.

Nas zonas rurais, sob o regime do colonato, os armazéns foram, aos poucos, substituídos por "vendas" de pequenos negociantes, o que contribuiu para libertar o colono da dependência do barracão, e para diminuir suas dívidas com

o dono da terra.

Tais condições, aliadas à experiência que os imigrantes traziam de seus países de origem, favoreceram a acumulação de pequeno capital monetário, logo investido em terras; com a aquisição de terras, constituiu-se também, ao lado do latifúndio, o regime de propriedades agrárias de pequenos produtores mercantis.

Depois da grande crise de 1929, a partir da década de 30, o País incrementou o processo de industrialização. O chamado "Estado Novo" assumiu este processo a partir das iniciativas de Volta Redonda, acompanhadas pelas leis trabalhistas da ditadura populista de VARGAS.

Uma das consequências para o setor primário foi o desenvolvimento da exploração agrícola, voltada para o abastecimento urbano, e a consequente formação de um mercado interno, resultantes do crescimento das cidades.

No Estado de São Paulo produziu-se, então, uma considerável transformação na agricultura. Ao lado das grandes fazendas começaram a aparecer os pequenos "sítios". Os fazendeiros transformaram parte de suas terras em pastagens, conservando as encostas para a cafeicultura e cedendo aos sítios, via arrendamento ou parceria, as várzeas próprias para o algodão e a policultura, o que deu margem ao surgimento de uma camada crescente de pequenos produtores, arrendatários e parcei

ros autônomos, voltados, em geral, para a produção destinada ao mercado interno.

Continuava a marcha para o oeste. Nos anos 50, constituíram-se fazendas e sítios dedicados à agricultura comercial de abastecimento da região São Paulo-Rio, enquanto em outras zonas do Estado crescia a expansão da atividade agro-pecuária.

O histórico da região para a qual voltou-se o interesse da Pesquisa está ligado à marcha do café para o oeste do Estado.

Em 1921 Max Wirth, suíço que imigrou para o Brasil, adquiriu terras na região situada no oeste do Estado, entre o 51º de latitude sul e o 22º de longitude (GR), e aí empreendeu a primeira derrubada da mata, visando a montagem de uma serraria e a possível organização de uma fazenda.

Nessa época Araçatuba era a cidade mais próxima, servida pela Estrada de Ferro Noroeste do Estado de São Paulo. Os moradores mais próximos à derrubada, de origem alemã, residiam no patrimônio "Nova Pátria", mais tarde denominada "Colônia Paulista". O imigrante foi, assim, entrando terra-a-dentro, rumo ao oeste. Um surto de malária atingiu todos os homens de Max Wirth que, em 1922 retirou-se da região, deixando o latifúndio para ser valorizado.

Em 1940, sediado na cidade de Oriente, Max Wirth organizou a colonização das terras compradas, então muito valorizadas. A colonização processou-se sob a administração geral do Dr. Hans Schweiser e sob a direção técnica do engenheiro Dr. Hans Klotz. Ambos eram auxiliados pelos agrônomos Arno Keifer, Yutaka Abe, Ernesto Melan, Walter Schiller e mais tarde, em 1941, pelo engenheiro agrônomo Dr. Orlando Bergamashi. Os próprios nomes ou sobrenomes revelam a origem estrangeira dos auxiliares de Max Wirth.

Aos trabalhos topográficos da região seguiu-se o loteamento, em pequenas propriedades. Estas passaram a constituir as chamadas Chácara Califórnia, Negrinha, Canaã e Lagoa.

A fertilidade das terras novas, em pouco tempo, atraiu o interesse de muitos para a Chácara Califórnia, onde, a 06 de junho de 1941, era fundada a Vila Califórnia, elevada no mesmo ano à categoria de distrito, com o nome de Osvaldo Cruz. Em 1945 o novo distrito tornou-se Município, o qual passou logo a ser alvo do interesse de pequenos comerciantes e de pequenos produtores.

Atualmente encontram-se os pequenos produtores disseminados em todo o Município que apresenta uma área de 241 km², ao norte da DIRA de Presidente Prudente, conforme vem indicado no ANEXO 1 e que conserva suas características essencialmente agrícolas.

A região, levemente ondulada, com a altitude média de 464 m acima do nível do mar, dista da Capital, por ferrovia, 648 km; por rodovia, em linha reta, 408 km; via Bauru, 570 km e via Assis, 550 km. É banhada por inúmeros córregos e ribeirões que favorecem à agricultura. Destacam-se os ribeirões Negrinha, Valesburgo, Cateto e Drava; à pequena distância da divisa do Município, rios maiores, como o rio do Peixe e o Aguapeí, aos lados sul e norte, respectivamente, favorecem também ao clima, ao trabalho da terra e à pesca.

O clima e a topografia dão à zona rural as condições para uma exploração agrícola diversificada, facilitando a mecanização.

O Município tem como limites:

- ao norte, os Municípios de SALMORÃO E GUARAPES;
- ao sul o Município de SAGRES;
- do lado leste e do oeste, respectivamente, os Municípios de PARAPUÃ e de INÚBIA PAULISTA.

O Censo registra os seguintes dados populacionais:

População		1970	1980*
- Urbana	-	13.813 hab.	17.633
- Rural	-	9.489	8.505
Total	-	23.302	26.138

Segundo o recadastramento do INCRA havia no Município, em 1978, 777 unidades produtivas agrícolas. As mais numerosas, medindo até 20 ha constituem, segundo o cadastra-mento, 61,2% do total. Seguem-se-lhes, numa porcentagem de 18,1% as que contam entre 21 e 30 ha e, numa porcentagem de 11,4% as que medem de 31 até 50 ha. A partir de 51 ha decresce abruptamente a proporção, passando a 4,1% para as unidades de 51 a 90 ha; 1,4% para as de 91 a 120 ha; 0,9% para as de 121 até 150 ha e 1,1% para as de 151 a 200 ha. Com mais de 200 ha contam-se apenas duas; a primeira com menos de 300 ha e a outra, pertencente ainda aos Max Wirth, com 2.749 ha, atualmente entregue à pecuária.

A área agrícola é ocupada sobretudo pela cafeicultura. Os dados mais atuais da Prefeitura Municipal / 1980 registram:

Cultura	Área
- cafeicultura	8.833 ha
- milho	2.000
- amendoim	700

*FIBGE: Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. IX Recenseamento Social do Brasil. 1980. Rio de Janeiro, Vol I. Tomo I. nº 1. 1981.

- arroz	400
- feijão	300

Constituem-se em Órgãos de Assistência Técnica à Agricultura, para a sub-região de Osvaldo Cruz: a Casa da Agricultura, a Cooperativa Agrária de Cafeicultores do Sul de São Paulo, a Cooperativa Central Agrícola Sul Brasil e a Cooperativa Central Agrícola de São Paulo.

O Município é cortado, na direção leste-oeste, pela Estrada Estadual SP-294, com acesso até à sede. Estradas Municipais, não pavimentadas, servem também à região. A FEPASA atravessa o Município na direção leste-oeste, passando pelo centro da sede.

7.2. Análise dos dados e verificação das hipóteses

7.2.1. Variável Contextual - UPAs, em sua relação com a utilização do trabalho do Menor

A primeira aproximação que se impunha à análise era a classificação das UPAs da amostra, nas quais menores desempenhassem tarefas agrícolas. Tomando-se como referencial a tipificação estabelecida ao se definir operacionalmente a variável UPA, procurou-se fazer a análise de cada unidade, utilizando-se os indicadores estabelecidos para cada sub-tipo construído, a fim de se definir a distribuição das UPAs da amostra.

Dados Gerais da Amostra

Os dados gerais revelaram que em 47,7% das UPAs eram habitualmente utilizados tratores, sendo utilizado o arado sob tração animal em 41,5% das unidades. Em 87,7% eram habitualmente utilizados insumos químicos, enquanto em 4,7% este uso era raro. Não se obteve resposta sobre a utilização de insumos no caso de apenas 02 UPAs; em apenas 01 unidade tal utilização limitava-se à época do plantio do café.

Apenas 07 unidades utilizavam Administradores. Estes orientavam e supervisionavam o trabalho, ficando a Administração Econômico-Financeira por conta dos Proprietários, os quais se valiam habitualmente do trabalho técnico de contadores assalariados ou da própria família.

7,6% das unidades utilizavam Agrônomo próprio, geralmente o Proprietário ou um parente relacionado com o mesmo; em 6,0% das unidades recorria-se eventualmente aos Agrônomos das Cooperativas Agrícolas; aos da Casa da Agricultura recorriam 40,0% das unidades. Em 46,4% eram ouvidos os Agrônomos enviados pelo Banco, quando em vistorias preparatórias aos planos de financiamento e/ou inspecionando a aplicação dos empréstimos ou dos créditos concedidos.

Quando necessário, em 43,0% das UPAs recorria-se a Veterinários da Casa da Agricultura; 3,0% dos produtores declararam recorrer ao Veterinário da Cooperativa e 6,0%

afirmaram recorrer a Veterinário particular através de consultas sob honorários.

Em relação, portanto, à tecnologia usada nas diferentes UPAs, verifica-se um nível significativo, embora variável.

Em relação à extensão da terra por unidade, esta não chegava a ultrapassar 300 ha. Através do Quadro 3 é possível perceber que a maioria das UPAs da amostra situavam-se entre 02 e 60 ha.

QUADRO 3. Dimensões das Unidades Produtivas da Amostra - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981

Área em ha	UPAs	%
02 - 60	55	84,7
61 - 150	05	07,7
151 - 250	02	03,0
251 - 310	03	04,6
Totais	65	100 %

Os dados relativos ao produtor, quanto à responsabilidade dos declarantes apresentam um elevado número de proprietários, conforme se pode observar no Quadro 4.

QUADRO 4. Categoria dos Produtores por UPAs cafeicultoras -
Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981

<div> <div>Área das UPAs</div> <div>Categoria</div> </div>	02-60	61-150	151-250	251-310	Totais	%
Proprietários	36	03	01	--	40	60,0
Administradores	03	02	--	03	08	13,0
Arrendatários	01	--	--	--	01	02,0
Parceiros	15	--	01	--	16	25,0
Totais	55	05	02	03	65	100 %

Aos dados do Quadro 4 parece oportuno relacionar os que se referem à tenência de outras UPAs. Entre os 40 proprietários da amostra, 67,5% possuíam outras terras no Município, fora dele ou fora do Estado, como é possível observar no Quadro 5.

QUADRO 5. Proprietários da Amostra possuidores de outras UPAs no Município, fora dele ou fora do Estado - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981

Área das UPAs em ha	Número de Proprietários	%
02 - 60	20	74,0
61 - 150	04	14,8
151 - 250	01	03,8
251 - 310	02	07,4
Totais	27	100 %

Vale observar que esses proprietários detinham um total de 54 outras UPAs, entre as quais 57,4% localizavam-se no Município de Osvaldo Cruz, 35,2% estavam situadas em outros Municípios e 07,4% localizavam-se fora do Estado de São Paulo.

Classificação das UPAs

Os dados gerais aqui apresentados não são suficientes para se fazer a tipificação das UPAs. Sua apresentação teve por fim a visualização geral da amostra. *A tipificação foi feita a partir da análise de cada unidade considerada como um todo*, tomando-se por base os indicadores estabelecidos no capítulo 6.

QUADRO 6. Unidades Produtivas Cafeicultoras - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Tipos de UPAs	Nº	%
Empresas Agrícolas Capitalistas	17	26,0
Empresas Agrícolas Familiares	43	66,3
Unidades Familiares Pré-Empresariais	05	07,7
Totais	65	100 %

Utilização do trabalho do Menor nas UPAs

O passo seguinte deveria ater-se ao problema da utilização da mão-de-obra infanto-juvenil nos diferentes tipos de UPAs. O Quadro 7 demonstra os resultados obtidos.

QUADRO 7. Utilização da mão-de-obra Infanto -Juvenil nas UPAs
Cafeicultoras - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981

Mão-de- Obra	UPAs	Capitalistas	Familiares	Unidades Familiares Pré-Empresariais
		%	%	%
Utilizada		82,3	76,7	40,0
Não utilizada		17,7	23,3	60,0
Totais		100%	100%	100%

O Quadro 7 mostra a alta porcentagem de utilização da força-de-trabalho infanto-juvenil nas UPAs Capitalistas e Familiares. Esta porcentagem decresce nas Unidades Familiares Pré-Empresariais, mas delas não está ausente, apresentando 40,0% de aproveitamento dessa força-de-trabalho. Os dados confirmam a Hipótese H.1. assim definida: "A utilização do trabalho do Menor na cultura do café ocorre nos diferentes tipos de Unidades Produtivas".

O tipo de trabalho realizado pela mão-de-obra infanto-juvenil nas diferentes UPAs foi outro dado considera-

do. Para viabilizar a análise, o trabalho agrícola observado na realidade empírica foi classificado em três tipos básicos: trabalho familiar, trabalho assalariado, bôias-frias. Por *Trabalho Familiar* entende-se aqui a atividade agrícola realizada pela Família do proprietário e aquela realizada sob as seguintes formas de relações sociais de trabalho: arrendatário, parceiro autônomo, parceiro subordinado, administrador e outros.

Estabelecidos os tipos para a classificação, foram elaborados os Quadros 8, 9 e 10, nos quais os dados de porcentagens deixam perceber a utilização do trabalho infanto-juvenil em relação ao trabalho adulto em cada tipo de UPA e em cada tipo de trabalho.

QUADRO 8. Mão-de-obra utilizada nas *Empresas Agrícolas Capitalistas* - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981

Mão-de-obra \ Tipo de trabalho	Familiar	Assalariado	Bôais-Frias
	%	%	%
Adultos	83,6	94,0	90,3
Menores	16,4	06,0	09,7
Totais	100%	100%	100%

Nas UPAs Capitalistas o trabalho do Menor é utilizado sobretudo através do trabalho familiar, numa porcen-

tagem de 16,4%.

Nas Empresas Familiares a utilização do trabalho do Menor em relação ao Trabalho Familiar eleva-se, alcançando 23,2% (ver Quadro 9), o que representa um aumento de 06,8% quando comparado com o mesmo dado da Empresa Capitalista. Em relação à utilização do Menor como Boia-Fria, sobe apenas 0,7%, enquanto em relação ao Trabalho Assalariado, este desaparece. A constatação confirma as observações feitas desde KAUTSKY até os autores modernos, sobre a utilização acentuada do trabalho infanto-juvenil integrando o Familiar, em UPAs Familiares.

QUADRO 9. Mão-de-Obra utilizada nas *Empresas Familiares* - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981

Mão-de-obra	Tipo de trabalho	Familiar %	Assalariado %	Boias-Frias %
Adultos		76,8	100	89,6
Menores		23,2	---	10,4
Totais		100%	100%	100%

Nas Unidades Familiares Pré-Empresariais o trabalho infanto-juvenil baixa em relação ao Trabalho Familiar (18,7%), desaparecendo em relação às demais formas de traba-

lho, em que também desaparece o trabalho do adulto. Convém observar que as UPAs da categoria contavam, na região, com genitores novos que tinham poucos filhos; observe-se, ainda, como nessas UPAs o trabalho era feito exclusivamente pela família.

QUADRO 10. Mão-de-Obra utilizada nas *Unidades Familiais Pré-Empresariais* - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981

Mão-de-obra	Tipo de trabalho	Familiar %	Assalariado %	Boias-Frias %
Adultos		81,3	---	---
Menores		18,7	---	---
Totais		100%		

Unindo-se os dados por Categorias de UPAs, sem se levar em consideração os tipos de trabalho (Familiar, Assalariado e Boias-Frias) e possível obter uma visão mais global quanto à utilização do trabalho do Menor, como o demonstra o Quadro 11.

QUADRO 11. Mão-de-Obra utilizada nos diferentes tipos de UPAs
Cafeicultoras - Município de Osvaldo Cruz - SP -
1981

UPAs Mão-de- -obra	Capitalistas	Familiares	Unidades Familiais Pré-Empresariais
Adultos	87,7	80,0	81,3
Menores	12,3	20,0	18,7
Totais	100%	100%	100%

Observe-se que nas UPAs classificadas como *Empresas Capitalistas* a porcentagem desce para 12,3%, o que confirma a observação de CALDEIRA (1960) sobre a tendência à redução do emprego de menores na agricultura quando a região ou a sociedade apresentam estrutura industrial. É mais intenso este trabalho nas *Empresas Familiares* (20,0%). A porcentagem alcançada neste tipo de UPA iguala-se à observada por TOSCANO (1976), referindo-se à população agrícola economicamente ativa do Estado de São Paulo. Decresce, porém, quando se compara o total da Mão-de-obra utilizada na região, como o demonstra o Quadro 12. A porcentagem de mão-de-obra infanto-juvenil é de 15,3% na região da pesquisa.

QUADRO 12. Mão-de-Obra utilizada nas UPAs Cafeicultoras - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981

Mão-de-Obra	%
Adultos	84,6
Menores	15,3
Total	100%

É relevante observar que, nos diferentes tipos de unidades, a atividade agrícola dos Menores figura sobretudo integrada no Trabalho Familiar (ver Quadro 13), tipo de trabalho que oportuniza maior exploração de sua força-de-trabalho, como o demonstra a alta incidência de 73,5%.

QUADRO 13. Utilização da Força-de-trabalho dos Menores nas UPAs Cafeicultoras, segundo a faixa etária dos Menores e segundo o tipo de Trabalho - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981

Relações de Trabalho \ Faixa etária					Totais	%
	07-09	10-12	13-15	16-17		
Familiar	04	36	57	25	122	73,5
Assalariado	--	--	02	01	003	01,8
Boia-Fria	--	--	39	02	41	24,7
Totais	04	36	98	28	166	100%

.109.

Conforme se pode observar no Quadro 14, 59,0% dos Menores que realizavam tarefas agrícolas estavam na faixa etária dos 13 aos 15 anos. Somando-se as porcentagens referentes às faixas de 07 ... 15 anos, tem-se um total de 83,1% de Menores que, estando em idade escolar, eram ocupados habitualmente em tarefas agrícolas. Na faixa dos 13-15 anos os Menores trabalhavam em todos os tipos de UPAs da amostra.

QUADRO 14. Menores que desempenhavam tarefas agrícolas nas diferentes UPAs cafeicultoras, segundo a faixa etária - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981

Faixa Etária \ UPAs	UPAs			Totais	%
	Capitalistas	Familiares	Unidades Familiares Pré-Empresariais		
07 - 09	---	04	---	04	02,4
10 - 12	11	25	---	36	21,7
13 - 15	53	42	03	98	59,0
16 - 17	02	26	---	28	16,8
Totais	66	97	03	166	100%

Concluindo, é pertinente observar que, não apenas a força-de-trabalho do menor é utilizada em todos os tipos de UPAs como, também, essa utilização inicia-se com frequência relativa (22,8%) entre 10 e 12 anos e mantém-se com

incidência significativa (56,0%) entre os 13 e os 15 anos, ocorrendo sobretudo através do trabalho familiar.

7.2.2. Variável x.1. "Custo da mão-de-obra nas UPAs da amostra e sua relação com o trabalho do Menor

Análise das Respostas obtidas junto aos Responsáveis pelas UPAs

A atividade agrícola de 122 Menores (73,5%) constituía parte do trabalho familiar (verificar Quadro 13). Apenas 03 Menores (01,8%) desenvolviam trabalho assalariado recebendo Cr\$ 8.500,00/mês: dois situados na faixa etária dos 13 aos 15 anos e 01 situado na faixa dos 16 aos 18 anos incompletos; 24,6% dos Menores recebiam como Boias-Frias, conseguindo a remuneração de Cr\$ 40,00 a Cr\$ 130,00 por saca, na colheita; apenas 02,6% dos Menores recebiam de Cr\$ 283,00 a Cr\$ 500,00 por dia de trabalho. Na época a remuneração do adulto era de Cr\$ 60,00 a Cr\$ 130,00 por saca e de Cr\$ 283,00 a Cr\$ 1.000,00 por dia. Estes dados mostram como o trabalho do menor pode fazer baixar o custo operacional da produção, não apenas pela baixa remuneração, como pela sua integração no trabalho familiar.

Dados obtidos nas entrevistas com os Pais

É pertinente a referência aos dados obtidos junto aos 78 Pais a respeito do salário dos filhos Menores.

Estes coincidem em número com o total de Menores encontrados nas declarações dos Responsáveis pelas UPAs: 166.

Segundo as declarações dos Pais, apenas 02 Menores, ambos com 17 anos recebiam salários, sendo que um recebia Cr\$ 8.100,00 e outro recebia Cr\$ 4.000,00 por mês (*).

Assim, entre estes 166 Menores, apenas 01,1% eram assalariados, sendo que o salário de um deles era reduzido a menos de 50% do salário mínimo regional da época, o que representa um exemplo da inobservância da lei salarial do trabalhador agrícola, visto que os dois menores tinham 17 anos, tendo ambos o direito ao salário integral.

Através do Quadro 15 o pesquisador procura demonstrar a baixa remuneração da mão-de-obra na região. Trata-se de efetiva expropriação do trabalhador rural, tema que escapa aos objetivos do presente estudo, mas que fica evidente através dos resultados obtidos.

(*) Segundo os Responsáveis pelas UPAs, 03 Menores eram assalariados. A diferença de respostas é aparente. Os Pais entrevistados não coincidem com todos os Pais existentes nas UPAs.

QUADRO 15. Nível Salarial de Adultos e Menores em UPAs Cafeicultoras - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981

Assalariados Salário (Cr\$) (*)	Adultos		Menores	
	Permanentes	Temporários	13-15	16-17
1.000,00- 4.000,00	03			
5.000,00-10.000,00	02	52	02	01
11.000,00-15.900,00	40	02		
16.000,00-20.900,00	06			
Totais	51	54	02	01

(*) Salário mínimo em 1981, no Estado de São Paulo:
Cr\$ 8.464,80

Cabe lembrar que 73,5% dos Menores tinham seu trabalho incluído no trabalho familiar (ver Quadro 13), enquanto 24,7% trabalhavam como Boias-Frias. O trabalho familiar reduz o custo operacional da produção, uma vez que não são imputados valores monetários ao uso desta mão-de-obra.

Importa ainda lembrar que 60,0% dos Responsáveis pelas UPAs da amostra eram Proprietários (ver Quadro 4), utilizando, em sua maioria, o trabalho familiar. Quanto ao único arrendatário da amostra, usava o trabalho do filho menor, situado na faixa etária dos 13 aos 15 anos, como também contratava Boias-Frias, no tempo da safra, 03 menores (dois entre 13 e 15 anos e um entre 16 e 17).

Conclusões da análise da Variável x.1

Considerando-se a alta incidência do trabalho familiar na região da pesquisa e levando-se em conta, como já foi dito, que apenas 03 Menores, segundo as declarações dos Responsáveis pelas UPAs e 02, segundo as declarações dos Pais, eram trabalhadores assalariados, e que apenas 24,6% dos Menores eram Boias-Frias, tem-se que a maioria dos Menores desenvolviam atividades agrícolas sem qualquer remuneração, o que repercute expressivamente no custo-da-produção, mantido ao nível do mais baixo possível, com a máxima exploração da força de trabalho familiar.

Os dados vêm confirmar a hipótese H.2.; "O custo da mão-de-obra, como componente do custo da produção agrícola, leva à utilização habitual do trabalho do Menor". A confirmação da hipótese é reforçada pela utilização dessa mão-de-obra através do trabalho familiar.

7.2.3. Variável x.2. - Relações Sociais de Trabalho e sua relação com o Trabalho e a escolarização do menor

É sabido quanto são complexas e instáveis as Relações Sociais de Trabalho no meio Rural. Ao abordar a realidade empírica o pesquisador encontrou uma população a se defrontar com os problemas advindos da geada que, no inverno de 1981, atingiu grande parte dos cafezais em todo o oeste do Es

tado de São Paulo. Entre as consequências estavam as mudanças nas Relações Sociais de Trabalho. Quando na pesquisa de campo os entrevistadores entraram em contato com os Pais, muitos dentre estes haviam passado de parceiros subordinados a diaristas residentes. Percebia-se a preocupação e a insegurança em que se encontravam os agricultores da região. O desejo de deixar a lavoura e procurar emprego na cidade era uma constante, ainda que o receio do enfrentamento com tal possibilidade os tornasse indecisos.

Os Proprietários e Administradores tentavam oferecer soluções paliativas em relação às famílias dos lavradores, mostrando-se igualmente preocupados com a situação. Não refaziam os contratos de parceria, mas ofereciam trabalhos de emergência, permitindo a continuação da residência nas casas da fazenda ou sítio. Faziam os pagamentos por semana, de acordo com a tarefa contratada verbalmente. Eles mesmos mostravam-se indecisos entre o desejo de recompor os cafezais ou de abandonar a cafeicultura para se dedicarem à pecuária.

Embora interessado no acompanhamento da situação, não foi possível ao pesquisador permanecer na região o tempo suficiente, nem a ela voltar, para chegar a um prognóstico seguro quanto às tendências que se esboçavam.

Entrevistas realizadas com os Pais

Tendo sido entrevistados 78 Pais ou responsá-

veis por Menores, foram eles classificados de acordo com as Relações Sociais de Trabalho ou com a tenência da terra, uma vez que, nas UPAs de menores dimensões o Pai entrevistado devia ser, quasi sempre, o Proprietário que explorava a terra.

O Quadro 16 permite observar que os parceiros constituíram a porção mais significativa da amostra. O contrato de parceria variava na região entre 30 e 50,0%. Mais comum era o contrato de 40,0%, com direito ao plantio da lavoura intercalar: milho, feijão, amendoim. Nos quintais das residências, cuja terra não favorecia qualquer lavoura sem grandes e especiais cuidados, ficava a pequena criação doméstica (galinhas e um ou outro suíno).

No Quadro 16 pode ser observada a alta incidência de diaristas residentes, antes parceiros subordinados. Sua redução a diaristas, consequência da geada, significa a tendência à crescente proletarianização do homem rural. Este fato revela o desamparo legal trabalhista do homem do campo. Não ficam os parceiros (autônomos ou subordinados), os arrendatários, os empreiteiros e outros, apenas à mercê das intempéries. Estas atingem tanto o agricultor espoliado quanto o proprietário rural capitalista. Mas ficam eles, também, à mercê da generosidade do patrão que os reduz a diaristas residentes, sem carteira assinada, sem salário fixo, sem amparo previdenciário.

As Leis Trabalhistas que protegem o trabalhador urbano são esvaziadas em relação ao trabalhador rural, graças ao trabalho volante, aos boias-frias, às empreitadas sem recolhimento em Institutos de Aposentadoria, aos contratos verbais de parceria.

QUADRO 16. Categorias Laborais dos Pais ou Responsáveis por Menores que, em idade escolar, desempenhavam tarefas agrícolas - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981

Categoria		%
Parceiros (autônomos e subordinados)	35	45,0
Diaristas Residentes	21	26,9
Proprietários	09	11,5
Assalariados	07	09,0
Empreiteiros	05	06,4
Arrendatários	01	01,2
Totais	78	100%

Resta a questão dos arrendatários que aparece no enunciado da hipótese H.3. mas que, nos dados coletados, se constituem em porção inexpressiva: apenas 01 entre 78 Pais nas 65 UPAs era arrendatário. O dado parece significar mais uma vez a tendência crescente à proletarização do homem rural,

pois o arrendatário pode constituir-se, até certo ponto, em um mini-capitalista ou, ao menos, com pretensões a tanto e, na região da pesquisa, sua presença é inexpressiva. Somando-se os parceiros aos diaristas residentes, empreiteiros e assalariados, obtém-se uma porcentagem igual a 87,3%.

O Quadro 17 mostra a *situação relativa ao trabalho agrícola dos menores* pertencentes às famílias entrevistadas. Foram colocados neste quadro os que estavam na faixa etária de 0-06 anos porque eles representam pessoas a sustentar e desenvolver sob a responsabilidade dos genitores. Ficam estes menores entregues aos cuidados de outros, também menores, durante a ausência dos pais que trabalham na lavoura. Os entrevistadores encontraram em várias casas crianças sozinhas.

Até aos 09 anos a participação no trabalho agrícola dos menores pertencentes às 78 famílias, era pouco expressiva. A partir dos 10 anos o menor ingressava na faina diária, fazendo parte da população rural economicamente ativa, em proporções cada vez mais acentuadas como é possível ver no Quadro 17.

QUADRO 17. Trabalho dos Menores pertencentes às Famílias Entrevistadas - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981

Atividade \ Faixa etária						Totais	%
	0-06	07-09	10-12	13-15	16-17		
Trabalham	01	06	39	70	50	166	58,2
Não trabalham	47	37	27	03	05	119	41,8
Totais	48	43	66	73	55	295	100%

A expressão, em termos de porcentagem, é eloquente como o demonstra o Quadro 18. Torna-se mais eloquente se forem somados os percentuais referentes às taxas de 10-15 anos, o que dará uma incidência de 65,7% de menores que nesta faixa etária desempenhavam tarefas agrícolas.

QUADRO 18. Desempenho de atividades agrícolas entre a população de menores das famílias entrevistadas - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981

Faixa etária	Unidades	%
00-06	01	00,6
07-09	06	03,6
10-12	39	23,5
13-15	70	42,2
16-17	50	30,1
Totais	166	100%

A comparação entre estes dados e aqueles referentes às Relações Sociais de Trabalho dos Pais é apresentada no Quadro 19, o qual ressalta que a maioria dos menores realiza trabalho não remunerado porque incluído no trabalho familiar, através dos contratos de parceria, arrendamento, empreitada, trabalho pago por diária familiar ou, ainda, através do trabalho da família proprietária ou arrendatária.

QUADRO 19. Relação entre a utilização do trabalho do menor e as Relações Sociais de Trabalho dos Pais - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Idade dos filhos Pais	0-06	07-09	10-12	13-15	16-17	Totais	%
Parceiros	01	05	24	31	31	92	55,4
Diaristas Residentes	---	01	08	22	12	43	25,9
Empreiteiros Residentes	---	---	03	04	02	09	05,4
Assalariados	---	---	03	05	03	11	06,7
Proprietários	---	---	01	07	02	10	06,0
Arrendatários	---	---	---	01	---	01	00,6
Totais	01	06	39	70	50	166	100%

Dados resultantes das Entrevistas com os Menores Trabalhadores

Analisando as respostas dos 150 Menores trabalhadores entrevistados verificou o pesquisador que 86,6% desses menores têm suas atividades agrícolas integradas no trabalho familiar. Estabelecida a comparação entre este dado e o dado anterior resultante das entrevistas com os pais, é encontrada a diferença de 13,4%, facilmente explicável porque 166 menores trabalhadores pertenciam às famílias e apenas 150 Menores foram entrevistados pessoalmente. Apesar da diferença isto revela o que já o revelara o dado anterior: a alta incidência do trabalho não remunerado do Menor.

A análise dos diferentes quadros e das inter-relações entre os dados leva a se inferir que as Relações Sociais de Trabalho dos Pais leva à inserção do Menor no trabalho agrícola familiar. Esta exigência torna-se tanto maior quanto maior for a proletarização do trabalhador rural. A partir desta conclusão é possível afirmar que a hipótese H.3. foi confirmada e as constatações da análise, levaram a complementá-la mais enfaticamente: "Relações Sociais de Trabalho na Produção Agrícola, estabelecidas sob as formas de arrendamento, parceria, empreitada ou por tarefa diária, forçam a utilização do trabalho do Menor que tende a aumentar na razão direta da maior espoliação do produtor ou do trabalhador rural".

7.2.4. Variável x.3. Atividades agrícolas leves desempenhadas na entre-safra

Serviram de indicadores para a mensuração e análise desta variável as respostas dos Responsáveis pelas UPAs (Questão 13 - Anexo II) e as respostas dos Menores sobre a própria atividade agrícola, conforme foi previsto na metodologia deste trabalho.

Entrevistas com os Responsáveis pelas UPAs

Segundo afirmações dos Responsáveis pelas UPAs eram as seguintes as tarefas desempenhadas pelos Menores na cafeicultura: capina (em 69,2% das UPAs); arruação e esparrama (em 69,2% das unidades); adubação do solo (em 61,5%); adubação foliar (em 33,8%); colheita (70,7%); lavagem do café (18,4%); secagem do café (em 32,3%); beneficiamento (em 01 unidade produtiva). Realizavam ainda outras tarefas agrícolas, como: a. colheita de milho e amendoim - 01,8%; b. capina preparando a lavoura do milho e amendoim - 01,2%; c. bater e chacoalhar amendoim - 01,8%; d. limpeza e cuidados com a alimentação de suínos - 00,6%.

Entrevistas com os 150 Menores Trabalhadores

As respostas obtidas revelam que 51,3% desses Menores começaram a trabalhar entre 8 e 10 anos. Os que começaram aos 11 e 12 anos alcançam a porcentagem de 20,6%. Mas também, numa porcentagem de 06,0%, houve entre esses Menores

aqueles que começaram a trabalhar entre 05 e 06 anos. Suas atividades atuais consistiam tanto em pequenas tarefas (colher paus, carregar leite, plantar verduras e legumes nas pequenas hortas das UPAs), como se estendiam às diversas atividades requeridas pela cafeicultura, pela lavoura intercalou pela pecuária doméstica: carpir, varrer ou rastelar, plantar, arruar, ajudar na esparramação, na colheita, na abanação e secagem do café, no plantio e colheita do milho e do amendoim, no cuidado com as aves domésticas e com a criação doméstica dos suínos. Nenhum dos Menores entrevistados, declarou trabalhar na adubação química da lavoura ou dirigir tratores, mas os declarantes nas UPAs afirmaram que eles também aplicavam a adubação foliar.

58% desses Menores trabalhavam 8 horas por dia; 12 e 9,3% trabalhavam, respectivamente, 04 e 03 horas diariamente. Conquanto em reduzida porcentagem, 03,3% desses Menores trabalhavam em média, 10 horas por dia. Os que executavam atividade agrícola diariamente, por apenas 04 horas, nos dias feriados e durante as férias trabalhavam 08 horas. Os demais 29,4% não declararam o número de horas durante as quais trabalhavam.

86,6% desses Menores declararam gostar do trabalho agrícola, mas 65,3% dentre eles gostariam de fazer outro trabalho. Destes, 79,5% gostariam de realizar trabalhos na cidade como bancários (office-boys), técnicos em mecânica

ou em eletricidade, secretários, desenhistas, comerciários, domésticas, costureiras ou bordadeiras e operários.

Entrevistas com os alunos nas Escolas

116 Menores Escolares entrevistados nas Escolas Rurais também responderam a questões relativas ao trabalho. 91,3% declararam que trabalhavam; 59,4% declararam trabalhar durante o ano todo, enquanto 30,2% declararam trabalhar apenas durante alguns meses. Suas atividades variavam: 40,3% trabalhavam mais em atividades domésticas para que os pais pudessem ir para a lavoura: levavam comida para os que trabalhavam na roça, lavavam roupas, cozinhavam, varriam os quintais, cortavam e carregavam lenha, puxavam água do poço, cuidavam dos irmãos mais pequeninos, preparavam espantalhos para colocar na plantação, davam água para a criação doméstica e tiravam leite.

59,4% desenvolviam atividades agrícolas trabalhando com os pais e os irmãos na roça, ocupando-se na capina, no plantio do café, do amendoim, do milho e do arroz, colocando sacos de café no carreador para encher; colaborando na colheita e adubação do solo para o café e a lavoura intercalar; um dos Menores afirmou que ajudava o pai a passar o arado com tração animal, e a aplicar injeções no gado.

Reflexões conclusivas

Os dados confirmam a hipótese H.4.: "O traba-

lho do Menor nas culturas cafeeiras é utilizado habitualmente em atividades agrícolas consideradas leves". Realizando tarefas leves, cabíveis na entre-safra, os Menores são praticamente ocupados na lavoura durante todo o ano, uma vez que também trabalham no tempo da colheita.

Cabem aqui algumas observações:

a. embora considerada leve, a capina exige grande esforço de trabalho. A sua prática habitual pode levar a consequências físicas indesejáveis em relação ao imaturo (excessivo desenvolvimento muscular, desvios da coluna vertebral, etc.). Considerando-se a fase de crescimento em que se encontra o menor, esta atividade não parece aconselhável;

b. a adubação do solo é um serviço exaustivo e insalubre, mesmo para adultos;

c. a adubação foliar, realizada com produtos químicos, praticada numa porcentagem de 33,8% pelos Menores, segundo as declarações dos Responsáveis pelas UPAs, constitui-se em atividade desaconselhável para menores, em razão dos perigos de envenenamento e/ou das doenças consequentes ao contato com tais produtos;

d. o trabalho agrícola de 8 horas diárias realizado por 58% dos Menores trabalhadores parece ser excessivo e desaconselhável para pessoas em fase de crescimento físico e de uma desejável formação (intelectual, moral, cultura, so

cial);

e. parece pertinente observar que a participação dos Menores nas atividades agrícolas ao lado dos pais e irmãos, desde que sejam respeitados um horário máximo de 03 a 04 horas diárias, o descanso dominical, a idade e o atendimento às necessidades da formação e instrução, pode ser salutar à própria formação do menor, não apenas no sentido do treinamento agrícola, respeitadas as inclinações profissionais, como também no sentido da solidariedade no trabalho e da consolidação da coesão do grupo familiar.

7.2.5. Variável x.4. - Atividades sazonais

Com vistas à análise desta variável foram considerados os indicadores previstos: respostas dos Menores trabalhadores que ainda frequentavam ou que já haviam abandonado a Escola; respostas dos Pais sobre o estudo dos filhos e férias escolares; respostas dos alunos que executassem tarefas agrícolas e dos professores das Escolas visitadas.

As atividades sazonais podem estar relacionadas com a possível evasão escolar temporária e/ou definitiva.

Antes de se partir para a análise dos indicadores definidos parece oportuno apresentar os dados fornecidos pela Delegacia de Ensino e pelos Professores das Escolas Isoladas e de Emergência, em relação aos alunos matriculados

(Quadro 20). Faltam as matrículas dos alunos das Escolas Agrupadas, cuja relação não constou daquela apresentada pela Delegacia de Ensino.

QUADRO 20. Matrículas nas Escolas Isoladas e de Emergência -
Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Séries Informante			Total
	1ª - 2ª	3ª - 4ª	
Delegacia de Ensino	95	94	189
Escolas (através dos professores)	77	90	167
Diferenças	18	04	22

Identifica-se neste quadro uma diferença de 22 alunos. Os dados da Delegacia informam sobre a matrícula de todo o ano de 1981, até outubro; os dados das Escolas informam o número de alunos matriculados que permaneciam frequentando as aulas.

A diferença observada representa uma porcentagem de 11,6%. Estaria esse dado relacionado à evasão escolar resultante de atividades sazonais? A conclusão é prematura e exige dados mais seguros.

As respostas dos Menores Trabalhadores e dos alunos não forneceram dados esclarecedores. O receio de indu

zir, levando o pesquisador a não colocar questões diretas sobre o trabalho sazonal, foi responsável pela falha nos dados recolhidos junto aos Menores.

As respostas dos Pais, em relação aos meses de férias escolares, que possibilitariam obter dados sobre a sazonalidade, são lacônicas ou omissas e apresentam poucas justificativas. Apenas 08 Pais justificaram sua afirmativa com termos como: "Os meses de férias são bem escolhidos. Em janeiro e fevereiro os filhos podem ajudar na plantação e em julho, na colheita do café"; ou "Seria melhor que as férias fossem em julho e agosto para que as crianças pudessem ajudar mais na colheita do café". 76,8% das respostas limitam-se a afirmar: "Sim, os meses de férias foram bem escolhidos". Encontra-se uma negativa assim justificada: "As férias nunca são boas porque os filhos esquecem o que aprenderam". 21,9% dos Pais não responderam. Assim, não havia possibilidades para uma análise segura.

Recorrendo-se às respostas apresentadas pelos Professores, verificou-se que em apenas 8,3% das escolas a frequência escolar descia ao nível de 86 e até 80% entre os meses de abril a junho, voltando ao nível de 97% a partir de agosto. Algumas imprecisões no preenchimento dos dados sobre a frequência impedem uma análise mais rigorosa.

Recorrendo-se à relação de alunos matriculados

nas Escolas de Emergência e nas Escolas Isoladas, como também dos matriculados nas Escolas Agrupadas dos dois bairros Rurais, as quais entraram na amostra, verificou-se que 59,4% dos alunos desenvolviam habitual e diariamente atividades agrícolas. Esta porcentagem subia para 81,5% no tempo da colheita do café.

Estes dados foram comparados com os Gráficos do Calendário Agrícola das Principais Culturas do Município. São aqui apresentados apenas os gráficos que se referem à cultura do café, do milho e do amendoim, culturas mais significativas no Município (*).

GRÁFICO 1. Calendário Agrícola do Café.

Fases da cultura	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Preparo do solo												
Semeadura ou plantio	••	••	••				•	•	••	••	••	••
Tratos culturais	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Colheita					••	••	••	•	•	•		
Comercialização							•	•	•			
Entre-safra	•	•	•	•							•	•

(*) fonte: Centro de Estudos Rurais da Fundação Getúlio Vargas. Calendário Agrícola Nacional. in: NEVES, E e outros. 1981. Fatores Sócio-Econômicos que afetam a Escolaridade na zona Rural do Estado de São Paulo. p. 53-54.

GRAFICO 4. Calendário Agrícola do Amendoim. 2ª safra (seca)

Fases da cultura	Meses											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Preparo do solo	•											•
Semeadura ou plantio	••	••	•									
Tratos culturais		•	•	•								
Colheita					•	••	•					
Comercialização						••	••	•				
Entre-safra												

Considerando que a colheita do café é mais intensa nos períodos de maio-junho e julho, pode-se afirmar, com base sobretudo no aumento da porcentagem de alunos que trabalham na safra, que existe uma tendência à maior utilização do trabalho do menor em razão da colheita.

É possível que os menores também sejam aproveitados nesse tempo para a colheita de milho, cujos meses de maior intensidade ocorrem de abril a junho. O mesmo pode ocorrer em relação à colheita da segunda safra do amendoim, que ocorre de maio a julho. Quanto à colheita desse produto, na safra que começa em novembro e se estende até março, com pico mais alto em janeiro e fevereiro, nela podem colaborar os menores em menor intensidade, aproveitando as férias maiores,

levando-se em conta que o amendoim não é cultura muito expres
siva no Município.

Conclusão da análise da variável x.4

Considerando-se a elevação da participação no trabalho agrícola ao tempo da colheita, cuja percentagem alcança entre os alunos o nível de 81,5% no período da safra do café, conforme já foi dito, pode-se afirmar que existe acentuada tendência no sentido de se utilizar a mão-de-obra infanto-juvenil nesse período. Como os dados sobre a frequência escolar, não foram precisos, parece prudente reconhecer que não são suficientes para a confirmação da Hipótese H.5: "As atividades sazonais na cultura cafeeira levam à utilização do trabalho do menor, afetando a sua escolarização de forma temporária e até definitiva". Foi possível, apenas, constatar que "as atividades sazonais na cultura cafeeira levam à utilização do trabalho do menor, podendo comprometer sua frequência escolar".

7.2.6. Variável x.5. Intensidade da relação campo-
-cidade

Ao se passar à análise desta variável parece oportuno lembrar que as UPAs visitadas estendiam-se por todas as direções do Município, ocupando a sede uma posição quasi central em relação ao todo, de modo que, mesmo as mais distantes UPAs estão em média a 30 km da sede. Além disto, um sis-

tema de ônibus liga a cidade a todos os pontos principais do Município e aos Municípios próximos, o que facilita a locomoção via estradas principais. Destas observações iniciais depreende-se que a população tem a possibilidade de frequentar habitualmente a cidade.

Ao ser iniciada a análise foram primeiramente estudadas as respostas referentes à frequência da população em seus contatos com o meio urbano, às razões de tais contatos, à utilização dos meios de comunicação de massa habitualmente usados e às expectativas de mudança de residência e de trabalho.

QUADRO 21. Frequência dos contatos da família rural com o meio urbano - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981

Frequência dos contatos	Famílias	%
Uma vez por mês	42	53,9
Uma vez por semana	29	37,2
Todos os dias	01	01,3
Quando necessário	02	02,5
Respostas em branco	03	03,8
Nunca	01	01,3
Totais	78	100%

37,2% das famílias estabelecem contato semanal com a cidade, enquanto 53,9% o fazem uma vez por mês. O Quadro 21 demonstra o que aqui vem afirmado, enquanto o Quadro 22 mostra as razões pelas quais são estabelecidos os contatos da família rural com o meio urbano.

QUADRO 22. Justificativas apresentadas pelo agricultor para explicar seus contatos com o meio urbano - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Justificativas	Número	%
Compras	69	31,5
Frequência à Igreja	62	28,4
Passeios	46	21,0
Visitas a amigos	42	19,1
Totais	219	100%

O número de justificativas apresentadas pelo agricultor, relativas à frequência dos contatos da família com o meio urbano, excede ao número dos entrevistados porque estes apresentaram de 2 a 3 justificativas.

Necessidades de manutenção (compras) e interesses religiosos parecem ser as principais razões. Entretanto, interesses de ordem social (passeios e visitas a amigos) são também atendidos em percentagens significativas. Comparando-

-se os dados dos Quadros 20 e 21 e levando-se em consideração que 69 Pais iam à cidade para compras, enquanto 62 iam também para fins religiosos, é possível afirmar, considerando-se ainda o número de Pais entrevistados que, entre 79,4% e 88,4% dentre eles vão à cidade motivados por interesses de manutenção e por interesses religiosos.

Os dados apresentados parecem demonstrar que a intensidade da relação campo-cidade se constitui em uma variável bastante significativa.

Os resultados obtidos nas entrevistas com os Pais em relação à utilização dos meios de comunicação de massa também trazem subsídios para a análise. Entre a população da amostra 29,5% possuía Rádio ou TV. Entretanto, 92,3% das famílias declararam acompanhar programas de Rádio, do que se infere que elas partilhavam dos aparelhos dos vizinhos e amigos. Os programas acompanhados, por ordem de preferência, eram os seguintes: noticiários, novelas, cantos sertanejos, música popular, futebol, filmes. 60,2% das famílias assistiam às novelas da Rede Globo, enquanto 73,0% ainda acompanhavam os noticiários da Rádio ou da TV em diferentes Estações. Apenas 14,1% das famílias seguiam os programas agrários pela Rádio ou TV, enquanto 08,9% declararam acompanhar todos os programas desde que alguém estivesse em casa. 05,1% declararam que acompanhavam os programas de calouros, desenhos animados, shows e outros.

Menos expressiva entre a população rural da amostra era a influência da imprensa: os jornais eram lidos apenas numa porcentagem de 08,9%. O dado parece ser em parte justificado pela proporção de analfabetos e/ou de semi-alfabetizados. A partir das respostas dos 78 Pais entrevistados foram obtidos, neste sentido, os dados seguintes: 42,5% dos Pais eram analfabetos ou semi-alfabetizados, mas entre os filhos maiores - (108) - apenas 07,4% eram analfabetos. Considerando-se, porém, que, entre a população rural, cuja renda é reduzida e cujos gastos limitam-se geralmente ao que é considerado mais importante para a sobrevivência, o que exclui despesas com assinaturas de jornais, parece óbvia a justificativa em relação à reduzida utilização da imprensa. Por outro lado, via noticiários da Rádio ou da TV, a população rural mantinha-se relativamente informada.

Dos dados apresentados sobre a frequência dos contatos com o meio urbano através do comparecimento habitual à cidade e/ou dos meios de comunicação utilizados, é possível inferir que a população mantinha contatos diretos e indiretos com a sede municipal e outros Municípios, com a Capital do Estado e com o mundo.

Parece significativo observar que entre as respostas relativas à vida associativa na cidade encontra-se 100% de abstenção. Nenhuma das famílias entrevistadas tinha qualquer membro participando de clubes urbanos. Deste dado infe-

re-se que as razões que ligam a população rural ao meio urbano situam-se ao nível de necessidades e/ou interesses de consumo, de lazer individual ou do grupo familiar voltado para si mesmo, e/ou de interesses religiosos.

Outro dado a ser analisado refere-se às aspirações em relação à possível transferência de moradia para a cidade, o que vem objetivado no Quadro 23.

QUADRO 23. Aspirações da população rural em relação à possibilidade de residência na cidade - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Aspirações declaradas	Número	%
Desejariam morar na cidade	39	50,0
Desejariam permanecer na roça	38	48,7
Não manifestaram qualquer preferência	01	01,3
Totais	78	100%

Tentando justificar suas aspirações os Pais apresentaram diferentes motivos. Entre os que desejariam morar na cidade (39), houve mais do que uma justificativa apresentada, como o demonstra o Quadro 24. As preocupações com o trabalho e as possibilidades de melhor renda são as razões mais fortes apresentadas - 61,9%. Destaca-se ainda, com

23,8%, a preocupação com o estudo dos filhos.

QUADRO 24. Justificativas apresentadas pela população rural com referência às aspirações relativas ao desejo de residir na cidade - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Tipo de justificativas	Número	%
Preocupação com o estudo dos filhos	10	23,8
Possibilidades de emprego, facilidades do comércio, comodidade da vida, possibilidades de "arriscar" u'a mudança econômica de vida	26	61,9
Desejo de experimentar outro tipo de vida, de melhorar o "status" social (a cidade é mais importante)	06	14,3
Totais	42	100%

As justificativas referentes ao desejo de permanecer no meio rural também são significativas como o demonstra o Quadro 25.

QUADRO 25. Justificativas apresentadas pela população rural
referentes ao desejo de permanecer no próprio meio
- Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Tipos de justificativas	Número	%
Vantagens do meio rural: maior fartura e maiores possibilidades em relação à subsistência (podem plantar, pescar, desenvolver a criação doméstica); maior liberdade, tranquilidade, silêncio e segurança para a família, especialmente para os filhos pequenos	54	73,0
Desvantagens da cidade: tudo deve ser comprado, a vida é difícil para o pobre, são maiores as exigências de capacitação profissional, é grande a insegurança por causa dos crimes	20	27,0
Totais	74	100%

Os 38 Pais que preferem residir no meio rural também apresentaram mais de uma justificativa.

Considerando-se que 27,0% explicitam sua visão negativa da cidade, e 61,9% mostram as vantagens do meio urbano, também implícitas nas justificativas referentes à preocupação com o estudo dos filhos - 23,8%, cujos dados somados alcançam 85,7% (Quadro 24), infere-se que a visão valorativa a respeito da vida urbana entre a população rural parece projetar-se nitidamente através dos dados até aqui analisados. Fica demonstrado que existe a relação campo cidade entre a

população da amostra. Esta relação desperta aspirações no sentido do êxodo rural e se reflete também na escolaridade. É o que se pretende demonstrar no Quadro 26, em que são apresentados em porcentagens, os dados sobre a escolaridade das famílias cujos Pais foram entrevistados. Referem-se à escolaridade dos Pais (76 Pais vivos e 77 mães, totalizando 153 pessoas), 108 filhos maiores e 239 filhos menores em idade escolar.

QUADRO 26. Escolaridade na Família Rural de UPAs Cafeicultoras - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Papel Familiar	Analfabetos e Semi alfabetizados %	MO-BRAL %	Séries do 1º Grau %				2º Grau %
			1ª-2ª	3ª-4ª	5ª-6ª	7ª-8ª	
Pais	42,5	07,2	21,6	28,7	---	---	---
Filhos Maiores	07,4	---	13,0	52,8	12,1	05,5	05,5
Filhos Menores	06,7	---	05,9	27,2	04,6	---	05,5

Como é possível observar, 42,5% dos Pais são analfabetos ou semi-alfabetizados, enquanto apenas 07,4% dos filhos maiores o são. Entre os filhos menores nas mesmas condições a porcentagem cai para 06,7%, sendo que apenas 01,2% são menores de 15 a 17 anos, enquanto 04,5% são menores de 07

a 09 anos.

Os dados mostram que entre os menores que já abandonaram a Escola, 27,2% haviam terminado a 4ª série, sendo que entre estes, 08,8% deixaram a Escola ao terminarem a 3ª série, enquanto 18,3% o fizeram ao terminarem a 4ª. Entre os Pais, dos 28,7% relacionados como tendo terminado a 4ª série encontram-se 16,3% que deixaram a Escola ao terminarem a 3ª série e 12,4% que a deixaram ao terminarem a 4ª série. Assim, a diferença entre Pais e Filhos Menores que deixaram a Escola ao completarem a 4ª série é de 05,9%. Este acréscimo em relação aos filhos parece revelar o interesse dos Pais em garantirem o estudo mínimo para a prole.

É importante observar que 03,7% dos filhos maiores e 54,8% dos menores em idade escolar ainda estão na Escola o que, entretanto, não significa que não venham a abandoná-la.

O Quadro 27 apresenta as respostas dos Pais sobre os motivos pelos quais enviaram ou enviam os filhos à Escola. O número de respostas excede o número de Pais; isto parece revelar a sua motivação a respeito do estudo dos filhos. 37,1% das respostas deixam perceber que vêem na Escola uma possibilidade e um meio de ascensão social, a partir da preparação para outras profissões. 17,2% vêem na Escola um recurso para lidar com valores urbanos (assinar documentos en

tendendo), 41,9% das respostas referem-se à necessidade e importância do estudo.

QUADRO 27. Motivos que levaram os Pais a enviarem os filhos à Escola - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Justificativas	Número	%
Para que os filhos possam deixar a lavoura, preparando-se para outras profissões ou para empregos "menos duros" em que eles ganhem mais	39	37,1
Para que os filhos aprendam; o estudo é importante e necessário	44	41,9
Para que os filhos possam se defender (<u>ass</u> inar documentos, entendendo)	18	17,2
Para fazer a vontade dos filhos	04	03,8
Totais	105	100%

É pertinente observar que os Pais, não apenas enviam e se esforçam por manter na Escola a sua prole, por julgarem o estudo importante e necessário, como ainda mostraram o seu desejo em relação à continuidade dos estudos dos filhos e com respeito ao nível de escolaridade que para eles almejam. 87,2% dos Pais desejam que seus filhos continuem estudando. Apenas 05,1% não querem que eles continuem estudando depois da 4ª série. Os restantes 07,7% explicaram que seus filhos menores já haviam deixado a Escola.

Quanto aos motivos pelos quais desejavam a continuidade do estudo dos filhos, 59,0% afirmaram que, embora seja difícil para a família, querem que eles continuem para que melhorem de vida, possam preparar-se para adquirir uma "boa profissão" para ganhar mais. O Quadro 28 mostra as aspirações dos Pais neste sentido.

QUADRO 28. Aspirações dos Pais em relação à continuidade do estudo dos filhos - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Justificativas	Número	%
O estudo é importante para que os filhos aprendam, melhorem de vida, adquiram uma boa profissão, mais rendosa	46	59,0
Querem, mas não justificaram	13	16,7
Querem, para fazerem a vontade dos filhos	04	05,1
Querem, mas lamentam que seja impossível: os filhos têm que trabalhar para ajudar a manter a família	02	02,6
Queriam, mas os filhos não quiseram	03	03,8
Não querem, porque os filhos precisam trabalhar	03	03,8
Não querem, pois é incômodo demais para a família	01	01,3
Os filhos já deixaram de estudar	06	07,7
Totais	78	100%

As respostas quanto ao nível de estudos a que aspiram conduzir os filhos revelam a influência dos valores urbanos. 21,7% dos Pais desejavam que os filhos terminassem Cursos Técnicos, enquanto 24,3% aspiravam a que terminassem Cursos Superiores, o que eles indicavam sob a expressão: "Até à Faculdade". Esta expressão significava para eles o nível de "Doutor", o que coincide com as observações de MARTINS (1975). A porcentagem sobe a 30,6% quando os progenitores expressam suas aspirações em relação à carreira profissional dos filhos, como se percebe no Quadro 29. Apenas 10,6% dos Pais não expressaram quaisquer aspirações em relação à profissão dos filhos. O número de profissões desejadas excede o número de Pais porque alguns pensaram em mais de uma profissão.

QUADRO 29. Aspirações dos Pais em relação à futura profissão
dos filhos - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Profissão	Número de preferên- cias	%
Doutor (médicos, advogados, dentistas, engenheiros-civis, agrônomos, veterinários, contabilistas e/ou administradores de empresa)	29	30,6
Escriturários, cartorários, secretários, datilógrafos, bancários, funcionários	20	21,1
Professores	15	15,6
Qualquer profissão, menos a de lavrador	07	7,4
Profissões técnicas (entendidas como enfermeiros, farmacêuticos, mecânicos, técnicos de TV)	05	05,3
Motoristas ou pilotos	03	03,1
Artes femininas (costureiras, bordadeiras)	03	03,1
Lavradores	02	02,1
Operários	01	01,1
Não expressaram aspirações	10	10,6
Totais	95	100%

Respostas dos Menores Trabalhadores

Entre os 150 Menores trabalhadores entrevistados, 93,4% desejam morar na cidade, do que se infere a acentuada tendência à valorização dos padrões de vida urbana e à desvalorização do meio rural. Embora desejando residir na ci

dade, 39,6% dos Menores Trabalhadores preferem continuar desempenhando tarefas agrícolas como o demonstra o Quadro 30. Entretanto, como se pode observar no mesmo quadro, as profissões urbanas atraem 59,1% dos Menores. Apenas 06,3% não se expressaram sobre aspirações profissionais. Entretanto, 09 Menores demonstraram desejar mais de uma Profissão, razão pela qual o número de respostas excede o número de entrevistados.

QUADRO 30. Aspirações Profissionais dos Menores Trabalhadores
- Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Ocupações e/ou Profissões desejadas	Número	%
Lavradores e/ou outros trabalhos no meio rural (pecuária, trabalhos mais adequados à própria força)	63	39,6
Empregadas Domésticas	16	10,0
Operários	14	08,8
Comerciários	12	07,6
Escriturários, secretários, bancários	11	06,9
Qualquer emprego mais fácil, na cidade	06	03,8
Artes Femininas	05	03,2
Doutor (advogado, médico, dentista)	04	02,5
Motoristas	04	02,5
Professores	04	02,5
Trabalhos Técnicos na cidade (eletricistas, mecânicos)	03	01,8
Trabalhos técnicos na agricultura	02	01,3
Outras	05	03,2
Não sabem	10	06,3
Totais	159	100%

Os dados sobre a escolaridade dos Menores Trabalhadores revelam que 46% continuavam frequentando a Escola; 27,5% cursando a 3ª série, 14,4% cursando a 4ª e 14,4% cursando a 5ª. Entre a 6ª e a 8ª séries estudavam 21,7%, enquanto 04,3% estavam no Curso Médio. É oportuno observar que entre os Menores Trabalhadores que frequentavam a 3ª série encontravam-se 07 Menores que já estavam na Escola havia cinco anos e 03 que estavam havia seis anos. Um dos que estavam na 4ª série já estava na Escola havia oito anos, ou seja, o dobro dos anos requeridos. O mesmo ocorria com um Menor Trabalhador de 17 anos, que havia dez anos estava na Escola, não tendo ainda passado da 5ª série.

Entre os Menores Trabalhadores 54% haviam deixado de estudar. O maior índice de evasão ocorreu terminada a 4ª série, correspondendo a 25,3% dos Menores entrevistados. Até à 5ª série permaneceram apenas 06,0%.

Respostas dos alunos

Entre os 116 alunos entrevistados nas Escolas, 33,6% desejavam morar na cidade, enquanto 66,4% preferiam ficar no próprio meio rural. Através do Quadro 31 é possível observar como os alunos justificavam suas preferências. Estas mostram que os menores conhecem a cidade e seus valores, sabendo confrontar cidade-meio rural.

QUADRO 31. Juizos de valor dos Alunos das Escolas Rurais sobre a vida na roça e na cidade - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Justificativas	Número	%
1. <i>Na roça</i> vivem em maior liberdade, a vida é mais sossegada, o ar é mais puro, não existe barulho, há muito tempo livre.	23	19,9
2. A vida <i>na roça</i> é alegre, gostosa, todos têm mais vizinhos, amigos e colegas para brincar e conversar, pode-se brincar a qualquer hora	25	21,6
3. <i>Na roça</i> podem trabalhar, têm mais verduras e frutas frescas do que na cidade, <u>po</u> dem plantar o que quiserem, não precisam comprar tudo	21	18,1
4. <i>Na roça</i> não existem tantos perigos como na cidade, onde existem mais ladrões	05	04,3
5. Querem ficar <i>na roça</i> porque estão acostumados, podem trabalhar e ganhar dinheiro	04	03,5
6. <i>Na cidade</i> há mais movimento, mais gente, mais alegria, mais diversões; existem os carros, podem brincar com colegas, têm mais amigos	25	21,6
7. <i>Na cidade</i> não se precisa trabalhar debaixo do sol, vive-se mais sossegado	04	03,5
8. <i>Na cidade</i> existem os supermercados e muitas casas; as coisas ficam mais perto das pessoas	06	05,0
9. <i>Na cidade</i> tem-se maior conhecimento das coisas, maiores oportunidades, lá existe mais dinheiro	03	02,5

Embora 66,4% dos alunos desejassem continuar morando no meio rural, a maioria exprimiu aspirações profis-

sionais baseadas em padrões e valores tipicamente urbanos, conforme se pode verificar no Quadro 32. Entende-se por profissões urbanas aquelas que, habitualmente, são exercidas no meio urbano, bem como aquelas que, temporariamente exercidas no meio rural, possibilitam a transferência para a cidade, como é o caso do professor. O magistério destaca-se com 29,3%, o que se explica pelo maior contato dos alunos com seus professores. O número de respostas excede o número de alunos, o que demonstra que alguns desejavam mais do que uma profissão, ou pensavam em escolher futuramente a que mais lhes conviesse.

QUADRO 32. Preferências Profissionais dos Alunos do meio rural - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Profissões Preferidas	Número	%
Professor	36	29,3
Esportista	11	08,9
Doutor	10	08,2
Profissões técnicas urbanas (mecânico, eletricista, aviador)	10	08,2
Artes Femininas	09	07,4
Escriturário, bancário, secretário, contador, desenhista	08	06,5
Dona de casa	07	05,7
Lavrador	06	04,9
Químico, enfermeiro	04	03,2
Artista	03	02,4
Operário	03	02,4
Comerciário	02	01,6
Outras	14	11,3
Totais	123	100%

Conclusões da análise da Variável x.5. Relação campo-cidade

Considerando-se:

- 1º) que a relação campo-cidade foi verificada em quantidade e qualidade significativas, demonstrando a influência do modo de vida urbano sobre a população;
- 2º) que existe entre a população significativa tendência ao desejo do êxodo rural, estimulado pela visão da vida urbana e/ou pela precariedade de conforto e de satisfação econômica oferecidos pelo meio rural;
- 3º) que a comparação entre os níveis de escolaridade de Pais e filhos demonstra o aumento do interesse pela Escola;
- 4º) que as aspirações profissionais constatadas revelam preferências por profissões ligadas à vida urbana, sendo a Escola considerada como um meio capaz de preparar para a formação profissional adequada à cidade;

Parece possível ter-se por validada a hipótese H.6. que afirma: "A escolarização do Menor será tanto mais habitual e perseverante quanto mais intensa for a relação campo-cidade no meio rural".

7.2.7. Análise da Variável x.6. Organização do Ensino Rural

Parece necessário, antes de se passar à análi-

se da Variável, apresentar algumas informações gerais sobre os tipos de Escolas Rurais existentes, sobre o sistema de nomeação de Professores, Programas de Ensino, e atendimento às necessidades específicas do meio rural por parte da Delegacia de Ensino.

Segundo a classificação elaborada pela Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP) do Estado de São Paulo, as Escolas Rurais apresentam quatro tipos diferenciados: Escolas Agrupadas (EEPG-A), Escolas Isoladas (EEPG-I), Escolas de Emergência (EEPG-E) e as UEAC (Unidades Escolares de Ação Comunitária).

As *Escolas Agrupadas* são unidades escolares que mantêm de 4 a 7 classes, sem ultrapassar a 6ª série. São vinculadas à Delegacia de Ensino, sendo dirigidas por um professor da própria Escola, habilitado para o Cargo de Diretor. As Escolas Agrupadas mantêm um servente e um escriturário além do pessoal docente. Normalmente estão localizadas nas sedes dos bairros rurais mais populosos, nas vilas ou nas sedes dos distritos.

As *Escolas Isoladas* contam com um só professor nível I e uma só classe onde é ministrado o ensino destinado a alunos de uma ou mais séries do primeiro grau, sem ultrapassar a 4ª série.

Nas *Escolas de Emergência*, como nas Isoladas, é ministrado o ensino a alunos de uma ou mais séries do primeiro grau, sem ultrapassar a 4ª série, por um só professor admitido em caráter temporário. Sendo de emergência, a Escola será mantida se atender à frequência média de 12 alunos, podendo ser extinta na falta destes ou quando for possível o seu remanejamento para outras unidades escolares.

As *UEAC* se constituem em um tipo especial de escola rural, criado pelo Programa de Ensino do Vale do Ribeira, em 1971, sob a responsabilidade da Secretaria da Educação. Nas UEAC o professor deve desenvolver, além das atividades formais do ensino, um trabalho direto junto à comunidade, tendo em vista incentivá-la a se organizar para solucionar seus problemas vitais.

No Município de Osvaldo Cruz existiam 02 Escolas Agrupadas de bairros rurais, 26 Escolas Isoladas, e 05 Escolas de Emergência.

As Escolas Isoladas do Município ficam vinculadas, para efeitos administrativos, a uma escola-sede, entendidas como tais as Escolas urbanas de 1º Grau situadas na sede do Município. Para efeito de ensino a vinculação é mantida com a Delegacia de Ensino (DE), através de Supervisores de Ensino.

A DE, que está vinculada à Divisão Regional de

Ensino de Presidente Prudente, contava com 04 Supervisores , sendo 02 concursados e 02 efetivos por enquadramento. Todos os supervisores eram portadores de diplomas de Cursos Superiores, sendo que 02 haviam-se graduado em Cursos de Pedagogia e os outros 02 haviam cursado outras áreas. Um dos Supervisores também havia feito um Curso de especialização.

Segundo as informações da DE a nomeação dos professores é feita por títulos, por títulos e provas, ou por decreto, devendo distinguir-se as nomeações por concurso de ingresso e acesso e a destinação de cargos (em relação aos efetivos).

Nos últimos 03 anos, em virtude de inúmeros concursos havidos para ingresso, acesso, remoção e provimento de cargos, foram efetuadas frequentes mudanças de professores. A medida foi considerada como excepcional pela DE.

Foram visitadas para efeito da Pesquisa 02 Escolas Agrupadas, 09 Escolas Isoladas e 01 Escola de Emergência, sendo entrevistados 14 Professores. Em relação às mudanças de Professores, ocorridas nas Escolas visitadas, o Quadro 33 mostra que a medida considerada excepcional atingiu 57,2% dos professores no ano de 1981.

QUADRO 33. Tempo de nomeação dos Professores para regerem classes nas Escolas visitadas - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Tempo na Unidade Escolar ou classe	Número de Professores	%
menos de 01 ano	08	57,2
02 a 05 anos	03	21,4
12 a 17 anos	03	21,4
Totais	14	100%

Segundo as informações oferecidas pela DE, esta propõe aos Professores um Programa Geral de Ensino, tendo em vista *garantir a sequência dos conteúdos e a orientação dos Professores*. Não há obrigatoriedade quanto à aceitação desses Programas, pois a Lei 201/78 garante a liberdade didática e pedagógica do Professor. Os Programas são considerados como roteiros que os docentes podem desenvolver segundo as peculiaridades de sua clientela escolar; foram elaborados por equipes de Professores da própria DE e são fornecidos em cópias mimeografadas. A DE só exige o desenvolvimento do Programa proposto quando o docente o adota. Este pode optar por elaborar o próprio programa, visando o atendimento mais específico das necessidades dos seus alunos, *devendo*, neste caso, *apresentá-lo* à DE.

Segundo informações da DE, os currículos das Escolas Rurais identificam-se com os das Escolas Urbanas de 1ª à 5ª série, abrangendo as seguintes áreas de ensino-aprendizagem: a. comunicação e expressão; b. integração social; c. iniciação às ciências; d. ensino religioso. A área de comucação e expressão compreende as disciplinas: Língua Portuguesa, Educação Artística e Educação Física. Estas duas últimas começam a ser ministradas a partir da 5ª série. A área de integração social compreende: História, Geografia, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira. A área de iniciação às ciências compreende as disciplinas: Ciências Físicas, Biológicas e Programas de Saúde, e a Matemática. O ensino religioso faz parte do currículo, sem ser obrigatório, com 01 aula por semana.

Estas informações parecem confirmar as observações de PEREIRA (1971 - 183).

Na medida do possível, segundo informações da DE, as Escolas procuram manter horários condizentes com as necessidades dos alunos, os quais são dispensados das aulas de Educação Física e têm liberdade de opção quanto ao período escolar. Em um mesmo prédio funcionam, em alguns casos, pela manhã e tarde, constituindo-se cada período em uma Escola distinta da do outro, o que possibilita a opção quanto ao período de aulas.

Visando o atendimento à população Escolar a DE mantém, juntamente com a Prefeitura Municipal, o sistema de transporte que possibilita o acesso às unidades escolares dos Bairros Rurais e também às Escolas Urbanas.

Colaborando com a Secretaria da Educação a DE promove o levantamento das necessidades relativas a prédios escolares, mobiliário, número de classes e materiais didáticos; colabora ainda na área da saúde participando nos programas de vacinação e da oferta de possibilidades de exames de vista à população escolar.

Condições materiais das Escolas Visitadas

Os prédios das Escolas visitadas eram construídos em alvenaria. Sua estrutura obedecia a um mesmo padrão. Excluindo-se as Escolas Agregadas, em cuja estrutura havia de 4 a 5 salas de aula, as Escolas apresentavam uma, com capacidade média para 30 alunos; em todas existiam quadros-negros fixos. As carteiras eram individuais, com exceção de 01 Escola na qual cada carteira comportava dois alunos. Em todas as Escolas havia uma cozinha destinada ao preparo e distribuição da merenda escolar, pela qual eram responsáveis merendeiras da própria UPA contratadas pela Prefeitura ou pelo Estado. Teto e pintura do prédio apresentavam bom estado de conservação. Em 75,0% das Escolas a água, provinda de fonte ou de poço, era encanada, mas não era filtrada e os alunos dela bebiam habitualmente. Em 25,0% a água de poço era retirada em bal-

des. As unidades escolares dispunham de fossas sanitárias, situadas em local próximo ao prédio; em 50,0% das unidades eram equipadas com vasos de louça enquanto em 08,4% os vasos eram de caixote. 41,6% não dispunham de vaso algum, estando em condições materiais precárias e oferecendo perigo aos usuários.

O acesso às Escolas era considerado fácil no período das secas, tanto para os alunos quanto para os professores. No período das chuvas tornava-se difícil para os alunos em 58,3% das unidades escolares, enquanto que para os Professores apenas em 16,6% ocorria a dificuldade. Na única Escola de Emergência visitada, o acesso tornava-se de todo impossível nas chuvas, sendo difícil na seca, o que tornava frequente a ausência do Professor.

Os dados levam ainda a constatar a relativa proximidade das unidades escolares: em 44,6% das UPAs a distância da Escola em relação à sede era de 300 m a 2 km; em 21,1% das UPAs esta distância aumentava para 03 a 04 km. São distâncias consideradas pequenas pelos próprios rurícolas, habituados a grandes caminhadas. Apenas em 04,6% das UPAs a distância entre a Escola e a sede atingia de 05 a 06 km. Não foi possível obter informações a respeito, em relação a 24,7% das UPAs.

Entrevistas com os Professores

Entre os 14 Professores entrevistados, todos eram formados segundo os padrões do Ensino no Estado de São Paulo: 71,4% eram normalistas nível 2º Grau, normalmente chamados Professores nível I; entre estes, 40,0% haviam frequentado e terminado Cursos de Especialização e de Aperfeiçoamento. 21,4% dos professores eram graduados em Cursos de Pedagogia, de Administração e de Orientação Escolar; 07,2% eram diplomados em Curso Superior de Letras. Nenhum dos Professores entrevistados recebera formação relativa ao meio rural. Todos residiam fora da área rural; alguns acumulavam outras atividades laborais de caráter urbano, além do magistério.

87,7% dos Professores declararam seguir os Programas da DE, adotando livros comumente usados nas escolas da cidade.

Ao se procurar saber se a Escola mantinha algum Programa que atingisse a Comunidade rural, apenas 21,4% dos professores responderam afirmativamente, citando bailes e quermesses no Centro Comunitário dos Bairros Rurais, Sistema de Contribuições para a Merenda Escolar, Grupos de Artesanato, Aulas de Religião extra-escolares. 42,8% dos Professores afirmaram não desenvolver qualquer programa, alegando: 1º) a existência de apenas um docente para uma classe com mais de 30 alunos; 2º) distância entre a Escola e a residência do Professor; 3º) falta de quintais domésticos apropriados à horta

familiar. Em 35,8% das Escolas os Professores não responderam à questão.

Como se percebe, não eram promovidos programas diretamente ligados à agricultura ou ao meio rural. Os Professores procuravam manter contato com os Pais dos alunos através de entrevistas quando estes vinham voluntariamente à Escola, quando eram chamados através de bilhetes ou nas reuniões de Pais.

Os PROGRAMAS

A leitura dos Programas da área de Comunicação e Expressão, da 1ª à 4ª séries deixa ver a falta de preocupação e/ou de relacionamento de idéias voltadas para o meio rural. Ainda que mostrem alguma flexibilidade nesse sentido, como é possível observar em orientações como: "identificar as características próprias de objetos e animais familiares; descrever cenas" (programa da 4ª série); utilizar "gravura de preferência que retrate situações vividas pelas crianças ou que possam ser por elas observadas" (programa da 3ª série) ; "história da plantinha que nasce, cresce, floresce" (programa da 2ª série); "exploração de figuras, objetos e meio ambiente" (programa da 1ª série), as orientações nada sugerem em relação ao meio rural. Abertas que são para esse meio, perdem-se entre centenas de outras que não dão margem a relações com a agricultura, a menos que cada professor seja capaz de iniciativas pessoais e de invenções múltiplas, criando situações

ligadas ao meio. Como foi visto, entretanto, 87,7% dos professores adotam livros comumente usados nas escolas da cidade e estes apresentam sobretudo situações urbanas. É o que aparece em orientações dos programas como: "ensinar a passar telegramas; estabelecer diálogos a partir de encenação de ligações telefônicas", "escolha de texto escrito por um adulto culto", "organizar artigos pequenos para jornal, dos tipos: "vende-se", "aluga-se", "animal perdido", etc., "fazer relatórios em situações funcionais, aceitando-se a elaboração lógico-sequencial dos mesmos".

Quanto aos resultados do ensino-aprendizagem, relacionados com os programas, observa-se entre os alunos a preocupação com a leitura e as "contas".

Respostas dos alunos entrevistados nas Escolas

Considerados entre os 116 alunos entrevistados, os 90 que cursavam a 3ª e a 4ª série, os quais constituíram 77,6% dos entrevistados, foram obtidas as seguintes respostas que mostram as preferências dos alunos em relação ao que aprendem: gostam de contas, tabuada, problemas, sistema métrico e decimal, utilização da régua, porcentagem, área, perímetro, geometria. Não aparece, em relação à matemática, qualquer alusão à sua aplicação no meio rural. Gostam de assinar, ler, escrever, entender anúncios, redigir cartas, bilhetes e recados para a família, separar sílabas, fazer composições e ditados, escrever telegramas.

27,2% declararam gostar de brincar com bolas e outros jogos. 46,6% dos alunos afirmaram gostar de noções de Ciências, Higiene e Saúde. Nesta área muito se poderia fazer em relação ao meio rural; não aparecem, contudo, quaisquer referências ao meio. 05,1% declararam gostar de aprender noções sobre Município e Estado e de aprender a fazer compras.

78,4% dos alunos declararam gostar mais do trabalho escolar do que de trabalhar na roça ou em casa. Este é um dado significativo em relação à valorização da Escola e à desvalorização do meio rural. Demonstra que a população escolar sente-se mais ligada à Escola do que à Agricultura, não apenas em vista desta declaração, como também pelo conteúdo programático que conseguem internalizar, desligado do meio rural, e pelo qual mostram especial preferência.

As respostas dos Menores Trabalhadores

Entre os Menores Trabalhadores Agrícolas entrevistados, 56,6% abandonaram a Escola ou nunca a frequentaram. Apenas 50,6% declararam os motivos desse abandono, apresentados no Quadro 34. O trabalho e as mudanças da família foram as razões que mais pesaram como justificativas da evasão escolar. Somadas suas incidências, alcançam 55,3%. É interessante observar que as mudanças da família foram quase sempre motivadas pelo trabalho dos pais; portanto, o trabalho aparece como fator que influencia fortemente a evasão escolar. A distância da Escola, o período noturno (o que significa que a Es

cola era urbana), a falta da 4ª ou da 5ª séries nas Escolas frequentadas e ao alcance dos Menores, são razões que dizem respeito à própria Escola, atingindo uma incidência de 28,9%. As causas apresentadas no último ítem do quadro 34, com 11,8% parecem demonstrar desinteresse pela Escola: "não quiseram. Achavam que já tinham muita idade, não gostavam".

É possível perceber, através das razões apresentadas pelos Menores Trabalhadores, a acentuada relação "trabalho-escolarização" no meio rural, em que a atividade agrícola ocupa o primeiro lugar, em detrimento da Escolarização.

QUADRO 34. Causas da evasão escolar dos Menores Trabalhadores
Agrícolas - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981

Causas	Faixa etária	07-09	10-12	13-15	16-17	Totais	%
Trabalho		--	02	14	12	28	36,9
Mudanças da Família		02	01	09	02	14	18,4
Distância da Escola		--	01	07	05	13	17,1
A Escola era noturna tinham medo ou sono		--	--	05	02	07	09,2
Não havia 4ª ou 5ª séries na Escola que frequentavam		--	01	01	--	01	02,6
Doença, ou falta de permissão do pai		--	--	01	02	03	04,0
Achavam que tinham já "muita idade", não gostavam		--	--	03	06	09	11,8
Totais		02	05	40	29	76	100%

64,5% dos Menores Trabalhadores que deixaram a Escola desejavam e esperavam voltar a estudar visando empregos melhores na cidade e/ou melhores profissões entendidas como: advogado, professor, dentista, médico, bancário, escriturário, datilógrafo. 44,9% afirmaram que gostavam de estudar e desejavam aprender mais e obter diploma do 1º e/ou 2º grau.

Os dados revelam a forte tendência dos Menores Trabalhadores no sentido de expectativas de ascensão social e

de êxodo rural.

O Quadro 35 mostra tais expetativas.

QUADRO 35. Expetativas dos Menores Trabalhadores em relação ao retorno à Escola - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Faixa etária Expeta- tivas					Totais	%
	07-09	10-12	13-15	16-17		
Aprender mais e obter uma profissão ou emprego melhor na cidade	--	02	11	11	24	49,0
Aprender mais, pois desejam alcançar o diploma do 1º e/ou do 2º grau	02	03	11	06	22	44,9
Conseguir melhor serviço na roça	--	--	01	--	01	02,0
Não declararam	--	--	02	--	02	04,1
Totais	02	05	25	17	49	100%

Respostas dos Pais entrevistados

A relação entre o trabalho e a escolarização também aparece com grande incidência nas respostas dos Pais. O Quadro 36 mostra que as razões "trabalho" e "mudanças da Família" foram as que mais pesaram para a evasão escolar dos fi

lhos. Somadas as duas incidências o resultado atinge a 52,7%, dado bastante significativo. Os Pais apresentaram mais de uma justificativa, motivo pelo qual aparecem 93 respostas de apenas 78 Pais.

QUADRO 36. Razões atribuídas pelos Pais para a evasão escolar definitiva dos filhos - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Justificativas	Número	%
Necessidade de trabalho	36	38,7
Mudanças da família	13	14,0
Distancia da Escola	10	10,8
Era preciso que os filhos fossem à cidade para estudarem à noite	14	15,1
O filho "não tinha cabeça"	19	20,4
O filho ficou doente	01	01,0
Totais	93	100%

A maior incidência, 38,7%, recai sobre o trabalho. Se for levado em consideração o fato de que as mudanças da família tiveram sua origem nas dificuldades de trabalho dos Pais, os quais mudavam porque procuravam atividade mais rendosa, ou porque haviam sido despedidos de outras UPAs e que, 57,6% das Famílias mudaram de duas a mais vezes nos últimos 5

anos, o dado cresce de significação. Houve, no cômputo geral, um total de 148 mudanças, o que corresponde, em média, de 3 a 4 mudanças por família. Embora algumas famílias nunca tivessem mudado, outras mudaram-se de 6 a 7 vezes, havendo uma que se mudou 10 vezes. Observe-se que, entre os Pais que se mudaram, 57,7% eram parceiros ou parceiros transformados em diaristas residentes.

Respondendo à questão: "as mudanças da família têm atrapalhado o estudo dos seus filhos?", 38,4% dos Pais responderam afirmativamente, apresentando as seguintes razões: a. mudando de lugar, os filhos tiveram que mudar de Escolas e de Professores o que deu origem às repetências e ao desestímulo nos estudos; b. ficando a outra Escola muito distante, e faltando vagas para matricular os filhos no meio do ano, estes tiveram que deixar a Escola, não voltando mais a frequentá-la.

Por outro lado, face à questão: "O senhor acha que vale a pena ficar no mesmo lugar bastante tempo para os filhos poderem estudar?", 91,0% responderam afirmativamente. O dado mostra que, se pudessem, os Pais não mudariam de residência para favorecerem o estudo dos filhos, demonstrando que eles valorizam a Escola. Entretanto a necessidade do trabalho provoca a mudança e a conseqüente evasão escolar.

Considerando-se o interesse dos Pais no que

tange à importância do estudo, às razões da evasão escolar dos filhos (trabalho, mudanças da família) resta perguntar se o contato habitual entre Pais e Professores estaria direcionando as respostas dos primeiros. O Quadro 37 mostra a relação entre Pais e Professores. Para a questão: "O senhor já conversou com o Professor de seu filho(a)?", foram obtidos os seguintes resultados:

QUADRO 37. Contato dos Pais com os Professores - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Respostas	Número	%
De vez em quando conversam	30	38,5
Nunca conversaram	23	29,5
Conversam muitas vezes	05	06,4
Conversaram uma vez	02	02,5
Sempre conversa	01	01,3
Não responderam	17	21,8
Totais	78	100%

Considerando-se as abstenções, as respostas dos que nunca conversaram ou conversaram uma vez com o Professor, obteve-se em termos de porcentagem, 53,8% do total de respostas e abstenções. O dado parece expressivo, podendo manifestar desinteresse dos Pais quanto à vida escolar dos fi-

lhos. Entretanto, os resultados da questão: "O senhor já foi a Escola de seu filho?", apresentados através do Quadro 38, parecem demonstrar acentuado interesse, incentivado pelo contato dos Pais com a Escola. No quadro é possível observar a abstenção de 14 entrevistados, entre os quais estava um Pai cujos filhos menores já haviam deixado a Escola.

QUADRO 38. Frequência dos Pais à Escola dos Filhos - Município de Osvaldo Cruz - SP - 1981.

Respostas e Justificativas	Número	%
Para participar das reuniões de Pais e/ou a chamado dos Professores	25	32,0
Para matricular ou para transferir os filhos	16	20,5
Para ver como os filhos "vão indo" nos estudos ou para explicar os motivos de sua falta às aulas	12	15,4
Não vêem motivos, é difícil, não têm condições	11	14,1
Não declararam	14	18,0
Totais	78	100%

Onze Pais nunca foram à Escola, justificando-se com a explicação: "não vejo motivos", ou "não tenho tempo, nem condições". Entretanto, 37 deles, isto é, 47,4% afirmaram terem ido para participar de reuniões, obter informações ou apresentar explicações o que, sem dúvida, manifesta

interesse.

O dado parece demonstrar que a população rural da amostra não procura a Escola apenas ritualmente e sim com a finalidade de participar do processo educativo dos filhos.

Considerando-se, em retrospecto (ver Quadro 27) os motivos que levaram os Pais a enviar os filhos à Escola, ressaltam, com 41,9%, a importância do estudo e, com 37,1% o desejo de que os filhos deixem a lavoura preparando-se para outras profissões ou empregos menos duros. Observando-se as justificativas que apresentam em relação às aspirações à continuidade do estudo da prole (ver Quadro 28) ver-se-á que se destacam, com a incidência de 59,0%, as justificativas que mostram aspirações por melhores e mais rendosas profissões; se forem revistas as respostas em relação às aspirações pela profissão dos filhos, ver-se-á que 30,6% desejam que estes sejam doutores, 21,1% aspiram por profissões burocráticas para a prole, 15,6% desejam fazer dos filhos professores, 05,3% anseiam por profissões técnicas e 07,4% aceitam qualquer profissão, menos a de lavrador.

Conclusão da análise x.6. em sua relação com a hipótese H.7.

Considerando-se que:

- o Ensino Rural, na concretização de suas funções utiliza re cursos administrativos (humanos: professores suficientemen-

te titulados; materiais: transporte, merenda escolar, mobiliário, material didático, etc.; disposições normativas como: horários adequados, flexibilidade quanto à matrícula em período compatível com as próprias necessidades), que facilitam e incrementam a escolarização, a qual apresenta na região uma tendência à elevação de sua taxa e correspondente diminuição da taxa de evasão escolar definitiva;

- os professores, embora suficientemente titulados, não têm formação que lhes possibilite ministrar ensino adequado ao meio rural e promover programações extra-classe também relacionadas com o meio;
- o conteúdo programático das disciplinas apenas tangenciam, e raramente, questões relacionadas com o meio rural;
- a internalização ensino-aprendizagem, por parte dos alunos, manifesta preferências que não dizem respeito em nada ao meio rural;
- embora o trabalho tenha afastado da Escola 56,6% dos Menores Trabalhadores, 64,5% dentre eles desejam e esperam retornar aos estudos visando a ascensão social, via profissões urbanas ou diplomação aos níveis de 1º e 2º graus de Ensino;
- Os Pais valorizam a Escola pela importância do estudo e pela possibilidade que consideram oferecer em relação à ascenção

são social e ao êxodo rural para os filhos;

é possível inferir que a Escola é portadora e veiculadora de valores urbanos, tendendo a negar o meio a que servem, constatação que reforça as de GRILO e MARTINS, citadas neste estudo.

Estas considerações confirmam a hipótese H.7.: "a escolarização no meio rural, influenciada pela organização do Ensino, direciona a população escolar e a comunidade rural à negação do próprio meio, pela falta de estímulos aos valores e ao trabalho rural motivando, consciente ou inconscientemente expetativas urbanas".

8. CONCLUSÕES

A pesquisa constatou que a força-de-trabalho do menor é habitualmente utilizada em todos os tipos de Unidades Produtivas Cafeicultoras, encontrando-se percentualmente em maior intensidade nas Empresas Agrícolas Familiares, integrando sobretudo o trabalho familiar sem qualquer remuneração e onde é também maior sua utilização como Boia-Fria. Raros são os assalariados, remunerados com um ou meio salário, embora tenham idade prevista em lei para perceberem salário integral. Eventualmente trabalham também como Boias-Frias. Realizam todas as atividades agrícolas requeridas pela cafeicultura, excetuando o trabalho de tratorista.

Os períodos agrícolas do café e das culturas intercalares da região favorecem a ocupação diversificada do menor durante todo o ano. Este inicia o trabalho entre os 10 e 12 anos, havendo em pequena porcentagem os que começam entre 7

e 9 anos, constituindo-se exceções alguns que, desde os 6 anos começam seu trabalho na lavoura. Esta participação intensifica-se entre os 13 e os 15 anos, quando além de trabalharem em maior porcentagem, passam a fazê-lo em horário integral. O trabalho infanto-juvenil na cafeicultura é motivado em razão da necessidade de contribuir para a renda familiar.

Verificou-se entre os agricultores a predominância de parceiros, na grande maioria reduzidos a parceiros subordinados, categoria que apresentou a maior participação do menor no trabalho familiar, o que tende a aumentar na razão direta da maior espoliação do produtor ou do trabalhador rural, e que resulta, para o capital, em redução do custo operacional da mão-de-obra e, portanto, do custo operacional da produção.

Verificou-se que os parceiros autônomos foram transformados em parceiros subordinados e, significativas porcentagens, em diaristas residentes, o que demonstra a crescente proletarização do homem rural na região. Desamparado juridicamente, sem carteira assinada, sem assistência previdenciária, sem esperança de aposentadoria, reduzido a níveis cada vez mais baixos e menos rendosos, o agricultor empenha toda a força-de-trabalho da família, inclusive dos filhos menores, conseguindo apenas sobreviver.

Despojado da terra que produz mercadoria para o mercado interno e externo, o homem rural vê-se obrigado a

estabelecer com a cidade, sede do Município, as relação de compra dos produtos de subsistência que não pode produzir. Sendo baixo o seu poder aquisitivo, não pode armazenar, o que o leva a frequentar semanalmente os centros de fornecimento do meio urbano. Esse relacionamento aliado à influência dos meios de comunicação, suscita novas necessidades, desejo de usufruir dos bens urbanos, esperança de uma ascensão social que o liberte da faina agrícola, pouco compensadora e desgastante. Percebe que precisa instrumentalizar-se, diretamente, ou através de sua prole.

A pesquisa constatou também a insatisfação em que vive o homem rural e os seus anseios por melhores condições, manifestados nas expectativas de profissões urbanas para os filhos, menos penosas e mais rendosas que a do lavrador, e que ofereçam possibilidades de seguridade social.

Motivado por estes anseios o agricultor vê na Escola um instrumento para esta ascensão social. Não são unicamente os Pais que têm esta visão da Escola e que desejam, através dela, alcançar melhor status. Transmitem-na aos filhos. Esta visão motiva a escolarização e a frequência escolar que, mesmo durante a colheita é mantida, na região, em um nível de 80%, segundo informação dos professores. Os que abandonaram a Escola, por razões de trabalho, desejam voltar visando preparar-se para empregos urbanos. Embora estimulando

do tais expetativas, a Escola Rural não qualifica o aluno para isso. Carrega contradições como a própria ideologia de que está impregnada.

100% dos Pais não conseguiram ultrapassar a 4.^a série e muitos sequer a alcançã-la. Já os filhos são mantidos em maior porcentagem na Escola, embora os maiores tenham cursado apenas até a 4.^a série. Na Região, alguns dos menores vão sendo mantidos no estudo até o Segundo Grau, sendo alimentadas expetativas de que alcancem o Terceiro.

A Escola no meio rural, influenciada pela organização geral do Ensino, na qual está subjacente a ideologia dominante, direciona a população escolar e a comunidade rural no sentido da negação do próprio meio. Residindo na cidade e nela assumindo outros encargos, acumulando magistério rural e atividades urbanas para complementarem a própria renda, consciente ou inconscientemente, os professores, formados e titulados segundo os parâmetros do Estado, deixam de estimular os valores e o trabalho rurais, motivando, através dos conteúdos programáticos, expetativas urbanas, veiculando valores da cidade e rejeitando o meio a que servem.

Não se pode afirmar que exista entre os Professores a consciência do que sua ação representa no meio rural. Mas é possível concluir, pelos dados da pesquisa, que a

Escola nesse meio serve à preparação de futuros trabalhadores que, proletarizados, venham a se constituir no chamado exército de reserva exposto à exploração do capital industrial.

9. BIBLIOGRAFIA CITADA E CONSULTADA

- ANTUNIASI, M.H.R. , 1981. O trabalhador Mirim e a Modernização da Agricultura Paulista. in: *CERU. Caderno nº 11, 1.^a série.* São Paulo. p. 75-122.
- ARAUJO MARTINS, M.L., 1978. A Participação do Menor como Força de Trabalho no Setor Agrícola. in: *Mão de Obra Volante na Agricultura.* IV Encontro Nacional de Estudos Rurais. UNESP/Botucatu. (Edição mimeografada) p. 229-259.
- BREJON, M., org. 1978. *Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus.* 11.^a edição, São Paulo, Pioneira. 315 p.
- CALDEIRA, C., 1960. *Menores no Meio Rural.* Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, MEC. 190 p.
- CAMPANHOLE, A., org. 1971. *Consolidação das Leis do Trabalho.* 30.^a edição. São Paulo, ATLAS. 320 p.

CONTAG. Questões Agrárias. Doc. 8. *O Estatuto da Terra e Decretos Regulamentares.*

CUNHA, T.L., 1978. *Participação Social e Estratificação numa Perspectiva de Intervenção em Comunidades Rurais.* Tese de Mestrado. ESALQ/USP. Piracicaba, S.P. 119 p.

DEMARTINI, Z., de B.F. Uma visão histórico Sociológica da Educação da População Rural em São Paulo. in: *CERU. Caderno nº 15. 1ª série.* São Paulo. p. 7-32.

DUARTE, J.C. e QUEDA, O., 1974. Agricultura e Acumulação. in: *Debate & Critica. II.* 90-97.

DIEGUES, M., 1976. Populações Rurais Brasileiras. in: SZMRECSÁNYI, T. e QUEDA, O., org. *Vida Rural e Mudança Social* 2ª edição. São Paulo, Editora Nacional. p. 121-131.

FUKUI, L.F.G. *et alii*, 1981. A desescolarização, o Trabalho Infantil e a Questão de Menor: Um projeto de Pesquisa. in: *CERU Caderno nº 15. 1ª série.* p. 33-43.

GRAZIANO da SILVA, J.F., coord., 1978. *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira.* São Paulo, Hucitec. 267 p.

GRILLO, A., 1978. *A Terra Tolhida, Escola Rural em Área de Produção Familiar.* F.F.C.L. "Barão de Mauá". Ribeirão Preto, São Paulo. 196 p. (Dissertação de Mestrado).

- GUIMARÃES, A.P., 1978. A Agricultura Capitalista - uma Perspectiva de Inviabilidade? in: *Reforma agrária*. Boletim ABRA São Paulo. 6. 4-10.
- INCRA/UNICAMP., 1981. *Regiões Homogêneas da Agricultura*. 1.^a, parte. 290 p.
- KAUTSKY, K., s/d., *A política do Partido Socialista*. COUTINHO G., trad. São Paulo, Editora Assunção. 195 p.
- KAUTSKY, K., 1968. *A Questão Agrária*. IPEROIG, C. trad. Rio de Janeiro, Editora Laemmert. 325 p.
- LANG, A.B.S.G., 1981. Aspirações à Educação, à Ocupação e ao Êxito Social. in: CERU. *Caderno nº 15*. 1.^a série. p. 45-73.
- LOPES, J.R., 1976. *Do Latifúndio à Empresa, Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo*. São Paulo, CEBRAP. p. 26-55.
- MALASSIS, L., 1976. Educação e Desenvolvimento Social. in: SZMRECSÁNYI, T. e QUEDA, O., *Vida Rural e Mudança Social*, 2.^a edição. São Paulo, Editora Nacional. p. 80-93.
- MALASSIS, L., 1975. *Ruralité. Education-Developpement*. Paris. les Presses de L'UNESCO. MASSON Et Cie. 1.^{ère}. Ch. p. 17-33.

MARTINS, J.S., 1975. A valorização da Escola e do Trabalho no Meio Rural. in: *Capitalismo e Tradicionalismo*. São Paulo, Pioneira Editora. p. 83-102.

MARX, K., 1980. *O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo Global de Produção Capitalista*. SANT'ANA, R. trad. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. III - 6 - p. 705-1078.

MARX, K., 1978. *O Capital. Livro I - Cap. VI (Inédito)*. SUCUPIRA, E.F., trad. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda. 151 p.

MOLINA FILHO, J., 1977. Unidades de Produção Agrícola no Brasil. in: *O Solo*. Piracicaba, SP 1 p. 7-14.

MOLINA, M.I.G., 1970. *Migração Rural-Rural. Análise Sociológica da Migração dos Parceleiros do Projeto Iguatemi*. Tese de Doutorado USP/ESALQ. Piracicaba. São Paulo, 188 p.

NEVES, E.M. et alii, 1981. *Fatores Sócio-Econômicos que afetam a Escolaridade na Zona Rural do Estado de São Paulo*. São Paulo. SE/CENP. 176 p.

PEREIRA, L., 1971. Rendimento e Deficiências do Ensino Primário Brasileiro. in: *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Pioneira Editora. p. 179-212.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OSVALDO CRUZ, 1979. *Dados Gerais e Histórico do Município*. Mimeografado.

QUEDA, O. e SZMRECSÁNYI, T., 1976. O Papel da Educação Escolar e da Assistência Técnica. in: SZMRECSÁNYI, T. e QUEDA, O., org. *Vida Rural e Mudança Social*. 2.^a edição. São Paulo, Editora Nacional. p. 216-233.

RANGEL, I., 1978. Estrutura Agrária, Sociedade e Estado. in: *Reforma Agrária*. Boletim ABRA. Campinas, SP 6 p. 25-33.

RYFF, Y., 1978. Preço da Terra e Acumulação de Capital no Setor Agrícola. in: *Reforma Agrária*. Boletim ABRA. Campinas, SP 6 p. 11-17.

SILVA, S., 1976. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. 2.^a reimpressão. São Paulo, Alfa-Omega. 120 p.

SILVA, J., 1978. Resultados e Alternativas da Política de Desenvolvimento - A Questão da Reforma Agrária. in: *Reforma Agrária*. Boletim ABRA. Campinas. SP 6 p. 46-51.

STAVENHAGEN, R., 1976. A Comunidade Rural nos Países Subdesenvolvidos. in: SZMRECSÁNYI, T. e QUEDA, O., org. *Vida Rural e Mudança Social*. 2.^a edição. São Paulo, Editora Nacional, p. 26-38.

- STINCHOMBE, A.L., 1976. Classes Rurais e Meio Rural. in: SZMRECSÁNYI, T. e QUEDA, O., Org. *Vida Rural e Mudança Social*. 2.^a edição. São Paulo, Editora Nacional. p. 39-56.
- TOMPKIN, J.R. *Estatística e Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais Rurais*. Conv. USAID/B OSU/ESALQ. Piracicaba. SP. Brasil. Parte 1. Mimeografado. p. 39-57.
- TOSCANO, G., 1976. Evolução e Composição da População Agrícola no Estado de São Paulo. in: *Agricultura em São Paulo*. Boletim do IEA. ano XXIII - I. p. 191-213.
- WANDERLEY, M.N.B., 1979. Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira. in: WANDERLEY, M.N.B. *et alii*. *Reflexões sobre a Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. p. 15-40.
- WANDERLEY, M.N.B., 1979. *Capital e Propriedade Fundiária suas Articulações na Economia Açucareira de Pernambuco*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 145 p.

A N E X O S

ANEXO I

DIVISÕES REGIONAIS AGRÍCOLAS (DIRAS)
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sub-Regiões

Presidente Prudente
Martinópolis
OSVALDO CRUZ
Dracena
Presidente Venceslau

Sub-Região de Osvaldo Cruz

Adamantina	OSVALDO CRUZ
Flórida Paulista	Parapuã
Lucélia	Rinópolis
Mariápolis	Salmorão

ANEXO II

UNIDADE 1 - UNIDADE PRODUTIVA - Data da Coleta ____/____/____

NOME DA UNIDADE (Fazenda, Sítio, Chácara) _____

01. Área da Unidade: alqueires paulistas _____ ha _____

02. Condição do Declarante: Proprietário (); Arrendatário ();
Administrador (); Parceiro (); Empreiteiro (); Assala-
raiado com direito à terra (); Colono (); Outros ().

03. O Proprietário tem outras fazendas (sítios ou chácaras) a
lém desta? Sim (); Não (). Se tem, quantas possui: no
Município _____ Fora do Município _____ Fora do Estado ____

04. Se o Declarante é arrendatário, parceiro, colono, etc.,
quais as condições de pagamento da terra?

05. Residência do Declarante: na área (); na sede do Municí-
pio (); no bairro rural (); fora do Município (); fora
do Estado ().

06. Residência do proprietário: na área (); no Município ();
fora do Município (); fora do Estado ().

07. Presença do Responsável pela exploração: constante ();
vem algumas horas por dia (); algumas horas por mês ();
vem todas as semanas (); todo mês (); alguns dias por
ano ().

08. Tecnologia: são utilizadas máquinas na lavoura? Sim ();
Não (). Se sim, quais? _____

09. Sendo usadas maquinas, elas são: propriedade da Unidade
(); alugadas (); cedidas por empréstimo ().

10. A Unidade Produtiva recebe Assistência Técnica de quem?
Agrônomo: próprio (); da Casa da Agricultura (); da Casa da Lavoura (); da Cooperatura Agrícola (); do Banco, quando vem inspecionar a lavoura por causa do empréstimo que vai ser, ou foi concedido (); de *Veterinário* da Casa da Agricultura (); da Casa da Lavoura (); particular, com pagamento de consulta (); de Técnico Agrícola (); Outros ().

11. Quais as lavouras e criações exploradas?

Lavoura	Área/pés; cabeças	Valor da porção	Valor da por-
Culti-	Dúzias	vendida em	ção consumida
vada	Litros	1980 / 1981	1980 / 1981
Café	_____	_____	_____
Milho	_____	_____	_____
Amendoim	_____	_____	_____
Arroz	_____	_____	_____
Feijão	_____	_____	_____
Outras	_____	_____	_____
<u>Pecuária</u>			
Aves/ovos	_____	_____	_____
Vacas/leite	_____	_____	_____
Porcos	_____	_____	_____
Outros	_____	_____	_____

12. Mão-de-Obra

a: Famílias? Sim (); Não (). Se sim, quantas? _____ São residentes? Sim (); Não ().

Quantos Adultos trabalham na Unidade? Homens _____ Mulheres _____ Quantos Menores? _____

b. Faixa etária dos Menores:

	<u>Assalariados</u>		<u>Trabalho</u>	<u>Boias</u>
	<u>Perma-</u> <u>nentes</u>	<u>Temporá-</u> <u>rios</u>	<u>Familiar</u>	<u>Frias</u>
07 a 09 anos	_____	_____	_____	_____
10 a 12	_____	_____	_____	_____
13 a 15	_____	_____	_____	_____
16 a 18 incompl.	_____	_____	_____	_____

c. Boias-Frias:

Adultos: quantos em média: na safra? _____ Salário Cr _____
na entre-safra? _____ Salário Cr _____

Menores: quantos em média: na safra? _____ Salário Cr _____
na entre-safra? _____ Salário Cr _____

d. Assalariados Adultos:

Permanentes: quantos _____ Nível Salarial Cr _____ a Cr _____
Temporários: quantos _____ Nível Salarial Cr _____ a Cr _____

13. Tarefas Agrícolas necessárias às duas principais explorações:

a. Café

	<u>Executadas por:</u>	
	<u>Adultos</u>	<u>Menores</u>
capina	_____	_____
adubação solar	_____	_____
plantiô	_____	_____
arruação	_____	_____
esparrama	_____	_____
adubação foliar	_____	_____
colheita	_____	_____
beneficiamento	_____	_____

b. _____

capina	_____	_____
adubação solar	_____	_____
plantiô	_____	_____
tratos culturais	_____	_____
Adubação foliar	_____	_____
Colheita	_____	_____

14. A Administração:

a. econômico-financeira é feita pelo Proprietário (); pelo Administrador (); Arrendatário (); Parceiro (); Outros ().

b. da organização do trabalho, distribuição de tarefas e de funções, é feita: pelo Proprietário (); Administrador (); Arrendatário (); Parceiro (); Outros ().

15. Já fez empréstimos bancários alguma vez? Sim (); Não ().

Se já fez, foi ocasionalmente? Sim (); Não (); faz anualmente? Sim (); Não (). Para que fim é feito o empréstimo? Custeio (); compra de maquinas (); compra de imunizantes (). OBSERVAÇÕES _____

16. Uso de insumos (imunizantes e outros): são usados habitualmente (); raramente (); só na época do plantio (); não são usados produtos químicos ().

(assinatura do entrevistador, para controle)

ANEXO III

UNIDADE 2 - PAIS (que tenham
filhos em idade escolar)

Data da Coleta ____/____/____

01. Nome da Unidade Produtiva _____

02. PROPRIETÁRIO _____

03. Dados familiares _____

Membro da família e outras pes- soas resi- dentes	Sexo	Idade	Trabalho atual	Horário de Trabalho	ESCOLARIDADE			SALÁRIO	OBSERVA- ÇÕES
					Série que completou	Série que está cur- sando	Horário da Escola (*)		
Pai									
Mãe									
Filhos:									
Outras pes- soas									

(*) Horário da Escola: manhã = m Tarde = t

04. Por que o senhor envia seus filhos à Escola? _____

05. O senhor quer que seu filho(a) continui a estudar depois que terminar a 4ª série? (ou a 3ª série) Sim (); Não (). Se quer, porque, ou para quẽ deseja que ele(a) continui a estudar? _____

Até que série quer que ele(a) estude? 1º Grau _____

2º Grau _____ Curso Técnico completo ____ Faculdade _____

06. Que profissão o senhor deseja para seu filho(a) que estuda? _____

07. Se algum filho(a) parou de estudar, porque parou? _____

08. O horário da Escola dos seus filhos é bom? Sim(); Não(). Seria melhor se fosse outro? Sim (): Não (). Qual? _____

09. O senhor acha que os meses de férias escolares foram bem escolhidos? Sim(); Não (). Porque? _____

Seria melhor se as férias fossem dadas em outro tempo?

Sim (); Não (). Qual? _____

10. O senhor já conversou com o Professor(a) de seu filho(a)? Sim (); Não (); de vez em quando (); muitas vezes (); conversa sempre (). OBSERVAÇÕES _____

11. Já foi à Escola de seu filho(a) alguma vez? Sim();Não(). Porque foi ou não foi? _____

12. MIGRAÇÃO: lugares em que a família morou nos últimos cin
co anos.

LOCALI DADES	Che gou	Dei xou	Relação de Trabalho								Car- teira assi- nada	Razão pela qual deixou o trabalho								
			Agrícola				Urbano													
	M ê s	A n o	M ê s	A n o	Proprietário	Arrendatário	Parceiro	Assalariado	Outros	Industrial	Conta/Própria	Assalariado	Operário	Outros	S i m	N ã o	Término de Contrato	Dispensado	Buscar traba- lho mais ren- doso	Outros

13. As mudanças de moradia e de trabalho têm atrapalhado o es
tudo dos filhos? Sim (); Não (). Porque sim, ou porque
não? _____

14. O senhor acha que vale a pena ficar bastante tempo em um
lugar para os filhos poderem estudar? Sim (); Não ().
Porque sim ou porque não? _____

15. A sua família costuma ir à cidade para: Compras (); Visi-
tas (); Passeios (); Frequentar a Igreja ().
Vai à cidade: todas as semanas (); uma vez por mês ();
raramente (); todos os dias ().

16. Vocês costumam em casa: ler jornal (); ouvir rádio ();
ver Televisão (); Quais os programas de rádio ou de TV
de que mais gostam? _____

17. O senhor gostaria de morar na cidade? Sim (); Não ();
Por que? _____

(assinatura do entrevistador para controle)

ANEXO IV

UNIDADE 3 - MENOR TRABALHADOR - Data da Coleta ____/____/____

01. Identificação geral do Menor:

Idade ____anos; Sexo: Masc. (); Fem. ().

02. Com quantos anos você começou a trabalhar? _____

03. Quantas horas você trabalha por dia? _____

04. Qual o trabalho que você faz? _____

05. Quanto você ganha? Cr\$ _____ Quem recebe o dinheiro do seu trabalho? _____ Se é você quem recebe o dinheiro, você o entrega todo para a família? Sim (); Não (). Em parte ().

06. Você gosta do trabalho que faz? Sim (); Não (). OBSERVAÇÕES _____

07. Você gostaria de fazer outro trabalho? Sim (); Não (). Se você pudesse, que trabalho gostaria de fazer? _____

08. Você está na Escola? Sim (); Não (). Se está, em que série está? _____

09. Você já esteve na Escola? Sim (); Não (). Até que série você estudou ou parou de estudar? _____ Quantos anos você estudou? _____ Sabe ler e escrever? Sim (); Não (). Se você saiu da Escola, por que saiu? _____

10. Se você saiu da Escola, tem vontade de voltar? Sim ();
Não (). Por que? _____
11. Você quer ficar sempre trabalhando na fazenda? Sim ();
Não (). Por que? _____
12. Se você quer sair daqui, para onde deseja ir? Para outra
fazenda ou sítio (); Para a cidade (). Por que? _____

(assinatura do entrevistador, para controle)

ANEXO V

UNIDADE 4 - ESCOLA

Data da Coleta: ____/____/____

01. Nome da Escola _____
02. Tipo da Escola: Emergência (); Isolada (); Agrupada ();
Outros ().
03. Número de Professores _____
04. Horários
- a. Funcionamento: manhã (); tarde ()
 - b. O horário favorece a frequência dos alunos? Sim ();
Não (). Por que? _____
 - c. É horário adequado às possibilidades do Professor?
Sim (); Não (). Por que? _____
- _____
05. Condições da Escola:
- a. Construção e Conservação:
Alvenaria (); Madeira (); Iluminação: Boa (); Má ();
Rachaduras: Sim (); Não (). Goteiras: Sim (); Não ();
Pintura: limpa e conservada (); desgastada, necessi-
tando reparos ().
 - b. Condições de Higiene
Água: de fonte, encanada (); de poço, com bomba ();
de poço, sem bomba (); filtrada (); não filtra
da ().
Fossa sanitária:
com vaso de louça (); vaso de caixote (); sem
vaso e em condições precárias (); sem vaso, mas
limpo ().
 - c. Recursos:
Quadro negro: fixo (); móvel ().
Mapas cartográficos: Sim (); Não ().
Carteiras: individuais (); para dois alunos ().
Armário: Sim (); Não ().

d. Número de salas de aula ____ É suficiente (); Insuficiente (); salas fora de uso - quantas? ____ Sala reservada para o preparo da merenda? Sim (); Não ().

06. Número de alunos; 1ª ____ 2ª ____ 3ª ____ 4ª ____ 5ª ____ 6ª ____

07. Acesso à Escola:

	Para os alunos			Para o Professor		
	Fácil	Difícil	Muito difícil	Fácil	Difícil	Muito difícil
Na seca	()	()	()	()	()	()
Na chuva	()	()	()	()	()	()

08. Quantos alunos trabalham em tarefas agrícolas?

Habitualmente? _____ Na safra _____

09. Frequência dos alunos:

M ê s	%	Causas das ausências
Fevereiro	_____	_____
Março	_____	_____
Abril	_____	_____
Maio	_____	_____
Junho	_____	_____
Agosto	_____	_____
Setembro	_____	_____

10. A Escola oferece aos alunos outros serviços além do Ensino? Merenda Escolar (); Outros (). Quais? _____

11. A Escola mantém algum Programa para a Comunidade? Sim (); Não (). Se mantém, dizer quais são estes Programas? _____

12. Professor (para cada Professor entrevistado na Escola)

Formação: Professor nível I (); Professor nível II ();

Pedagogia? (); Especialização? (); Outros Cursos ()

Quais? _____

Possui formação para a agricultura? Sim (); Não ().

Situação Funcional: efetivo (); não efetivo (); Estagiário (); Substituto ().

Há quanto tempo dá aulas nesta Escola? de ____ / ____ /
a ____ / ____ /

Onde lecionou nos últimos cinco anos?

Nome da Escola	Município	Tempo de Exercício
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Quais os programas que segue no Ensino? _____

Organiza atividades extra-classe? Sim (); Não (). Se organiza, qual o tipo de atividades? _____

Procura manter contato com os Pais dos alunos? Sim (); Não (). Se procura, como mantém tais contatos? _____

(assinatura do entrevistador, para controle)

ANEXO VI

UNIDADE 5 - MENOR ESCOLAR (alunos) - Data da Coleta __/__/__

01. Escola _____
02. Identificação geral do Menor:
Idade _____ anos; Sexo: Masc. (); Fem. (). Série _____
03. Por que o seu Pai ou sua Mãe o colocaram na Escola? _____

04. Você falta às aulas? muitas vezes (); poucas vezes ();
nunca falta (). Se você falta às aulas, qual o motivo ?
distância muito grande (); trabalho na roça (); fica
cuidando dos irmãos (); doenças (); fica fazendo traba-
lho em casa; lavar roupa (); cozinhar (); Não gosta da
Escola ().
05. Você gosta de vir à Escola? Sim (). Por que? _____
_____ Não (). Por que? _____

06. Do que você gosta mais em relação ao que você aprende na
Escola? _____

07. Do que você gosta menos (ou não gosta) em relação ao que
você aprende na Escola? _____

08. Até que série você quer cursar? _____
09. O que você gostaria de ser quando crescer? _____

10. Você faz alguma coisa mais do que vir à Escola e estudar?
Sim (); Não (). Se faz, o que você faz? brinca () tra-
balha (). Se você trabalha, que trabalho você faz? _____

- Se você trabalha, o faz durante o ano todo? (); só al-
guns meses (); somente em alguns dias do ano ().

11. Seus pais mudam muito de uma fazenda para outra? Sim ();
Não (). Se mudam, quantas vezes você já mudou nos últimos três anos? _____
12. Você pode dizer o que você sabe daquilo que aprendeu na Escola? _____

13. O que você acha que é mais importante: o trabalho que você faz na roça (); o trabalho que você faz em casa (); o trabalho ou estudo da Escola ().
Por que você acha mais importante o trabalho que escolheu entre estes? _____
14. De onde você gosta mais? da roça (). Por que? _____

- Da cidade? (). Por que? _____

(assinatura do entrevistador, para controle)